

RESUMO

A pesquisa pretende investigar as propostas de Celso Furtado para modernização do Nordeste, a partir da análise de seu projeto para a SUDENE, e o modo como suas concepções desenvolvimentistas se expressam no plano regional.

PALAVRAS-CHAVES

Celso Furtado, Nordeste, SUDENE, desenvolvimento, modernização.

ABSTRACT:

The research intends to investigate the Celso Furtado's proposals to the modernization of the brazilian north-east from the analysis of his project to the SUDENE and the way that his development concept's are expressed in a local scope.

KEY WORDS:

Celso Furtado, brazilian north-east, SUDENE, development, modernization

SUMÁRIO

I. NORDESTE: A QUESTÃO REGIONAL	4
1. Capitalismo e Espaço Regional.....	7
2. O “Nascimento” do Nordeste.....	11
3. O “ Nascimento” do Nordeste Subdesenvolvido	24
II. UM PROJETO PARA O NORDESTE: DESENVOLVIMENTO E RACIONALIDADE	48
1. Um Diagnóstico Para Ação: Nordeste Como Periferia	54
1.1.Documento do GTDN: “Uma Política de Desenvolvimento econômico para o Nordeste”.....	58
2. “Complexo Econômico Nordestino”: Fundamentos Históricos do Atraso	72
3. A Seca Como Crise Econômico-social e a Questão Agrária	81
4. A Questão Fundiária	95
5. Reformas ou Revolução	102
III. BIBLIOGRAFIA	123

CELSO FURTADO- A CONSTRUÇÃO DO NORDESTE

Rosa Maria Vieira

“[...] não existe qualquer indicação de que os grupos dominantes estejam psicologicamente preparados para encaminhar soluções suficientemente profundas capazes de modificar o curso das forças principais, cujo represamento é responsável pela formação do potencial revolucionário. A acumulação dessas forças continuará inexoravelmente e a sua mera existência pesará cada vez mais no processo político. Alcançado certo ponto de irreversibilidade, a História já não se poderá cumprir pelos métodos convencionais, e terá início uma era de imprevistos em que a velocidade dos acontecimentos reduz a quase nada a eficácia de toda a liderança racional”.

(Celso Furtado, *Dialética do Desenvolvimento*)

“O Nordeste já foi ‘descoberto’ diversas vezes e, parece, sempre do lado errado. Segundo Josué de Castro, nossa região foi descoberta pelos portugueses, em 1500, e pelos norte-americanos, em 1960; acrescentaria, apenas, uma terceira descoberta, esta feita pelos ‘paulistas’ da atualidade. E em todas elas, o Nordeste foi imediatamente envolto em mitos.

Os portugueses, chegando ao litoral baiano, afirmam que, “em se plantando, tudo dá”; os norte-americanos, paranóicos e invasivos, como sempre, afirmam que se trata de uma nova Cuba; finalmente os ‘ paulistas’ nada afirmam, antes se contentam em gerenciar a exploração do capital sobre o trabalho e com olhos esbugalhados se deliciam com o sol que de há muito foi obscurecido pela poluição paulistana”.

(Gadiel Perruci, “Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional”)

I. NORDESTE: A QUESTÃO REGIONAL

Em 1958, depois de renunciar ao seu cargo na CEPAL, Celso Furtado assumiu uma das diretorias do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), dedicada ao Nordeste, passando a intervir no *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste* (GTDN). (FURTADO,1989:37) Neste mesmo ano, Juscelino Kubitschek viu-se às voltas com a grande seca de 1958, que agravou a crise econômica nordestina e a tensão social, além de colocar em xeque a política federal para a região. Apesar do Nordeste dispor de razoável infra-estrutura (estradas, suprimento de energia elétrica), açudes, barragens, e contar com apoio do *Departamento Nacional de Obras Contra as Secas* (DNOCS), da *Comissão do Vale do São Francisco* (CVSF) e do *Banco do Nordeste do Brasil* (BNB), o Governo Federal teve que lançar mão de uma política de obras públicas de emergência para criar mais de 500 mil empregos (duas vezes mais do que na seca de 1932), além de enviar verbas de socorro, alimentos, remédios e instrumentos de trabalho. (COHN,1976:69) Mas, estes não foram os únicos problemas de JK na região. Além das denúncias de malversação de fundos, de falsificação de folhas de pagamento das frentes de trabalho e outras práticas fraudulentas, teve que enfrentar a vitória da oposição em Pernambuco e na Bahia¹ e o início de uma significativa mobilização popular – o surgimento das Ligas Camponesas, a estruturação dos sindicatos rurais e a atuação da Igreja Católica que, desde o *I Encontro dos Bispos do Nordeste* (1956), colocou-se ao lado dos movimentos dos trabalhadores do campo. Diante deste

¹ Em 1958, Cid Sampaio (usineiro e industrial) elegeu-se governador em Pernambuco pela UDN, com apoio do Partido Comunista e das Ligas Camponesas. Na Bahia, o governador eleito foi Juracy Magalhães, através da coalizão UDN, PST, PSB. Neste mesmo ano, Miguel Arraes ganhou as eleições para a prefeitura de Recife, apoiado pelo PTB, PCB e PSB.

quadro, Juscelino decidiu-se pela redefinição² da política estatal para a região nordestina: em janeiro de 1959, lançou a *Operação Nordeste*, criando o *Conselho do Desenvolvimento do Nordeste* (CODENO) que, tempos depois, deu origem à *Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE). O objetivo era implementar projetos de desenvolvimento para a região, em conformidade com o espírito que animava o Plano de Metas. A direção do Conselho e, posteriormente, da Superintendência ficou a cargo de Celso Furtado, entre 1959 e 1964, excetuando-se o curto período em que ocupou o *Ministério Extraordinário do Planejamento* (1962-1963).

Foi nesta época que Celso Furtado, conciliando os papéis de administrador público, estrategista e teórico do desenvolvimento, teve o Brasil pela primeira vez como foco exclusivo de estudo e atuação, combinando teoria e prática com excepcional intensidade. Foi, também, neste período que delineou um conjunto de análises e um projeto de desenvolvimento capitalista para o Nordeste, que mudaram significativamente o tratamento da questão regional no país. Neles, deslocou o enfoque tradicional de abordagem, relendo as razões da miséria e da estagnação nordestinas e, a contrapelo do otimismo que no geral envolviam as avaliações das iniciativas econômicas de Juscelino, questionou a política industrial do governo, em termos de seus efeitos negativos para a região. Em lugar do discurso da seca – até então hegemônico, quando estavam em pauta os problemas do Nordeste – colocou a estrutura fundiária, a organização econômica e a formação histórico-política como as causas do atraso. O determinismo das abordagens naturalistas e as leituras da tradição sociológica culturalista, inauguradas por Gilberto Freyre, cederam passo a uma nova visão do Nordeste, nos termos da teoria do

² Desde meados da década de 50, discutia-se nas esferas federais a necessidade de uma nova política de Estado para o Nordeste. Com este espírito, em dezembro de 1956, o governo federal criou o *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste* (GTDN) para realizar estudos na região, com a finalidade de fazer um levantamento de suas possibilidades econômicas e das atividades e investimentos federais já existentes. COHN, 1976:63

subdesenvolvimento que, neste caso, assumiu dimensões regionais. As teses da CEPAL ganharam, como se verá logo mais, um enquadramento nordestino, de modo que até a deterioração dos termos de intercâmbio foi invocada para explicar as relações e as disparidades econômicas entre o Nordeste e o Centro-Sul. Suas preocupações com o desenvolvimento do Nordeste iam, no entanto, além de suas convicções cepalinas de compromisso com a superação da pobreza e da estagnação seculares da região: temia o espectro da revolução que acreditava rondar a Zona da Mata e o Agreste, onde camponeses organizavam-se nas Ligas e nos sindicatos rurais. Aliás, este será seu argumento político mais forte, na tentativa de sensibilizar as elites nordestinas recalcitrantes, que se opunham a quaisquer reformas que ameaçassem seus privilégios.

Estas observações introdutórias têm o propósito de sinalizar um caminho de investigação: o lugar e o papel do Nordeste no ideário desenvolvimentista de Celso Furtado. Concebido como ponto de confluência dos temas gerais anteriormente tratados – história e projeto nacional; Estado e planejamento –, este segmento do trabalho tem como preocupações essenciais o exame do significado intelectual do Nordeste na obra de Furtado e a análise das relações, a partir daí estabelecidas, entre a questão “nacional” e a problemática “regional”; o desvendamento das dimensões ideológicas de sua leitura histórico-econômica do Nordeste; a investigação do modo como suas concepções de Estado, política e planejamento aparecem na projeção da SUDENE e nos planos de desenvolvimento da região, o sentido das reformas pretendidas e, sobretudo, as motivações essenciais de sua ação racionalizadora.

1. Capitalismo e Espaço Regional

É da lógica do capitalismo o seu desenvolvimento desigual e combinado, de modo que, num mesmo espaço, a reprodução do capital se dá de forma diferenciada, com ritmos e maneiras particulares de objetivação, com estruturas e relações específicas de classes, embora seja uma só a dinâmica a presidir este processo³. Assim, sob o manto da diversidade, o geral se reproduz no particular ou, em outras palavras, sob diferenças “regionais” e setoriais, o capitalismo se realiza e se expande continuamente de modo desigual. Nestes termos, num mesmo espaço-nação pode-se encontrar “regiões” e setores “atrasados” e “modernos”, com funções diferenciadas e complementares no processo capitalista. O que por vezes assume o caráter de “região” ou “setor atrasado” não o é no sentido de apenas colocar obstáculos ao crescimento: o “atrasado” pode existir em

³ A formulação original do “desenvolvimento desigual e combinado” pode ser encontrada em *A História da Revolução Russa* de Leon Trotsky. Aí, em referência à particularidade do processo histórico da Rússia, Trotsky afirma: “O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do **processus** histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado. [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do **processus** histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. [...] A lei do desenvolvimento combinado, própria dos países atrasados – no sentido de uma combinação original dos elementos retardatários com os fatores mais modernos – formula-se-nos em sua expressão mais perfeita, dando-nos, ao mesmo tempo, a chave do enigma da Revolução Russa. Se a questão agrária, herança da barbárie, da antiga história russa, tivesse sido resolvida pela burguesia, caso pudesse ter recebido uma solução, o proletariado russo não teria, jamais, conseguido subir ao poder em 1917. Para que o Estado Soviético fosse fundado foi necessária a aproximação e a penetração recíproca de dois fatores de natureza histórica inteiramente diferentes: uma guerra de camponeses, movimento característico da aurora do desenvolvimento burguês; e uma insurreição proletária, isto é, um movimento que marca o ocaso da sociedade burguesa. É isto a essência do ano de 1917”. TROTSKY, 1978:25, 62.

função do “moderno” e vice-versa, pois a desigualdade é regida pelo mesmo princípio que preside a divisão de trabalho na totalidade social. O “atrasado” ou “periférico”, o “moderno” ou “central” são, no geral, partes do mesmo processo capitalista, imbricados numa relação dialética. Os contrastes da realidade social e as especificidades das lutas de classe, daí decorrentes, só poderão ser efetivamente compreendidos quando aclaradas as singularidades destas partes e suas funções no processo de acumulação, tomado de forma global.

São formulações deste teor que podem fornecer a chave para o entendimento da existência de “regiões”, muito diversas entre si, em um mesmo “espaço nacional” capitalista: umas, em que, por exemplo, o capital comanda as leis de reprodução sem penetrar e controlar a produção e, outras, onde ele já conforma o sistema produtivo. Do mesmo modo, também, permitem indicar que, seguindo a tendência histórica à fusão e à concentração do capital, as “regiões” inclinam-se ao desaparecimento, num processo crescente de homogeneização da formação nacional.⁴

⁴ Foi Francisco de Oliveira que, em meados dos anos 70, abriu caminho a esta leitura das questões regionais no Brasil, em termos de divisão regional do trabalho sob controle hegemônico da produção capitalista. Seu conceito de região fundamentava-se *“na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de lutas de classes e do conflito social em escala mais geral. Deste ponto de vista, podem e existem ‘regiões’ em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados, e, no limite, [...] num sistema econômico de base capitalista, existe uma **tendência** para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as ‘regiões’ [...]. Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado [...]”*.

Com formulações como estas, Francisco de Oliveira tornou-se o mais consistente interlocutor crítico das teses dualistas de Furtado que, seguindo a tradição do pensamento cepalino, via a questão regional sob o enfoque dos “desequilíbrios regionais” e a intervenção planificadora do Estado em termos da realocação dos “fatores de produção”, para um nível ótimo, com vistas ao desenvolvimento econômico regional. Contrariamente às formulações de Furtado, Francisco de Oliveira, partindo da idéia de que, na economia nacional, a *“especificidade de cada ‘região’ completa-se [...] num quadro de referências que incluía outras ‘regiões’, com níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção”*, concebe o

*“O que preside o processo de constituição das ‘regiões’ é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as ‘regiões’ são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a ‘região’ exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são **personas** do capital e de sua contradição básica. E, [...] uma ‘região’ assim **tende** a desaparecer – embora alguns exemplos atuais dêem conta de sua longa resistência aos processos de câmbio mais abrangentes - na mesma medida em que as várias formas do capital se fusionam, primeiro pela predominância do capital industrial, depois pela fusão entre capital bancário e industrial, dando lugar ao capital financeiro e, posteriormente, na etapa monopolista do capital, pela especial fusão entre Estado-capital”.*(OLIVEIRA,1981:30)

Assim concebidas, em termos de uma convivência simultânea de diferentes níveis de reprodução do capital e de relações sociais de produção no espaço da economia nacional, as regiões ultrapassam o conceito geográfico de dimensões físico-naturais e a-históricas, apresentando-se como expressão de *“diferenças na divisão regional do trabalho”*. Trata-se de criações eminentemente históricas para as quais, também, os intelectuais

planejamento *“como uma ‘forma’ de intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que **tomam a aparência de conflitos inter-regionais**”*. Nos seus termos, o planejamento, longe de ser uma técnica neutra, não representava a ação do *“Estado mediador mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização”*. (Oliveira, 1981:27, 29-30)

Um artigo, de 1972, que é hoje um clássico do pensamento econômico brasileiro – *“A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista”*, *Estudos CEBRAP 2* –, e um texto produzido em parceria com H.P. Reichstul, em 1973 – *“Mudanças na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil”*, *Estudos CEBRAP 4* -, abriram caminho ao mais importante trabalho de Francisco de Oliveira, sobre a problemática das regiões, que se tornou um divisor de águas e uma referência teórica para as análises da questão regional no Brasil, a partir de então: *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classe*, editado em 1981(Paz e Terra).

desempenham importante papel, na medida em que a região não dispensa, como um de seus pressupostos fundamentais, a construção simbólica e cultural de uma “identidade regional”.

No caso do Brasil, a questão regional começou a delinear-se em meados do século XIX, quando o surgimento do Estado nacional e a centralização imposta pelo Império à dispersão política provincial suscitaram fortes reações regionais que, àquela altura, sinalizavam os riscos de uma fragmentação separatista. No entanto, somente no século seguinte, sob o signo de significativas alterações no processo de acumulação e reprodução capitalista, a questão regional, efetivamente, ganhou corpo no espaço nacional brasileiro. Na segunda década do século XX, acelerando-se notavelmente a partir dos anos 30, o Brasil iniciou o trânsito de uma economia agro-exportadora, responsável pela existência de verdadeiros “*arquipélagos regionais*” – economicamente especializados e frouxamente articulados entre si, cuja dinâmica estava em estreita dependência dos mercados externos –, para uma situação em que a indústria e o mercado interno passaram a dar as bases para o processo de acumulação ampliada do capital. Neste momento, a expansão econômica no país passou a ter a “região” Centro-Sul como o “centro” da reprodução capitalista, tornando-se a “região do café” o “centro industrial” brasileiro e São Paulo o seu eixo dinâmico:

*“O desenvolvimento industrial da ‘região’ de São Paulo começou a definir, [...], a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar **uma divisão regional do trabalho nacional**, em substituição ao ‘arquipélago’ de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior. Derrocaram-se as barreiras alfandegárias existentes entre os Estados, na rota das transformações*

*operadas pela Revolução de 1930,[...]; instituiu-se o Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país, e aboliu-se a capacidade que detinha cada Estado de legislar sobre comércio exterior. Estava-se, em verdade, em presença da implantação de um projeto de Estado nacional unificado, em sua forma política, que recobria a realidade de uma expansão capitalista que **tendia** a ser hegemônica; voltada agora para a produção de valor cuja realização era sobretudo de caráter interno, podia a mesma impor ao conjunto do território nacional o seu equivalente geral; essa imposição do equivalente geral criava o espaço nacional capitalista unificado”.(Ibid.:74-75)*

Em síntese, ao se transitar de uma situação em que o mercado exterior determinava a dinâmica das “ilhas regionais” exportadoras – período em que não se podia propriamente caracterizar uma questão regional, dada a fraca ligação destas ilhas exportadoras entre si –, para uma outra em que se internalizava a acumulação com base na indústria, teve início um processo de articulação das regiões econômicas do país. A partir de então, as diversidades regionais, realimentadas pela divisão nacional do trabalho, ganharam visibilidade, fazendo emergir a problemática regional, cujo adensamento acompanhou a concentração fabril em São Paulo, tornado o centro hegemônico do capital. As diferenças regionais, especialmente as de produtividade, ganharam relevo com a integração ditada pelo centro dinâmico, abrindo-se, com isto, caminho à destruição das economias regionais, através de um processo que, na realidade, não era outra coisa senão a expansão capitalista em escala nacional .

2. O “Nascimento” do Nordeste

Pode-se dizer que, sob o signo das secas, o **Nordeste** “nasceu” oficialmente em 1919, no governo de Epitácio Pessoa, quando o nome passou a ser utilizado em documentos para

definir a área onde atuaria a *Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas* (IFOCS), órgão subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas⁵. A rigor, no entanto, durante a década de 20, “Norte” e “Nordeste” continuaram, no geral, a ser tratados de forma quase indiferenciada. A distinção entre o Norte amazônico e o Nordeste, propriamente dito, começou a evidenciar-se mais fortemente quando, além do eixo da acumulação capitalista inclinar-se decididamente para o Centro-Sul, jogando o Nordeste para a condição subalterna de região atrasada, a migração de “nordestinos”, atraídos pela extração da borracha,⁶ chamou a atenção para o risco de escassez de oferta de mão-de-

⁵ Desde a grande estiagem de 1877-79 quando, segundo estimativas, cerca de meio milhão de pessoas pereceram, a seca passou a ser tratada como o grande flagelo do “Norte” do Brasil. Na época, o Imperador Pedro II instituiu uma *Comissão Imperial de Inquérito* que, entre outras recomendações, propôs a melhoria dos meios de transporte e, principalmente, a construção de açudes. Já no período da República, na Constituição de 1891, os deputados do Norte incluíram um item (*artigo 5º*) que previa a destinação de verbas especiais para socorro da “*população flagelada*”. A partir daí, praticamente, institucionalizou-se a política de combate às secas também como uma das formas de controle de segmentos do aparelho de Estado pelos grupos dominantes da região sertaneja. Disto foi exemplo a criação, em 1909, do IOCS – *Inspetoria de Obras Contra as Secas* – que, com pequenas modificações em sua denominação (IFOCS – *Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas*), manteve-se em funcionamento até 1945, quando foi transformada no DNOCS (*Departamento Nacional de Obras Contra as Secas*). ALBUQUERQUE JR, 2001:70; ROBOCK, 1963:88.

Segundo Marco Antonio Villa (*Vida e Morte no Sertão. História das Secas no Nordeste nos Séculos XIX e XX*), a “*criação do IOCS foi fortemente influenciada pelo Reclamation Service surgido nos Estados Unidos em 1902, durante a presidência de Theodor Roosevelt*”, contando também com a participação de inúmeros geólogos americanos, que desenvolveram pesquisas nos solos do semi-árido nordestino. Em 1907, foi criado o *Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro* e onze anos depois concluído o primeiro mapa geológico do Brasil, elaborado por John Casper Branner, da Universidade de Cornell.

Em seu livro, Villa dá destaque especial a Orville Derby, “*precursor dos geólogos americanos voltados ao estudo das secas do Nordeste*”. Segundo ele, Derby “*pesquisou as manchas solares e suas relações com as secas, defendeu a irrigação, preocupou-se com o estabelecimento de postos de recolhimento de informações científicas da região – como as estações pluviométricas – e defendeu enfaticamente a lavoura seca[...]*”. Além disso, chegou a propor uma “*combinação de poços, açudes e irrigação para transformar o sertão em uma área agrícola – e também criadora de animais – com condições de conviver com as secas*”. VILLA, 2000:95

⁶ Segundo informa Marco Antonio Villa, “*Só entre janeiro e junho de 1878, pelos portos de Fortaleza e Aracati, cerca de 35 mil retirantes deixaram a província*” em busca de trabalho na região amazônica que, por muito tempo, continuou a ser o destino da maioria dos flagelados. De igual modo, durante a seca de 1915, “*entre julho de 1915 e abril de 1916, partiram 40 mil emigrantes, 31 mil rumo à Amazônia e 9 mil com destino ao Sul do país*”. Ibid.:62,118.

obra barata para as fazendas “nordestinas”. (ALBUQUERQUE JR, 2000:68-69) Foi a partir deste período que uma diferenciação mais nítida entre as duas “regiões” passou a freqüentar os pronunciamentos políticos no Congresso e as manifestações das elites locais⁷ que, inclusive, chegaram a convergir no *Movimento Regionalista Nordestino* de 1926, encabeçado por Gilberto Freyre.⁸

É importante que se diga, ainda, que a identificação das especificidades do Nordeste, que o seu reconhecimento como região passou por alterações significativas, como bem testemunha Francisco de Oliveira ao assinalar que, na verdade, na história regional e nacional existiram vários “nordestes”. A título de exemplificação, lembra que:

“Reconhecia-se, no período da Colônia, ‘regiões’ dentro do que hoje é o Nordeste, com amplitudes muito mais restritas; sobretudo no que corresponde hoje aos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, a ‘região’ era reconhecível como o locus da produção açucareira, enquanto os espaços dos Estados que hoje correspondem ao Ceará e Piauí eram relativamente indiferenciados, desenvolvendo atividades econômicas de pouca expressão na economia colonial e quase nunca assimilados ao que se poderia chamar de Nordeste”. (OLIVEIRA,1981:34)

⁷ O pronunciamento de Mário Pinto Serva, “As Reivindicações do Norte”, em 1920, reproduzido por Durval Muniz de Albuquerque Jr., em seu livro *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*, é esclarecedor neste sentido: “A política brasileira aplicada ao Norte do Brasil é a negação formal da civilização, é completa e fundamentalmente errada em tudo e só serviu para plantar a desolação e o deserto na Amazônia, e abandono e a miséria social das populações do Nordeste...”. ALBUQUERQUE JR, 2001:69

⁸ Sobre o *Movimento Regionalista Nordestino de 1926* e sua ideologia, consultar, entre outros, BASTOS (1986); ALBUQUERQUE JR (2001); D’ANDREA (1992); CHIAPPINI e BRESCIANI (org.) (2002).

Mesmo a região nordestina, modernamente definida – a que aparece no contexto da nação tornada independente e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX quando, num processo de alteridade econômica, a região do café abriu caminho para a industrialização do Centro-Sul –, acomodou vários “nordestes”, pois, ao lado do “velho Nordeste” açucareiro, havia também o “Nordeste pecuário-algodoeiro”. Isto é, o Nordeste das secas, do cangaço, do messianismo rústico e dos coronéis que, aos poucos, à medida da decadência da aristocracia do açúcar, assumiu o controle político regional, que se manteve praticamente intocado até a década de 1950.⁹

Este “Nordeste pecuário-algodoeiro” surgiu plenamente caracterizado, pela primeira vez, em 1937, no livro de Djacir Menezes, *O Outro Nordeste*. Nele, apareceram contrapostos o “Nordeste açucareiro e pernambucano, gordo e escravocrata”, de Gilberto Freyre, e a zona do Cariri dos coronéis, dos beatos, da “*exploração pastoril e liberdade*”; a região “*que se embebeu do sangue negro, com sua aristocracia feudalóide*” e a “*que se desenvolvia no trabalho livre das caatingas e de alguns vales úmidos, onde abrolhavam núcleos malganglionados de agricultura irregular*”. Distinguindo claramente os sertões do Ceará, Piauí, as zonas semi-áridas do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia, Menezes mostrou a pecuária extensiva, desenvolvida para abastecer a região açucareira, como o substrato da vida social peculiar dos sertanejos (“*sistema*

⁹ Francisco de Oliveira observa que a “*imagem do Nordeste, que as crônicas dos viajantes de fins do século XVIII e princípios do século XIX descreveram em termos de opulência dos ‘barões’ do açúcar, e que depois iria inspirar a nostálgica pseudo-sociologia de Gilberto Freyre, começou a ser substituída pela imagem do Nordeste dos latifundiários do sertão, dos ‘coronéis’; imagem rústica, pobre, contrastando com as dos salões e saraus do Nordeste ‘açucareiro’*”. Neste rastro é que surge o Nordeste das secas”. Isto ocorreu, principalmente, a partir do momento em que, compatibilizados os interesses da reprodução do capital da “região” do café e da “região” da pecuária-algodoeira, “*tanto o controle político da Nação começou a escapar das mãos da burguesia açucareira do ‘velho’ Nordeste, quanto o controle interno do ‘velho’ e do ‘novo’ Nordeste começou a passar às mãos da classe latifundiária que comandava o processo produtivo algodoeiro-pecuário, reiterado pela sua subordinação aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano*”. OLIVEIRA, 1981:35.

pacato e submisso”), onde o cangaço e o fanatismo (“*binômio social de um desajustamento prolongado*”) desenvolveram-se como reações à miséria e às injustiças sociais seculares, perpetradas pelas oligarquias locais¹⁰. (MENEZES,1970:13)

A bem da verdade, esta visão do Nordeste pecuário-algodoeiro – posteriormente transformada numa imagem redutora (quase arquetípica) de todo o Nordeste, veiculada através da produção literária, das manifestações de cultura popular regional e do discurso político das elites sertanejas – já havia sido esboçada, em largos traços gerais, no início do século XX, n’*Os Sertões* de Euclides da Cunha. Neste livro, em consonância com os paradigmas do cientificismo positivista e das teorias deterministas, que buscavam na raça e no meio a explicação para as peculiaridades regionais, o “sertão” emergiu como um espaço naturalizado à mercê do ambiente hostil, cujo atraso, violência e fanatismo

¹⁰ Trabalhando com concepções de análise que mesclavam determinismo geo-climático, sociologia positivista, história, antropologia culturalista e elementos da teoria psicanalítica, Menezes caracteriza o cangaço e o fanatismo religioso como formas de reação às condições sociais injustas e excludentes da vida sertaneja, numa perspectiva crítica às oligarquias locais: “*A reação do que procura conjurar os males, que o esmagam, recorrendo aos processos mágico-animistas de antepassados, – o fanático. A reação do que se ergue, instintivamente, contra algo que não sabe o que é nem como definir, iniciando a crônica sinistra do crime e do latrocínio, - o cangaceiro. A reação doente, no plano místico; e a reação forte, no plano histórico. O fanático procura vencer os obstáculos que o constroem como o primitivo vence as hostilidades naturais. ‘Vê’ o mundo social – melhor seria ‘sente’ – através de forças instintivas e cegas, colorindo-o na subjetivização animista, com a sua técnica, a magia. Mundo vagamente hostil, que não compreende. Mundo que o encara com os olhos do fisco, do delegado, da polícia. Cujo contato é sempre algo adversário*”. Sua análise da destruição do “Reduto do Caldeirão”, em 1936 – acampamento de penitentes e “fanáticos” nas proximidades de Juazeiro –, também evidencia, de modo emblemático, os aspectos da concepção teórica que norteia sua leitura do “outro Nordeste”. Senão, vejamos: “*A polícia destruiu o povoado, que crescia, abrindo um parêntese na ordem pública. Parêntese de desordem? Não. Parêntese silencioso e ordeiro – mas diferente. Destruindo-o, não destruiu as raízes sociais que o geraram. Não eliminou as causas históricas e econômicas que criam o clima social em que se abrem as corolas de superstições retrospectivas de protestos. Porque não são fatores meramente psicológicos que as determinam. [...] O comportamento social do fanático é suscitado pelo estado de uma sociedade de retardamento cultural e desequilíbrio estrutural profundo: e na base emocional comum, amalgamam-se as influências mais díspares. E rompem, aqui e além, reportando, ante o olhar assombrado do dileitante, como anomalias e reversões cujo caráter de protesto se teima em não ver*”. MENEZES, 1970:19,105.

religioso eram explicados pelas contingências da natureza inclemente, do isolamento e da mestiçagem das raças.

Construído em termos de uma dicotomia, o livro de Euclides da Cunha opunha “litoral” e “sertão” sem, no entanto, definir este último em termos “nordestinos”, propriamente ditos. O contraste entre as duas regiões traduzia a tensão entre “civilização” e “barbárie”, além de operar em sintonia com as preocupações essenciais do autor, ou seja, as possibilidades de construção de uma nacionalidade autêntica. (LIMA,2002:78-79) Mas, o que acabou por se consolidar, na tradição teórica e no imaginário nacional, foi o retrato do “sertão” – *“a extensa zona de criação do gado que já no alvorecer do século XVIII ia das raias setentrionais de Minas a Goiás, ao Piauí, aos extremos do Maranhão e Ceará pelo ocidente e norte, e às serranias das lavras baianas”* –, terra de *“clima impiedoso”, “flora agressiva”, “secas periódicas” e “solo estéril crespo de serranias desnudas”*. Em suma, a paisagem desolada da caatinga, produto da dilaceração provocada por agentes extremos: o sol calcinante e as chuvas torrenciais. Uma região onde a *“natureza compraz-se em um jogo de antíteses”, “Barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes”*. (CUNHA,2000:48, 86, 91)

Junto a este cenário de desolação e extremos, Euclides da Cunha construiu o sertanejo, *“o tipo de uma subcategoria étnica já constituída”, “uma raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano”* – produto do cruzamento inevitável de índios e bandeirantes brancos, em que a *“fusão operou-se em circunstâncias mais compatíveis com os elementos inferiores”*, e o *“fator étnico preeminente transmitindo-lhes tendências civilizadoras não lhes impôs a civilização”* –, moldado no isolamento de três séculos. (Ibid.:87-93) Este sertanejo, que herdou a índole aventureira do bandeirante e a impulsividade do índio, e que se dedicou ao *“trabalho nômade do regime pastoril”*, foi

apresentado como a evidência direta de que a diversidade no processo da mestiçagem brasileira permitia distinguir o povoamento do “litoral” e do “sertão”. *“O contraste entre amb[o]s ressalta ao paralelo mais simples. O sertanejo tomado [...] do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente”*. (Ibid:96) No litoral, ao contrário, em razão do predomínio dos negros (vasta mão-de-obra dos engenhos açucareiros), o tipo dominante foi o mulato e o povoamento sedentário. Aí, *“numa inversão extravagante”, “funções altamente complexas”* foram impostas a *“órgãos mal constituídos, [...] atrofiando-os antes do pleno desenvolvimento”*, produzindo como resultado *“o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”*, o que lhes interditou o acesso a uma *“sólida base física do desenvolvimento moral ulterior”*. Por tudo isto, Euclides da Cunha permitiu-se afirmar que o sertanejo era um *“retrógrado”*, mas não um *“degenerado”*, pois havia se formado livre *“das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo”*. Esta população sertaneja, que tinha *“a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte”*, apesar da sabida demora de *“sua evolução psíquica”*, quando *“despeada afinal da existência selvagem”*, podia *“alcançar a vida civilizada”* exatamente porque *“não a atingiu de repente”*¹¹. (Ibid.:87-99) Em suma, fiel à

¹¹ Walnice Nogueira Galvão, responsável por importantes trabalhos sobre Euclides da Cunha, sinaliza uma das grandes contradições de sua obra: a elaboração de um verdadeiro libelo contra a mestiçagem e, ao mesmo tempo, de um *“elogio”* à resistência e bravura do sertanejo. Segundo a autora, *“Euclides vacila febrilmente entre sua consciência e as teorias racistas, terminando por chegar aproximadamente a uma acomodação. Sua conclusão, inesperada e em contradição com as teorias expostas ali mesmo em seu livro, [...] é a de que o brasileiro do sertão seria o primeiro produto da miscigenação dos bandeirantes brancos com índios”*. Uma mistura em que *“só entrariam as melhores qualidades das duas raças”* e onde o negro estaria ausente. GALVÃO, 1999:162.

Outra autora, Nísia Trindade Lima (*“A sociologia desconcertante de Os Sertões”*), ao analisar o significado da noção de *“isolamento”* para a constituição do sertanejo, aponta o papel expressivo que lhe é reservado no ideário de Euclides da Cunha. Segundo ela, o isolamento *“ao mesmo tempo, explicaria o caráter retrógrado do sertanejo e sua proteção diante dos efeitos perversos de uma civilização que [...] revelava sinais de decadência e inautenticidade: ‘Fora do litoral, em que se refletia a decadência da*

conhecida tradição do pensamento nacional que jogou o negro para os desvãos da história do país, negando-lhe papel na construção da “brasilidade”¹², Euclides da Cunha reservou para o sertanejo a condição de “*rocha viva da nacionalidade*”, livre da mácula degenerativa dos mestiços mulatos do litoral, e que, uma vez superado o anacronismo imposto pelo isolamento, poderia fornecer a base saudável para a nacionalidade brasileira.

A partir de meados da década de 20, estas concepções de viés naturalista, pautadas pelo determinismo, começaram a ceder passo, lentamente, às análises sociológico-culturalistas do Nordeste de que Gilberto Freyre foi, sem dúvida, o mais expressivo representante. Estas análises recriaram a região nos termos da visão de mundo tradicional e conservadora da velha elite açucareira que, a partir da década de 30, além de perder espaços econômicos significativos, viu-se alijada do centro do poder nacional e confrontada, no âmbito regional, com o “outro Nordeste”. O temor da antiga aristocracia nordestina de “*ver seu mundo se esvaír*”, de não ter lugar na ordem político-social emergente, em suma, de não participar do novo pacto de poder, fez com que este regionalismo optasse pela defesa da tradição e pela idealização do passado colonial açucareiro, identificado como matriz da nacionalidade brasileira¹³. O que permite

metrópole e todos os vícios de uma nacionalidade em decomposição insanável- aqueles sertanistas assemelhavam-se a outras raças’. Redimidos de seu anacronismo secular, aos sertanejos se destinaria a conquista étnico-social do país, e, por isso, eles foram vistos como a ‘rocha viva da nacionalidade’ ”. LIMA, 2002:87

¹² Refere-se aqui à tendência das elites coloniais, envolvidas no processo de independência nacional, de tomarem o índio como símbolo da consciência nativista. No plano da produção literária, o indianismo da fase romântica (José de Alencar e Gonçalves Dias) é uma das mais claras expressões desta concepção. GALVÃO, 1999:163.

¹³ O regionalismo tradicionalista nordestino, como reação à profunda crise vivida pela oligarquia açucareira, começou a ganhar corpo com a criação do *Centro Regionalista do Recife*, em 1924. Posteriormente, o lançamento d’*O Livro do Nordeste* (1925), a realização do *I Congresso Regionalista e*

concluir-se que a integração capitalista da economia nacional, ditada pelo novo centro dinâmico, além de abrir caminho à destruição das economias regionais, possibilitou a recriação intelectual do “velho Nordeste”, segundo a visão das oligarquias. Neste movimento, a identidade regional nordestina passou a ser buscada no “*passado rural e pré-capitalista*”, nos “*padrões de sociabilidade e sensibilidades patriarcais*”, além de proceder-se a uma releitura idealizada das manifestações do folclore e da cultura popular¹⁴. (ALBUQUERQUE JR, 2001:76-77)

A partir de uma engenhosa operação intelectual de compensação ideológica à subalternidade econômica, nasceu a caracterização do “Nordeste açucareiro”, um pouco mais que Pernambuco expandido. Tratado por Gilberto Freyre como o *locus* da “*civilização brasileira*”, espaço onde a identidade nacional foi formada, com base na

a elaboração do *Manifesto Regionalista* (1926) – iniciativas de Gilberto Freyre –, consolidaram e deram expressão a este movimento. No *Manifesto*, Gilberto Freyre afirmava, de modo exemplar, que “*Há dois ou três anos que se esboça nesta velha metrópole regional, que é o Recife, um movimento de reabilitação de valores regionais e tradicionais desta parte do Brasil[...], [que afirma o] ‘sentido por assim dizer eterno de sua forma – o modo regional e não apenas provincial de ser alguém de sua terra –, manifestado numa realidade ou expresso numa substância talvez mais histórica que geográfica e certamente mais social do que política. [...] Procurando reabilitar valores e tradições do Nordeste, [...] Procuramos defender esses valores e essas tradições, isto sim, do perigo de serem de todo abandonados, tal o furor neófito de dirigentes que, entre nós, passam por adiantados e ‘progressistas’ pelo fato de imitarem cega e desbragadamente a novidade estrangeira. De modo particular nos Estados e nas Províncias, o que o Rio ou São Paulo consagraram como ‘elegante’ e como ‘moderno’*”. Citado por BASTOS, 1986:236-237.

¹⁴ Durval Muniz de Albuquerque Jr. destaca o trabalho de Luís da Câmara Cascudo como um exemplo da idealização da cultura popular e da sua assimilação ao tradicional e ao anti-moderno. “*Câmara Cascudo, em seus trabalhos adota a visão estática, museológica do elemento folclórico. Seus estudos, longe de fazer uma análise histórica ou sociológica do dado folclórico, se constituem em verdadeiras coletâneas de materiais referentes à sociedade rural, patriarcal e pré-capitalista do Nordeste, vendo o folclore como um elemento decisivo na defesa da autenticidade regional, contra os fluxos culturais cosmopolitas. [...] Para estes estudiosos [os folcloristas], o folclore serviria para revelar a essência da região, por ser ele uma sobrevivência emocional. [...] O folclore seria o repositório de um inconsciente regional recalcado, uma estrutura ancestral, permitindo o conhecimento spectral de nossa cultura regional. O folclore seria a expressão da mentalidade popular, e esta, por sua vez, da mentalidade regional*”. ALBUQUERQUE JR, 2001:77-78.

mestiçagem das três raças e na fusão de suas culturas, sob o patriarcado, o latifúndio e o calor do trópico, este Nordeste foi apresentado como o responsável pelos marcos definidores da nacionalidade¹⁵:

“Talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições e em nitidez de caráter. Vários valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros, menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmos valores”. (FREYRE, citado por D’ANDREA,1992:124)

No Nordeste de Gilberto Freyre, açucareiro e litorâneo, a natureza tendia a *“fazer o homem, o grupo, a cultura humana à sua imagem”*; no entanto, *“o homem, o grupo, a cultura humana”* também agiam sobre *“a natureza regional, alterando-a de modo às vezes profundo”*, numa espécie de *“contemporização entre as duas tendências”*. Neste Nordeste,

“o massapê raramente deu desses homens zangados e agrestes, sem plasticidade e quase sem doçura nenhuma, que foram antes filhos dos sertões ou engenhos de terras

¹⁵ Michel Zaidan Filho, no livro *O Fim do Nordeste & Outros Mitos*, refere-se à “brasilidade nordestina”, intelectualmente construída por Gilberto Freyre (o *“verdadeiro intelectual orgânico da classe senhorial nordestina”*), e à “identidade cultural nordestina”, preservada na irreverência dos *“heróis picarescos”* de Ariano Suassuna. O primeiro teria sido o responsável pela reconstrução idílica do passado colonial oligárquico, das relações *“cordiais”* entre escravos e senhores e pela *“fetichização dos traços culturais nordestinos”*, tais como *“o alfenim”*, *“a cocada”*, *“os costumes sexuais”*, *“a arquitetura”* etc.; o segundo, por ter lançado o *“olhar da aristocracia rural”* do Nordeste, *“por intermédio de elementos populares revalorizados”*, para a *“epopéia civilizatória regional nordestina”* (a Guerra de Canudos e o Arraial de Palmares). A obra de Suassuna, segundo Zaidan, expressaria um *“repúdio à política republicana e democrática no Brasil, responsabilizada pela desgraça do povo nordestino. Daí, o sentido do messianismo sertanejo, o rei (Dom Sebastião), o profeta, os nobres e os vassalos, todos envolvidos no manto de uma simbologia religiosa e aristocrática”*. ZAIDAN Filho, 2001:11-16.

ásperas.[...] A terra mais macia do litoral e da ‘mata’ do extremo Nordeste e do Recôncavo da Bahia parece ter influído sobre os próprios senhores [...], amaciando homens do Norte agrário inteiro e não apenas da cidade da Bahia, aqueles baianos maneirosos que Joaquim Nabuco retratou n’Um Estadista do Império – os políticos mais flexuosos e plásticos da monarquia”. (FREYRE, citado por BASTOS, 1986:240)

Este Nordeste escravista – em que negros no eito, produzindo açúcar sob chicote, não viviam mais do que sete anos, sucumbindo à má alimentação, ao cansaço, aos maus tratos e às doenças –, foi descrito por Gilberto Freyre, com olhos de senhor da casa-grande, como a região da preguiça, da manemolência, da vadiação e da sensualidade. A terra

“das árvores gordas, de sombras profundas, bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchopanças pelo mel do engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pela opilação, pela aguardente, pela garapa de cana, pelo feijão de coco, pelos germens, pela eripsela, pelo ócio”. (FREYRE, 2001:28)

Um Nordeste que se prodigalizava em doces afrodisíacos, quase pecaminosos: *“beijinho, desmamado, levanta-velho, beijo-de-moça, casadinhos, mimos-de-amor”; “suspiros-de-freira, toucinho-do-céu, barriga-de-freira, manjar-do-céu, papo-de-anjo”*. Uma região em que o senhor de engenho, preguiçosamente embalado na rede (*“Rede parada com o senhor descansando, dormindo, cochilando. Rede andando, com o senhor em viagem ou a passeio, debaixo de tapetes ou cortinas. Rede rangendo, com o senhor copulando dentro dela”*), nunca deixou à mingua seus escravos como, segundo ele, fazia o capitalista usineiro com seus trabalhadores, pois *“alimentou-os com certa largueza, socorreu-os na velhice e na doença, proporcionando-lhes e aos filhos oportunidades de*

ascenso social".(Ibid.:30,37) Um Nordeste em que, numa improvável inversão das relações sociais, as mucamas negras, mães-de-leite dos sinhôzinhos podiam ocupar lugar de honra nas famílias patriarcais, pois

“Alforriadas, arredondavam-se, quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a quem se faziam todas as vontades; os meninos tomavam-lhe a bênção, os escravos tratavam-nas de senhoras. [...] Em dias de festa, quem as visse anchas e enganjentas entre os brancos, havia de supô-las senhoras bem-nascidas: nunca escravas vindas da senzala”. (Ibid.:41)

Enfim, um Nordeste “cordial”, base genética do mito da democracia racial brasileira, exímio na arte da conciliação e que tinha, ainda, muito a ensinar aos homens do poder nos novos tempos. Tempos que impunham mudanças “pelo alto” para que o novo capital industrial pudesse impor sua lógica, sem corromper a estrutura fundiária secular, sem remover a exclusão das massas trabalhadoras e os privilégios da velhas classes dominantes. Tempos em que as antigas e as modernas elites precisavam renovar o pacto político para a condução do país. Os novos donos do poder, alertava Gilberto Freyre, tinham muito a aprender com o “velho” Nordeste açucareiro. Afinal, ali, o latifúndio havia garantido o povoamento e as bases da “civilização” no trópico. Ali, a distância e o conflito entre as classes tinham sido contidos e adocicados através da miscigenação racial e cultural¹⁶. Nesta “região”, a casa-grande e seus senhores figuravam

¹⁶ Conforme a feliz construção de Durval Muniz Albuquerque Jr., “*Nordeste visto por Freyre tinha uma paisagem enobrecida pela capela, pelo cruzeiro, pela casa-grande, pelo cavalo de raça, pela palmeira imperial, mas ao mesmo tempo deformada pela monocultura latifundiária e escravocrata, esterilizada em suas fontes de vida, devastada em suas matas, degradada em suas águas. Um Nordeste em que a fuga da terra pela erosão e das matas pelas queimadas parecia macular aquele que aparentava ser o único aspecto de permanência: a natureza e o espaço. Para Freyre, esta degradação física do Nordeste era um dos indícios da própria decadência daquela sociedade tradicional*”. ALBUQUERQUE JR, 2001:99-100.

“o sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, sistema de contemporização entre tendências aparentemente conflitantes – o colonizador tentando impor as formas européias à vida nacional, o colonizado funcionando como adaptador dessas formas ao meio. Neste sentido a casa-grande opera como centro de coesão nacional, representa todo um organismo econômico, social e político e age como ponto de apoio para a organização nacional. Mais do que isto, é o modo pelo qual se realiza o caráter estável da colonização portuguesa de marca agrária, sedentária, plástica e harmoniosa. Por isso, na formação nacional, representou papel marcante vencendo a Igreja e, em certos momentos, até mesmo o Estado”. (BASTOS, 1999:219).

Por fim, a idealização e o olhar nostálgico em direção ao passado aristocrático desdobram-se em mais um sentido quando se tem em conta o lamento de Gilberto Freyre, registrado por Carlos Guilherme Mota – *“O que estragou tudo foi a usina...”*. (MOTA, 1980:60) Revela-se aí, então, o significado profundo da melancolia do sociólogo pernambucano: o desaparecimento acelerado de um mundo que, após longa agonia, sucumbia, finalmente, diante das novas formas capitalistas de produção em desenvolvimento no Centro-Sul. Agora, no presente, persistia apenas *“a parte pior”*, queixava-se o intelectual da velha oligarquia:

“O escravo foi substituído pelo pária de usina; a senzala pelo mucambo; o senhor de engenho pelo usineiro ou pelo capitalista ausente. Muitas casas-grandes ficaram vazias, os capitalistas latifundiários rodando de automóvel pelas cidades, morando em chalés suíços e palacetes normandos, indo a Paris se divertir com as francesas de aluguel”. (FREYRE, 2001:62)

3. O “Nascimento” do Nordeste Subdesenvolvido.

Outras serão as imagens do Nordeste construídas e veiculadas na década de 50, assim como, também, a linguagem utilizada nestas construções. Nas análises da problemática regional nordestina, perde terreno o determinismo climático e racial e a sociologia culturalista passa a conviver com interpretações oriundas de um novo campo intelectual, a economia. A região começa a ser tratada como um espaço homogeneizado de atraso econômico e de anacronismo político-social, em nítido contraste com a modernidade capitalista do Centro-Sul. Nos termos consagrados pelas teses cepalinas, nos “dois Brasis”, o pólo atrasado, a pedir reformas urgentes, é sempre o Nordeste. A região passa a ser vista como o grande problema nacional: um dos graves obstáculos à plena construção de um “Brasil Moderno”, entendendo-se como tal o país desenvolvido e industrializado.

O que era Nordeste como representação paradigmática do subdesenvolvimento? O lugar da seca e dos retirantes; da violência primitiva do cangaço e da insurgência messiânica; da estagnação econômica e das estruturas arcaicas; do atraso e do folclore; dos latifúndios improdutivos e das formas oligárquicas de dominação e, sobretudo, dos coronéis e seus representantes políticos que industrializavam as secas, valendo-se dos mecanismos do Estado para manutenção de privilégios. Em suma, uma região que, nos termos desenvolvimentistas dos anos 50, precisava ser submetida a políticas de racionalização capitalista que a colocassem nos trilhos do desenvolvimento econômico moderno. A esta imagem – de *locus*, por excelência, do subdesenvolvimento – acrescentou-se, ao final dos anos 50 e início dos 60, a do “barril de pólvora” prestes a explodir numa revolta popular de dimensões imprevistas. As Ligas Camponesas, o movimento de sindicalização rural, a ação de padres politizados apoiados por uma Igreja

sensível à miséria popular, a atuação do Partido Comunista e outros agrupamentos de esquerda eram mais do que evidências, quase certezas, para amplos setores da burguesia brasileira e para o Departamento de Estado norte-americano, de que o Nordeste corria o risco de uma “cubanização” iminente¹⁷. No lugar da violência milenarista dos “fanáticos”, da rebeldia primitiva de cangaceiros, a violência moderna e revolucionária ocupava, agora, os campos no Nordeste.

Há muito – na realidade, antes mesmo que em São Paulo o capital industrial se impusesse, forçando o Estado a novas formas de intervenção de modo a deslocar a acumulação capitalista das bases agro-exportadoras anteriores –, o Nordeste apresentava baixas taxas de crescimento econômico e de acumulação de capital, que acentuavam a pobreza e a secular exclusão social. A divisão nacional do trabalho, delineada no novo

¹⁷ A movimentação camponesa no Nordeste, particularmente em Pernambuco, sob a forma das Ligas Camponesas, preocupou o Departamento de Estado norte-americano. Os EUA viam Francisco Julião e os camponeses brasileiros como a “*combinação revolucionária potencialmente mais explosiva da América Latina*” (*Revista Life*–10/07/61). Explica-se por isto a presença numerosa de “conselheiros” e “técnicos” norte-americanos na região e o destaque dada pela imprensa dos EUA aos problemas da área. Stefan H. Robock, economista americano e Conselheiro de Desenvolvimento Econômico das Nações Unidas e autor de um estudo sobre o desenvolvimento do Nordeste (*Desenvolvimento Econômico Regional: o Nordeste do Brasil*), editado em 1963, relata alguns fatos significativos revelando, ele também, o espírito que presidia as preocupações norte-americanas: “*Em 31 de outubro de 1960, o New York Times admoestou, em sua primeira página, que ‘os preparativos de uma situação revolucionária se tornavam cada vez mais evidentes, através do vasto Nordeste brasileiro, flagelado pela seca e dominado pela miséria’.* Logo a seguir, um filme da National Broadcasting Company, ‘*A Terra Conturbada*’, rodado no Nordeste proporcionou a milhares de telespectadores americanos um testemunho visual da crise nordestina e da séria ameaça do comunismo castrista”. ROBOCK, 1964:20-21

Joseph A. Page, professor norte-americano (Universidade de Georgetown) que por várias vezes esteve no Nordeste, entre 1963 e 1971, fornece uma boa idéia da visão norte-americana sobre o Nordeste insurgente: “*Nos primeiros anos da década de 60, o público americano tomou conhecimento de que uma parte do Brasil estava à beira de uma violenta insurreição. Pelo menos assim parecia aos jornalistas e políticos que faziam soar o alarme sobre a situação explosiva no vasto e superpovoado Nordeste brasileiro. Visitantes da região relatavam que milhões de camponeses, vivendo em infinita pobreza, vinham demonstrando sinais de descontentamento, e que agitadores – políticos, estudantes e os inevitáveis comunistas – eficazmente atiçavam as chamas. Os americanos, perturbados pelo êxito da revolução cubana, começaram a ver o Nordeste do Brasil como um campo de batalha onde a recém-fundada Aliança para o Progresso poderia ser testada contra o desafio do castrismo*”. PAGE, 1972:11

contexto do capitalismo interno e que para o Nordeste reservou papéis subalternos, agravou ainda mais esta situação. A região transformou-se num imenso reservatório do “*exército industrial de reserva*”, oferecendo um vasto contingente de trabalhadores que, em “pau-de-arara”, migrava para o Centro-Sul ¹⁸, para alimentar as indústrias e os serviços urbanos com sua mão-de-obra barata e possibilitar a manutenção dos salários reais em níveis compatíveis com as necessidades de acumulação do capital. Mas, não apenas os “retirantes” rumaram em direção ao Centro-Sul. Também os capitais nordestinos começaram a migrar em busca de melhores possibilidades de investimentos e de taxas de lucro mais altas na “região desenvolvida” do país. Na realidade, a nova política econômica do pós-30, centrada na defesa dos interesses industriais e da acumulação interna, não deixou muitas alternativas à região: favorecendo o rebaixamento das taxas cambiais e, ao mesmo tempo, o aumento das tarifas alfandegárias, com vistas à proteção da indústria nacional, esta política deu “*lugar a um mecanismo de triangulação das trocas de mercadorias Nordeste–Exterior–Centro-Sul–Nordeste que deprimia a taxa de realização do valor das mercadorias produzidas no Nordeste, inviabilizando ainda mais a reprodução do capital na região nordestina*”. (OLIVEIRA,1981:37)

¹⁸ Entre 1941-1950, calcula-se que “*migraram para São Paulo cerca de 600 mil pessoas, um terço de Minas Gerais e outros estados, mas a maioria do Nordeste. A Bahia liderava com 190 mil, vindo depois Pernambuco e Alagoas com 50 mil cada, e o Ceará com 33 mil. Para o Rio de Janeiro, no mesmo período, migraram 440 mil pessoas, sendo pouco mais de 100 mil originárias do Nordeste – os baianos e pernambucanos representaram quase a metade desse contingente. Os efeitos da seca de 1951 associados com a decisão de milhares de nordestinos de abandonar a região – independentemente de uma nova seca – acabaram retirando da região somente em 1951 mais de 350 mil pessoas. São Paulo recebeu nesse ano 192 mil migrantes, 72% deles nordestinos. Mas o êxodo não diminuiu: nos dois primeiros meses de 1952 chegaram mais 68 mil, o que permitia estimar um total de 350 mil migrantes, o equivalente à migração de seis anos na década anterior*”. VILLA, 2000: 172-173.

Além disso, com a internalização das bases produtivas e a articulação do espaço econômico nacional, a partir do comando do centro capitalista industrial, as diferenças regionais de produtividade, antes fracamente sentidas, foram colocadas em destaque. Este foi o caso do parque fabril têxtil¹⁹ que, desde fins do século XIX, desenvolvia-se no Nordeste, especialmente em Pernambuco. Ele não resistiu ao impacto da competitividade das tecelagens paulistas, muito mais produtivas e eficazes do ponto de vista do capital. Neste sentido, a abertura da rodovia Rio-Bahia teve efeitos arrasadores para a indústria de tecidos nordestina. Quando esta rodovia, no governo de Juscelino Kubitschek, ligou os mercados do Nordeste e do Sudeste e a produção paulista invadiu a região, as fábricas nordestinas não resistiram ao profundo abalo, revelando-se, assim, todo o potencial destrutivo da competição inter-regional. O Nordeste viveu uma profunda crise neste setor até a criação da SUDENE, responsável por um programa de modernização que reduziu metade dos empregos na indústria têxtil e fechou a maioria das empresas deficitárias. (BACELAR,2000:74-75; FURTADO,1989:39) Nas novas condições de unificação do mercado nacional, em conformidade com a dinâmica do capital concentrado, o diferencial de competitividade passou a ser decisivo na seleção dos mais aptos para a concorrência capitalista e o setor têxtil nordestino foi, neste sentido, um caso exemplar de “inaptidão”.

¹⁹ O parque industrial nordestino, nos anos 40 e 50, caracterizava-se “*pela predominância de indústrias ligadas mais diretamente ao setor primário, vale dizer, a têxtil e a de alimentos, absorvendo cerca de 66% da mão-de-obra engajada no setor secundário, constituindo-se indústrias de expressão, ainda, as de transformação de minérios não-metálicos (especialmente cimento), a química e farmacêutica, as de óleos, essências e gorduras vegetais, e finalmente as de vestuário, calçados, papel, madeiras e móveis, sem fazer menção à de derivados de petróleo, cuja produção se restringe, até fins da década de 50, ao Estado da Bahia*”. Este era um parque industrial pouco diversificado, fracamente integrado e, sobretudo “*voltado essencialmente para a produção de bens de consumo direto, excetuando-se as indústrias de transformação de minérios*”. COHN, 1976:48.

Também não foram desprezíveis os problemas enfrentados, neste período, pelas duas culturas mais tradicionais do Nordeste – o açúcar e o algodão. Nos 40 anos iniciais do século XX, elas sofreram graves reveses, à medida que o Sul passou a diversificar sua produção agrícola (principalmente a partir de 29), transferindo capitais da lavoura do café para o algodão e a cana-de-açúcar. A tendência à estagnação das lavouras nordestinas, que já sofriam com estreitamento e oscilações dos mercados internacionais, acentuou-se ainda mais quando, a partir da concorrência sulista, diminuíram seus espaços no mercado interno.

No que diz respeito ao algodão, até a década de 1930, o Nordeste abastecia praticamente todas as indústrias têxteis do país – *“no quinquênio 1926/1930 quase 50% do mercado nacional era suprido pelo algodão nordestino”*. Este quadro, no entanto, alterou-se radicalmente quando o Centro-Sul passou a produzir algodão. Com sementes selecionadas, gozando das vantagens de localização, com melhor produtividade e menores preços, o crescimento da produção paulista de algodão foi vertiginoso²⁰, deslocando o produto nordestino dos seus mercados tradicionais. Assim, a produção algodoeira da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte (os principais Estados produtores), que em 1931 correspondia a 86,3% da produção nacional, chegou apenas a 22,8% em 1940. (COHN, 1976:26)

No caso do açúcar, os problemas eram mais complexos, dadas as condições de produção do setor. A lavoura canavieira, especialmente a da Zona da Mata de Pernambuco, desde o fim da escravidão, convivia com formas de extração de excedente através de relações

²⁰ Segundo Amélia Cohn, foi extraordinário o crescimento da produção algodoeira paulista, na década de 1930: *“de 3.934 t. de algodão em pluma em 1930, passa a 10.000 t. em 1931; em 1934 a produção é de 102.296 t. passando a 307.377 t. em 1940, o que representava quase o triplo da produção nacional em 1930”*. COHN, 1976:26.

não-capitalistas de trabalho, que asseguravam a reprodução do capital na agroindústria açucareira. Assim, nas primeiras décadas do século XX, encontravam-se nas fazendas o “*morador condicioneiro*” (trabalhador residente no engenho, com direito a um roçado para cultura de alimentos e com a obrigação de 2 ou 3 dias de trabalho por semana - a “*condição*”), o “*foreiro*” (pequeno agricultor que arrendava um lote nas áreas mais distantes dos engenhos, pagando em dinheiro - o “*foro*” - pelo uso da terra e cabendo-lhe, ainda, a obrigação de trabalho gratuito no engenho por 10 a 20 dias anuais, o “*cambão*”) e, ainda, os “*trabalhadores de fora*” (ex-moradores, que residiam nas pequenas vilas da região), além dos eventuais “*corumbas*” ou “*catingueiros*” (pequenos camponeses independentes do Agreste e Sertão que, sazonalmente, iam colher a cana-de-açúcar na Zona da Mata). A exploração deste tipo de relações de trabalho revelava-se altamente funcional nas condições em que era produzido o açúcar na região, pois o sistema de moradia garantia “*o represamento*” da mão-de-obra nos engenhos, mesmo nos períodos de crise no setor²¹, de modo que nas fases de crescimento o trabalhador estava sempre à disposição dos proprietários. Era comum, inclusive, nos períodos críticos de retração da agroindústria, o fazendeiro aumentar o número de foreiros em suas propriedades como forma de obter alguma renda da terra através do aluguel anual. (AZEVEDO, 1982:44-45)

No início da década de 30, ocorreram algumas modificações neste setor, quando o Estado varguista passou a intervir na produção açucareira através da *Comissão de Defesa da Produção de Açúcar* (APDA) que, em 1933, transformou-se no *Instituto do Açúcar e*

²¹ Num conhecido processo, largamente utilizado também em outras áreas da agricultura nordestina de exportação, “quando ocorria uma crise nos preços do açúcar a grande propriedade reduzia as suas atividades e remetia a sua mão-de-obra para a cultura de subsistência em torno dos sítios e roçados, o que lhe permitia repassar o custo da reprodução da força de trabalho para os próprios moradores e foreiros sem, contudo, perdê-los para uma outra área agrícola, pois estes permaneciam vinculados aos engenhos”. AZEVEDO, 1982:45.

do Álcool (IAA). O organismo criado com a finalidade de regular a produção, restringindo a oferta excessiva, acabou sob controle de usineiros nordestinos, que reivindicavam medidas de proteção e salvaguarda de seus interesses. (Ibid.:46) Assim, em 1934, foram estabelecidos preços mínimos para o açúcar e cotas de produção²² para cada Estado produtor o que, no caso específico do Nordeste, garantiu a sobrevivência da sua agroindústria, pois ficava-lhe assegurada a reserva de uma parte significativa do mercado nacional, a salvo da concorrência paulista.

Os resultados das medidas protecionistas foram contraditórios para o Nordeste. A curto prazo, a intervenção estatal garantiu rentabilidade tanto para os fornecedores da cana-de-açúcar quanto para os usineiros, que passaram a contar com garantias de comercialização. Além disso, verificou-se também a ampliação do “*crédito institucional para o custeio e o investimento na lavoura canavieira*” e o “*estímulo estatal a uma política de modernização e fusões das usinas*” que, inclusive, criaram as possibilidades de modificações nas formas de trabalho na agroindústria, pois

“à medida que, através do crédito institucional, torna-se viável arcar com a totalidade dos custos monetários com a reprodução da força de trabalho, o engenho e a usina passam a encarar a expulsão do morador como uma vantagem econômica, principalmente levando-se em conta a rentabilidade da cultura principal”.(CPDA/SUPLAN, *RelatórioRegional-1978*, citado por AZEVEDO, 1982:47)

Se a curto prazo as medidas protecionistas garantiram não só a sobrevivência, mas a possibilidade de uma “modernização restringida” na agroindústria açucareira do Nordeste, a longo prazo empurraram o setor para uma armadilha que custaria a sua

²² As cotas estabelecidas pelo IAA destinavam-se aos produtores do Rio de Janeiro, interior de São Paulo e Zona da Mata nordestina. Os estados do Nordeste foram beneficiados com a concessão da maior cota, 63% do que era produzido nacionalmente.

estagnação, pois quando o IAA estabeleceu preços mínimos para o açúcar, na verdade, beneficiou o “*produtor marginal*” que produzia com maiores custos. Nestas condições,

“de preços fixados em todo o território nacional, [...] os preços mínimos para o Nordeste se transformaram em preços máximos para a produção do açúcar na ‘região’ industrial de São Paulo. É fácil perceber que essa oligopolização da demanda [...] aumentou os diferenciais de acumulação em favor da ‘região’ onde os aumentos da produtividade do trabalho eram maiores.

.....
O próprio financiamento que o IAA passou a dar ao parque açucareiro não representou, [...] nenhuma mudança significativa para o ‘Nordeste’ açucareiro: servia apenas para financiar o mesmo mecanismo de reprodução do setor agrícola da atividade como um todo, nos mesmos termos. Em outras palavras, [...] [o financiamento do IAA] no ‘Nordeste’ açucareiro financiava a reposição arcaica de relações de produção”.(OLIVEIRA,1981: 68-69)

Ao longo das décadas de 50 e 60 houve momentos em que os dois setores da economia nordestina conheceram períodos de expansão circunstanciais, em razão de conjunturas favoráveis no mercado externo, sem que, no entanto, estas oscilações gerassem desenvolvimento estável e transformações importantes na economia, que pudessem indicar que o Nordeste desenvolveria formas de acumulação capitalista mais avançadas, nos moldes do Centro-Sul. Exemplo disto foi o crescimento do setor açucareiro no fim da II Guerra Mundial, quando ocorreu uma significativa valorização do produto nos mercados internacionais e, particularmente, no início dos anos 60, quando a Revolução Cubana fez com que os EUA buscassem novos fornecedores. Esta expansão da procura externa do açúcar propiciou um aumento extensivo da produção regional, realizado, sobretudo, a partir da incorporação de mais terras aos canaviais. No geral, de qualidade inferior, estas terras eram as utilizadas pelos “*moradores condicioneiros*” para a

produção da lavoura de subsistência. Como resultados diretos deste crescimento extensivo dos canaviais, a partir do cultivo das terras de menor fertilidade, além do decréscimo nos níveis de produtividade e do aumento nos custos de produção do açúcar, teve início um processo de graves conseqüências sociais: a remoção de *moradores* e *foreiros* que, expulsos dos engenhos, foram submetidos a uma dolorosa proletarização. Este processo, aos moldes de uma acumulação primitiva de capital, abriu caminho à intensificação do êxodo rural, ao crescimento do desemprego e subemprego nas áreas urbanas e ao clima de explosiva tensão social e política, que marcaram a história de Pernambuco nos anos 50 e 60.

3.1. Um Barril de Pólvora

As contradições sociais e tensões políticas no Nordeste, na década de 1950 e início da de 1960, manifestaram-se mais agudamente em Pernambuco, o maior produtor de algodão, de açúcar e o estado mais industrializado da região. E o centro do torvelinho regional foi, sem dúvida, a cidade do Recife. A capital de Pernambuco, que em 1940 tinha 348 mil habitantes, uma década depois chegava a ter 524mil²³. Porém, o significativo aumento da população explicava-se não propriamente pelo desenvolvimento econômico da cidade, mas pelo êxodo rural: trabalhadores da terra fugidos das secas e, principalmente, expulsos da zona açucareira, que alterava as formas tradicionais de trabalho. E, à medida que nem a indústria e nem o comércio local tinham condições de absorver esses migrantes, a população desempregada ou sub-empregada acabava se concentrando em

²³ É importante que se diga, também, que o caso de Recife não era isolado. Outras capitais nordestinas apresentaram crescimento significativo de população entre 1950 e 1960, algumas até proporcionalmente maior do que Recife. Estes foram os casos de Salvador com um aumento de 57% e Fortaleza com 90%. Em números absolutos, isto representou cerca de 750 mil habitantes para as três capitais juntas. COHN, 1976:79.

precárias construções sobre palafitas, fincadas na lama dos rios – os mocambos da cidade do Recife²⁴:

“Segundo o Censo dos Mocambos de Recife, a população que neles morava somava um total de 164.837 pessoas, o que correspondia a 50% da população total da cidade. Dessa população, 28% entravam na categoria de desemprego disfarçado. Se a ela somarmos os desempregados propriamente ditos – que alcança a proporção de 5,3% dos 10.435 indivíduos de mais de 15 anos de idade – o total de desempregados alcança a proporção de 1/6 da população total do Recife. Este quadro serve de base para se ter uma noção mais nítida da magnitude da aceleração desse processo de crescimento da população marginal em Recife, se levarmos em conta que o volume de migração para essa cidade vem aumentando rapidamente: entre 1920 e 1940 o saldo migratório foi de apenas 77.000 pessoas; entre 1940 e 1950 de 113.700; e entre 1950 e 1958 teria chegado a 111.900, com uma média anual de 14.876”. (COHN,1976:78)

²⁴ Joseph A. Page, em seu livro *A Revolução que Nunca Houve- Nordeste do Brasil: 1955-1964* (Rio de Janeiro, Editora Record, 1972), fornece uma visão impressionista dos mocambos, que vale a pena resgatar: “*Colônias de casebres, chamados mocambos, agrupam-se na lama ao longo das margens dos rios, para serem arrastados por uma ocasional inundação durante as chuvas, sempre renascendo, entretanto, quando as águas baixavam. Um constante fluxo de camponeses da zona do a u ar e do interior alimentava essas f tidas pústulas humanas. Um caso t pico era o Coque, aninhado entre os dedos de terra que acenavam para as águas pardas do rio Capibaribe. Diminutos casebres de madeira, com teto de telhas ou cobertos com papelão, abrigavam uma comunidade que crescera até ultrapassar 20.000 pessoas. Pequenos botes e jangadas constituíam, no Coque, o modo mais conveniente para alguém entrar e sair, desviando-se das privadas colocadas sobre estacas que mergulhavam descuidadamente na  gua.*” E numa outra referência aos mocambos, o relato da forma o de uma das mais miseráveis comunidades do Recife: “*Brasília Teimosa exemplifica como apareceram essas comunidades paup rrimas. Fugitivos das secas de 1958 começaram a ocupar um aterro que se projetava dentro do porto do Recife, construído para abrigar tanques de petróleo. A polícia vinha e derrubava os casebres. Quando a polícia saía, os proprietários voltavam para reconstruí-los. Finalmente as autoridades desistiram e um aglomerado de casas miseráveis espalhou-se ali como uma chaga.*” PAGE, 1972:23-24.

Os habitantes destes mocambos, construídos nos alagados à beira do Capibaribe e do Beberibe, fornecerão os tipos humanos para o “ciclo do caranguejo”, descrito por Josué de Castro • a simbiose entre o homem e o lixo, na repetição do ciclo da pobreza, em que homens se alimentavam de caranguejos (e, também, siris e aratus), que, por sua vez, se nutriam dos dejetos humanos lançados na lama dos rios:

“E com esta carne feita de lama, elas[as pessoas] fazem a carne de seus corpos e a carne dos corpos de seus filhos. São 100.000 indivíduos, 100.000 cidadãos feitos de carne de caranguejo. O que seus corpos expelem retorna à lama, para se tornar de novo carne de caranguejo”²⁵.

Como já se disse, este quadro de grave crise social era, em larga medida, resultado das transformações pelas quais passava a estrutura de produção canavieira. Nos campos úmidos da Zona da Mata, onde se concentravam as maiores usinas, o avanço da cultura da cana sobre as terras das lavouras de subsistência havia se acelerado nos anos 50, levando à diminuição dos trabalhadores permanentes e ao aumento da força de trabalho temporária, dos *corumbas* ou *catingueiros* e dos *volantes*. Segundo dados disponíveis, o trabalhador permanente que, em 1950, representava 50,3% da mão-de-obra da lavoura canavieira, em 1960 não era mais do que 34,7%. Um grande número de moradores e

²⁵ PAGE, 1972:23. No prefácio ao seu livro *Homens e Caranguejos* (São Paulo, Brasiliense, 1967), Josué de Castro reforça estas imagens referindo-se à “*lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo. Seres anfíbios – habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: este leite de lama. Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos.*”(CASTRO, 1967:12) Sem dúvida, uma imagem dos mocambos da cidade do Recife e de seus habitantes muito diversa da veiculada por Gilberto Freyre, a partir da ótica idealizada da casa-grande, em seu livro *Sobrados & Mocambos*: “*as aldeias de mocambos desse tipo surgem aos nossos olhos com uma doçura de povoações de ilhas do Pacífico – as mais romantizadas pelos viajantes, pelos poetas e até pelos antropologistas. O seu ar é o de casas inteiramente à vontade entre as palmeiras e a beira-mar ou da água doce. Algumas são até lacustres: palhoças trepadas em pernas de pau dentro d’água ou dos mangues*”. FREYRE, 2001: 30.

foreiros expropriados de suas lavouras²⁶ buscou as terras menos férteis e mais distantes, chegando quase ao Agreste, numa tentativa de recriar as condições de pequeno sitiante. A maioria, no entanto, mergulhada numa irremediável proletarização, procurou as regiões próximas às usinas, onde passou a trabalhar como volantes ou, então, rumou para os centros urbanos onde o subemprego e o desemprego a esperavam. Por isto não há que se estranhar a afirmação de que Recife era

“um dos grandes centros de prostituição do mundo. Em julho de 1961, um monge francês, que conduziu extensa pesquisa sobre o assunto no Brasil, estimou que havia 30.000 prostitutas em Recife. Destas, ele calculou que 20% trabalhavam em tempo integral, enquanto as restantes tinham empregos regulares em bares ou restaurantes, ou mesmo trabalhavam como empregadas domésticas em casas particulares”. (PAGE,1972:24)

Em síntese, pode-se dizer que, neste período, Pernambuco foi palco de uma intensificação do domínio do capital que, na lavoura canavieira, atualizou de modo violento as condições de exploração do trabalhador rural, eliminando as formas não-capitalistas de extração de excedente (“*cambão*”, “*condição*” etc.). Em lugar das relações arcaicas de trabalho, implantou-se a apropriação moderna do sobre-trabalho, sob a forma da mais-valia. Em vez do *cambão* e do *foro*, novas modalidades de exploração do trabalhador, que surgiram condicionadas a salários aviltados (“*trabalho por tarefa*” pago com valores abaixo do mínimo regional), à inexistência de direitos trabalhistas e à

²⁶ O processo de expropriação de foreiros e moradores da Zona da Mata, que em violência e radicalidade ganhava os contornos de um processo de acumulação primitiva de capital, “*ia desde a mobilização da mão-de-obra para as atividades exclusivas da lavoura comercial (reduzindo o tempo dedicado à subsistência) à proibição pura e simples do sítio ou roçado e da criação de animais até o aumento constante do foro e as pressões diretas e violentas, como a destruição das lavouras brancas pelos capangas dos engenhos e usinas, tinha como objetivo colocar, tanto o trabalhador rural como o camponês em inteira disponibilidade para o capital, transformando-os numa mercadoria a ser adquirida no mercado, em troca de um salário*”.(AZEVEDO, 1982:51)

impossibilidade de qualquer acesso à organização sindical, duramente combatida por usineiros e proprietários de engenhos, que mantinham jagunços armados sob seu soldo e comando.

Foi esta massa heterogênea de trabalhadores miseráveis e expropriados, sem quaisquer direitos sociais e políticos, que alimentou e fez explodir a tensão social em Pernambuco, nos anos 50 e 60, sob a forma das Ligas Camponesas e de outras modalidades de articulação dos trabalhadores do campo, principalmente, na Zona da Mata. Aí o movimento social combinou tanto as formas de luta dos moradores e foreiros, que resistiam ao processo de expropriação das lavouras de subsistência, como, também, a mobilização dos assalariados, desvinculados de qualquer acesso à propriedade da terra, em defesa da extensão dos direitos trabalhistas e da organização sindical no campo.

Conhecidos e largamente estudados, o movimento das Ligas Camponesas e a arregimentação sindical dos trabalhadores rurais, no Nordeste, são aqui referidos, apenas em seu significado político mais amplo, como expressão das mudanças nas relações de produção na Zona da Mata e do aguçamento dos conflitos sociais daí decorrentes, tendo em vista a recuperação das contingências históricas decisivas que cercaram o projeto de desenvolvimento do Nordeste e a proposta de intervenção planificadora de Celso Furtado, ao final dos anos 50. Sem entrar no mérito dos limites e contradições destes movimentos, do seu potencial revolucionário, do confronto ideológico entre as tendências políticas que disputaram a condução das ligas e a organização sindical no campo, o que se quer é chamar a atenção para a emergência das massas rurais como **sujeitos políticos**, que colocou em xeque a rígida estrutura fundiária e as soluções de compromisso que, desde 1930, sustentavam o pacto entre as antigas e novas elites e a

“paz agrária” no Nordeste. O que se pretende, com as referências aos movimentos populares no campo, é salientar que, à medida da incapacidade da organização oligárquica tradicional de responder às demandas sociais, a nova ordem capitalista • em versão monopolizada e imposta no plano nacional a partir de um novo núcleo hegemônico • cobrou iniciativa de novos atores sociais que, tendo em vista um projeto de modernização e desenvolvimento, nos moldes de uma nova racionalidade burguesa, procurará estabelecer em outras bases a subordinação dos trabalhadores às classes proprietárias e a destinação de um novo papel ao Nordeste na divisão nacional do trabalho, agora comandada pelo Centro-Sul, que fazia do espaço nacional integrado seu lugar de investimento, produção e realização do capital.

As Ligas Camponesas tiveram suas origens mais remotas na atuação do PCB, ao final da década de 40, quando, na tentativa de ampliar suas bases de atuação além das cidades, o partido pretendeu construir uma “aliança operário-camponesa”²⁷. Fundadas em vários estados brasileiros e tentando quase sempre a sua transformação em sindicatos, as Ligas não chegaram a ganhar força própria, em virtude, entre outros, do retorno do PCB à ilegalidade (1947) e a intensificação da violência repressiva dos fazendeiros. Após este

²⁷ Assunto controverso, a atuação do PCB no campo, no Nordeste, foi largamente relatada nas memórias de alguns militantes – Gregório Bezerra, *Memórias - Segunda Parte: 1946-1969*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; Paulo Cavalcanti, *Da Coluna Prestes à Queda de Arraes*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978 – e analisada em trabalhos acadêmicos, como o de Élide Rugai Bastos, *Ligas Camponesas: Estudo Sobre a Luta dos Camponeses em Pernambuco* (Tese de Mestrado, FFLCH-USP, 1980), ou o de Fernando Antônio Azevedo, *As Ligas Camponesas* (Rio de Janeiro, Paz e Terra), publicado em 1982. É deste autor a informação de que as “*Ligas e associações rurais foram fundadas [pelo PCB] em quase todos os estados brasileiros, reunindo em torno de si algumas dezenas de milhares de trabalhadores rurais e camponeses. Em Pernambuco, as mais fortes e de maior expressão parecem ter sido as ligas ou associações rurais de Escada, Goiana, Pau D’Alho e a da Iputinga (situada nos arredores de Recife e dirigida por um antigo militante comunista, José dos Prazeres, que teria um papel importante na criação da Liga da Galiléia, em 1955). Apesar de constituídas e registradas como associações civis, a maior parte delas tentou se transformar em sindicatos, esbarrando, porém na resistência dos grandes proprietários e na negativa do Ministério do Trabalho*”. AZEVEDO, 1982:56-57.

período, as iniciativas de constituição de associações de camponeses e trabalhadores rurais foram tímidas e sempre violentamente reprimidas. A movimentação no campo ressurgirá em Pernambuco, em outro contexto e com caráter diverso, apenas nos anos 50.

Em Pernambuco, na primeira metade da década de 1950, o ponto de partida para a mobilização social dos trabalhadores rurais foi, como se sabe, a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP) do Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, logo conhecida como Liga Camponesa da Galiléia²⁸. Segundo a versão mais difundida, a SAPPP surgiu como uma associação civil beneficente de ajuda mútua para assistência médica, jurídica, criação de escola e auxílio funerário para seus associados, assim como para aquisição de implementos agrícolas e reivindicação de assistência técnica governamental²⁹. A Liga da Galiléia ficou conhecida quando os proprietários do engenho, vendo-a como “foco de subversão”, ameaçaram os camponeses com a interdição judicial da Sociedade, a repressão policial, o aumento do foro anual e a expulsão em massa dos foreiros do engenho. Alguns “galileus” buscaram,

²⁸ Segundo informações de Elide Rugai Bastos, os proprietários do Engenho Galiléia tinham deixado de plantar cana-de-açúcar desde o final da década de 40, quando arrendaram os 500 hectares às 140 famílias que, utilizando força de trabalho familiar, passaram a cultivar a terra combinando lavoura de subsistência com produção mercantil de alimentos. “*Nesse engenho, no ano de 1954, o aluguel anual estabelecido por hectare era de CR\$ 6 000,00. Na região, no mesmo ano, o preço de venda da terra variava entre CR\$10 000,00 e CR\$ 15 000,00. Isso equiivale a que o pagamento de dois anos de renda corresponda ao valor da terra arrendada. Nesse ano o foreiro José Hortêncio, não podendo pagar os CR\$ 7200,00 de renda atrasada que devia, é ameaçado de expulsão pelo dono da terra. Procura José dos Prazeres, antigo membro do Partido Comunista[...]. Este, percebendo que não se tratava de caso isolado, mas que a situação é vivenciada por inúmeros foreiros do engenho, propõe-lhe a formação de uma sociedade, com o fim de adquirir um engenho para que todos se livrem do pagamento da renda e da ameaça de expulsão. Era maio de 1954.*

Ao fim do mesmo ano, Hortêncio reunira um pequeno grupo de foreiros, entre os quais José Francisco de Souza, administrador do engenho, conhecido como Zezé da Galiléia, que exercia forte liderança. Sob orientação de José dos Prazeres, fundam a sociedade [...]. BASTOS, 1980:32-33.

²⁹Sobre o assunto consultar, também, JULIÃO,1962; CALLADO,1960; FONSECA,1962; PAGE,1972.

então, ajuda em Recife, recebendo o apoio do advogado e deputado pelo Partido Socialista, Francisco Julião, que passou a representá-los judicialmente, e de um comitê político interpartidário, que se encarregou de denunciar na imprensa e na tribuna parlamentar a situação do Engenho Galiléia. (AZEVEDO, 1982:62) O caso da Liga Galiléia se estendeu até 1959, quando, depois de longa mobilização e pressão política, a Assembléia Legislativa aprovou o projeto de lei do deputado Carlos Luiz de Andrade, do PSB, que desapropriava o engenho³⁰.

Há que se ressaltar que, a partir de 1959, as ligas não só se expandirão para outros estados³¹, como também modificarão profundamente seu caráter inicial, à medida que sua organização e sua orientação política passaram a ser disputadas por vários segmentos da esquerda, além do PCB, – grupos que divergiam das posições do PCB, principalmente os que incorporaram a experiência cubana e a teoria da guerra de guerrilhas, além de algumas facções da IV Internacional (trotsquistas) – e por alguns setores da Igreja

³⁰ O processo de desapropriação do Engenho Galiléia foi realizado sob estrito controle governamental, conforme uma proposta da Secretaria da Agricultura do governo de Cid Sampaio de desenvolver a colonização e o cooperativismo, na tentativa de neutralizar as tensões sociais mais agudas no campo. Para isto foi criada a Companhia de Revenda e Colonização (CRC), que atuaria nas áreas de maior conflito na Zona da Mata e do Agreste. No caso da Galiléia, o governo, após a desapropriação do engenho (fevereiro de 1960), entregou as terras à CRC que, em seguida, dividiu os 500 hectares de terra em lotes de 10 hectares, que seriam vendidos a 47 famílias. As demais famílias, algo em torno de 100, seriam remanejadas para novas terras compradas pelo Estado. Na verdade recomeçava, aqui, a luta dos “galileus”, pois o plano mostrou-se incapaz de resolver a questão agrária em Pernambuco. AZEVEDO, 1972:72-73. Cf. JULIÃO, 1962.

³¹ Depois da desapropriação do Engenho Galiléia, as ligas se espalharam por Pernambuco, chegando a ter, em 1961, cerca de 10 mil associados reunidos em 40 sedes municipais. Estenderam-se também por outros estados, como Paraíba (a mais conhecida foi a liga do Sapé), Rio de Janeiro e Goiás. Em Pernambuco as mais fortes eram as ligas de “*Igarassu, Jaboatão, Cabo, Vitória, Escada, Bom Jardim, Água Preta, Pesqueira, São Bento do Una e Goiana, todas elas localizadas na Zona da Mata ou na região do Agreste*”. No início de 1963, as ligas contavam com núcleos regionais também no Paraná, Minas Gerais, Acre e Rio Grande do Norte, Alagoas, Maranhão. AZEVEDO, 1982:73, 95. BASTOS, 1980:102.

Católica. Mas, se por um lado, a evolução das ligas de associações civis, em defesa dos interesses corporativos dos foreiros, para articulações políticas mais densas e radicalizadas denotavam o amadurecimento do movimento, por outro lado, as dissensões políticas internas (particularmente entre Julião e o PCB³²), a repressão e as dificuldades de organizar e coordenar as ações no plano nacional, fizeram com que, no início de 1963, já apresentassem sinais de desarticulação e de perda da hegemonia no movimento social agrário, até mesmo no local de origem (Pernambuco).

Como se sabe, as formas de mobilização social nos campos nordestinos não se restringiram, tão somente, às ligas camponesas, dado o imenso contingente de trabalhadores que, já inseridos num sistema de produção capitalista de excedentes, afastavam-se irremediavelmente das condições de vida dos “moradores” e foreiros. Essa massa vai se mobilizar em torno da organização dos sindicatos rurais e da luta pela extensão da legislação trabalhista no campo e chamar a atenção de instituições que, à esquerda e à direita, vão disputar a orientação ideológica do movimento e, ao mesmo tempo, tentar neutralizar as Ligas Camponesas – o PCB, a Igreja Católica e os agentes da Liga Cooperativa dos Estados Unidos da América (CLUSA) que, como integrantes da Missão USAID, faziam parte do programa de ação da Aliança para o Progresso no Nordeste.³³

³² Sobre o assunto ver CAVALCANTI,1978:cap.XI; PAGE,1972:cap.VI; AZEVEDO,1982: cap. V.

³³ Desde o início dos anos 60, era intensa a presença de norte-americanos em Pernambuco, vindos com a Missão USAID para “supervisionar” a aplicação dos US\$ 131milhões das verbas da Aliança para o Progresso, destinadas ao Nordeste. Muitos atuavam, oficialmente, como técnicos, assessores e representantes da CLUSA, encarregada de criar cooperativas rurais e, sobretudo, obter informações e manter sob controle os movimentos sociais na região. Segundo, Joseph Page, a CLUSA, que teria vínculos estreitos com a CIA, desenvolveu contatos com setores da Igreja Católica que atuavam na organização de trabalhadores do campo, como o *Serviço de Orientação Rural de Pernambuco* (SORPE) e com o padre Antonio Crespo, além de canalizar recursos para a fundação de sindicatos rurais católicos.

No caso da Igreja Católica, desde o *Encontro dos Bispos do Nordeste*, em 1956, em Campina Grande (experiência repetida em 1959, em Natal), verificou-se uma tomada de posição diante dos problemas sociais nordestinos, que se traduziu na defesa de medidas reformistas, capazes de diminuir as injustiças sociais e promoverem a estabilidade e a paz no campo. Entre elas estava, principalmente, uma nova política fundiária, como instrumento essencial de correção das estruturas econômico-sociais injustas, o que, naquele momento, assumia a forma de uma proposta de reforma agrária nos moldes da desapropriação das áreas cultiváveis dos açudes públicos. (COHN, 1976:88-89). Mas, a ação política da Igreja só começou a se concretizar, efetivamente, a partir de 1960, quando D. Eugênio Sales criou o *Serviço de Assistência Rural (SAR)*, no Rio Grande do Norte que, em três anos, chegou a fundar 48 sindicatos no campo. No mesmo período, surgiu, também, o *Serviço de Orientação Rural (SORPE)*, em Pernambuco, sob a liderança do padre Paulo Crespo, que propunha o treinamento de lideranças camponesas e a criação de sindicatos católicos. Numa orientação, mais à direita, na região do Cabo (Pernambuco), atuava, também, o controvertido e carismático padre Antonio Melo, defensor da criação de sindicatos e cooperativas rurais. Tanto um como outro, tinham em mente um tipo de organização das massas rurais que afastasse os “camponeses” da esfera de influência das Ligas e da arregimentação sindical e partidária do PCB, e que propiciasse a solução pacífica dos conflitos no campo e a conciliação entre trabalhadores e proprietários rurais. É importante, no entanto, que se lembre, também, que a ação da Igreja Católica, no Nordeste, não se restringiu a este tipo de articulação sindical. Havia, também, uma esquerda católica (Ação Popular) que atuava diretamente no *Movimento de*

É do mesmo autor, também, a informação de que, ao final de 1963, o padre Melo, expressiva liderança católica da região do Cabo (PE), estava recebendo dinheiro do *Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)*, que como sabemos, hoje, foi um dos centros articuladores do Golpe de 1964. PAGE,1972:cap.IX.

Educação Popular (MEP), levado à frente pela prefeitura do Recife, e depois pelo governo do estado de Pernambuco, durante a gestão de Miguel Arraes. Envolvido em um projeto de conscientização e de organização política das massas urbanas e rurais, este movimento ocupava-se da alfabetização e da educação popular, inspirado nas formulações do educador Paulo Freire.³⁴

Além das massas populares, outros atores sociais também se puseram em movimento, em resposta ao acirramento das contradições e ao impasse a que chegara a organização social no Nordeste, particularmente em Pernambuco. O que se percebe, a partir da análise das iniciativas destes atores, é o surgimento da consciência de que a magnitude dos problemas não comportava mais as soluções tradicionalmente articuladas pelo Estado central em conjunto com as velhas oligarquias, ligadas ao setor pecuário-algodoeiro. Em outras palavras, chegava-se à compreensão de que a pobreza e a exclusão de amplos segmentos de nordestinos não podiam mais ser, simplesmente, atribuídos aos problemas gerados pelas secas e nem as soluções apresentadas em termos de frentes temporárias de trabalho, abertura de açudes, auxílio às populações flageladas etc. Impunha-se, agora, um conjunto de reformas estruturais, capazes de promoverem o

³⁴ Francisco de Oliveira, participante e analista dos eventos que fizeram de Recife o núcleo dos conflitos de classe e das contradições do Nordeste, refere-se, em *Elegia para uma Re(li)gião* ao movimento de educação popular: “É no Nordeste que vai emergir o chamado processo de educação, orientado teoricamente por Paulo Freire, cuja raiz residia na **conscientização**, isto é, inverter o processo tradicional do aprendizado que começa pelo conhecimento para terminar – se acaso chegar lá – à consciência das situações sociais: é no Nordeste que o Movimento de Cultura Popular do Governo Miguel Arraes, desde a Prefeitura do Recife, não apenas põe em prática o método Paulo Freire, mas começa a valorizar os elementos de cultura popular para, a partir deles, desmistificar os processos de dominação e exploração; é no Nordeste, mais precisamente sob o governo municipal de Djalma Maranhão, que se produz o magnífico movimento educacional cuja sigla era ‘de pé no chão também se aprende a ler’, que não se reduz a uma questão de economia de investimentos, mas propunha uma educação para o poder”. OLIVEIRA, 1981:12.

Sobre a atuação da Igreja junto aos movimentos de educação popular consultar WANDERLEY (1984).

desenvolvimento econômico, a partir de políticas de atração e de fixação de capitais privados no Nordeste, de crescimento industrial e de algumas alterações na estrutura fundiária.

Assim é que, em 1955, quando ainda se desenrolava o movimento de resistência dos “galileus”, foi organizado o *Congresso de Salvação do Nordeste*, que praticamente inaugurou o novo tratamento da questão regional nordestina. Realizado no Recife, entre 20 e 27 de agosto de 1955, por iniciativa da *Liga de Emancipação Nacional*³⁵, o encontro reuniu delegados de nove estados do Nordeste (políticos de diversos partidos, industriais, comerciantes, lideranças sindicais, representantes de camponeses, cientistas sociais, escritores etc.) que, ao fim dos trabalhos, apresentou a *Carta de Salvação do Nordeste*. Na *Carta* pedia-se a proteção à indústria nacional, a reforma agrária, o reconhecimento de comissões inter-sindicais, do direito de greve e de pleno funcionamento da *Confederação dos Trabalhadores do Brasil*. Além destes pontos, o documento denunciava, também, a estagnação da economia, as disparidades regionais que colocavam o Nordeste em situação de inferioridade em relação ao Centro-Sul, além de propor ao Estado um conjunto de iniciativas que possibilitassem mudanças nas estruturas econômicas e sociais da região. (AZEVEDO, 1982:65)

O *Congresso de Salvação do Nordeste* teve desdobramentos importantes, pois, além da criação do *Grupo de Trabalho do Nordeste* (GTDN), em 1956, com o propósito de estudar os problemas nordestinos, tendo em vista a formulação de um programa de desenvolvimento regional, foram realizados mais dois importantes eventos. Em meados

³⁵ A Liga de Emancipação Nacional, com sede no Rio de Janeiro, reunia intelectuais de esquerda e liberais. Em Recife, a Liga era presidida por Miguel Arraes e dela participava, entre outros, Francisco Julião. AZEVEDO, 1982:64. A respeito consultar, também, CAVALCANTI, 1979.

de 1958, ocorreu o *Encontro de Salgueiro*, sob o patrocínio da Comissão da Área das Secas da Assembléia Legislativa de Pernambuco, com a participação de representantes dos governos federal e estaduais; e, em 1959, o *Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste*, promovido pela Confederação Nacional da Indústria, em Garanhuns (Pernambuco), com a participação de Celso Furtado, Cid Sampaio e do próprio presidente Juscelino Kubitschek, na abertura dos trabalhos. Nestes encontros, não apenas foram redefinidos os termos das análises dos problemas regionais, como também as formas de intervenção do Estado no Nordeste, abrindo-se caminho à *Operação Nordeste* (OPENO) e à criação do *Conselho de Desenvolvimento do Nordeste* (CODENO) que, posteriormente, deu origem à *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE). (AZEVEDO, 1982:66; COHN,1976: 98-100; FURTADO, 1985: 3ª parte).

Ao lado destes acontecimentos, também, chama a atenção o posicionamento do setor mais dinâmico e avançado do capitalismo nacional • a burguesia industrial associada ao grande capital externo, sediada no Centro-Sul, particularmente em São Paulo. Como mostra a pesquisa pioneira de Amélia Cohn, uma Missão da Federação e do Centro das Indústrias de São Paulo (FIESP-CIESP), visitou o Nordeste, em 1957, a convite da Federação das Indústrias dos Estados da região. O que fica claro na análise dos documentos da Missão, recolhidos pela pesquisadora e transcritos abaixo, é a visão que os capitalistas de São Paulo têm de seu papel no processo de transformação das estruturas sócio-econômicas regionais e do próprio Nordeste: uma vasta área para investimentos lucrativos de capitais “paulistas”, sob apoio do Estado, em nome do desenvolvimento e da “*integração econômica nacional*”:

“A região [Nordeste] não foi beneficiada, como nós (SP) por largo fluxo imigratório, trazendo-nos o concurso de seu sangue, de seu espírito de empreendimentos, em muitos

casos, de suas economias. Por outro lado, não deparou o Nordeste com lavoura lucrativa, como a do café, o que ensejou aos paulistas a gênese de capitais que, posteriormente, se infletiram para o campo fabril. Além disso, Paulo Afonso chegou com um atraso de praticamente 50 anos, em relação à ‘Light and Power’...”.

Nestas condições, a burguesia paulista, movida pelo “*espírito de bandeirar*”, propunha-se colocar “*à disposição dos irmãos nordestinos, o patrimônio de São Paulo*”, obviamente, com o necessário apoio do Estado:

“Tratando-se de Estados mais pobres do que os do Sul, dificilmente lograriam eles alcandorar-se à posição dos segundos, a menos que uma política esclarecida, por parte do Governo federal e estadual, conjugada com a iniciativa privada dos que dispõem de reservas de capitais do Meridião, se capacitem de que ao Brasil não convém mais sua divisão em ‘dois Brasis’: o do progresso constante e o da estagnação econômica.. [...] A área investidora por excelência do Nordeste deve ser atribuída a São Paulo. Somos o Estado de economia mais expansionista da federação, o que assumiu maiores responsabilidades, por isso mesmo, na criação de um mercado interno, quantitativa e qualitativamente respeitável, o que merece assumir a dianteira de todo e qualquer movimento, evitando que o Brasil pela incompreensão de seus problemas de base e de perenidade, se encaminhe para o despenhadeiro das insatisfações internas e dos atritos econômicos, levando-o, quiçá à sua desintegração orgânica e celular”. (FIESP-CIESP. São Paulo e a Economia Nordestina, citado por Amélia COHN,1976: 101-102)

No quadro das condições sociais explosivas do Nordeste (especificamente Pernambuco), traçado até agora, falta ainda a necessária referência a um elemento de decisiva importância: o redimensionamento das forças políticas locais que desembocou na *Frente*

do Recife, colocando em xeque não só o predomínio das oligarquias tradicionais, mas, com o tempo, setores da própria burguesia industrial nordestina, à medida da crescente participação das massas trabalhadoras urbanas e rurais e a sua progressiva inclinação à esquerda³⁶. Com as mesmas ressalvas, antes já feitas com relação às Ligas Camponesas, no tratamento dado aqui à questão da *Frente do Recife*, deixa-se de lado sua complexidade e seus desdobramentos. O interesse fundamental restringe-se, tão somente, à referência à crise do pacto tradicional de poder que, em Pernambuco, unia as oligarquias tradicionais e o setor açucareiro industrial e que garantia a exclusão das massas populares da condução da vida política local e, principalmente, o monopólio da terra nas mãos das elites.

Segundo alguns analistas, as raízes da *Frente do Recife* estão na candidatura de Pelópidas Silveira (PSB) à prefeitura do Recife em 1955, com o apoio do PCB, de sindicatos, de associações de bairros e de setores empresariais, e cuja plataforma política tinha como ponto central as resoluções da *Carta de Salvação do Nordeste*. (SOARES, 1982:33-34) No entanto, a consolidação da *Frente*, se deu no processo de oposição política ao governo do estado de Cordeiro de Farias (PSD). Foi durante este governo, em 1956, que a Assembléia Legislativa de Pernambuco aprovou o Código Tributário, que impunha um *arrocho fiscal* e que afetava o comércio e a indústria locais. Mobilizados pela Associação Comercial e pelo Centro das Indústrias de Pernambuco, empresários (com o apoio de partidos de oposição, sindicatos de trabalhadores urbanos e pelas Ligas Camponesas) decidiram deflagrar um *lock-out* em todo o estado, em 9 de novembro de 1956. Foi a partir daqui que começou a se firmar a aliança de oposição que isolou politicamente o governo do PSD, cujo apoio ficaria restrito às oligarquias tradicionais. A

³⁶ Sobre a *Frente do Recife*, consultar CALLADO,1979; CAVALCANTI,1978; SOARES,1982; AZEVEDO, 1982.

frente caminhou para a consolidação um ano depois, quando o Centro das Indústrias de Pernambuco (comandado pelo usineiro e industrial Cid Sampaio) convocou uma greve geral para 13 de março de 1957, contra a aplicação do novo Código Tributário e as prisões políticas ocorridas durante os acontecimentos de 1956. Como resultado deste processo, em termos políticos e partidários, formou-se um bloco parlamentar que reunia deputados da UDN, PTB, PSP, PST e PSB, que deu origem às *Oposições Unidas de Pernambuco*. Foi este grupo o responsável pelo lançamento das candidaturas de Cid Sampaio (UDN), para governo do estado, e Miguel Arraes (PSB), para prefeitura do Recife, compromissadas com uma política reformista de desenvolvimento econômico da região, para diminuir as disparidades entre o Nordeste e o Centro-Sul e equacionar os conflitos sociais. Posteriormente, a *Frente do Recife* lançou e elegeu (1962) Miguel Arraes para o governo do estado que, no processo se inclinou fortemente em direção aos interesses dos trabalhadores urbanos e rurais, com apoio de segmentos políticos da esquerda.

De todo este processo político, importa registrar de um lado, a emergência dos trabalhadores rurais como sujeitos políticos, e de outro, a articulação de um bloco de oposição que desloca o domínio político das oligarquias tradicionais em Pernambuco - o maior produtor de algodão e açúcar do Nordeste, o estado mais industrializado da região, onde eram mais acirradas as lutas de classes. Ganhava corpo a idéia da impossibilidade das elites tradicionais e das políticas de estado convencionais, restritas ao combate dos efeitos das secas, resolverem os problemas econômicos e sociais da região e dissolverem as contradições geradoras dos conflitos sociais. Ou seja, havia um amplo espaço político e uma urgência social para projetos de reforma das estruturas arcaicas e de desenvolvimento econômico, vistos como o caminho possível para a redenção do “problema regional” nordestino. E, não por acaso, este era também o momento em que

uma nova unidade nacional começava a ser gestada a partir das necessidades de reprodução e realização do capital monopolista, sediado no centro dinâmico do capitalismo brasileiro, o Centro-Sul.

II. UM PROJETO PARA O NORDESTE: DESENVOLVIMENTO E RACIONALIDADE

A questão do Nordeste é, sem dúvida, um campo privilegiado para análise das formulações que deram sustentação ao projeto de Celso Furtado, pois a experiência da SUDENE, além de excepcional oportunidade para que o ideário desenvolvimentista se combinasse com a prática institucional de reformas, através do manejo dos instrumentos do Estado, lançou seu idealizador na arena das lutas políticas nacionais. Os desafios do desenvolvimento capitalista de uma região marcada por profundas contradições sociais colocaram Furtado na linha de frente de embates políticos, cuja radicalidade, que enunciava a solução golpista de 1964, obrigaram-no a uma intransigente defesa de seu projeto diante das forças oligárquicas tradicionais do Nordeste e a um claro posicionamento frente aos movimentos populares, especialmente as Ligas Camponesas. Isto, obviamente, forçou-o a explicitar as concepções político-ideológicas que informavam seu projeto de racionalização do espaço social que, no geral, tendiam a permanecer subjacentes em sua produção teórica.

Os fundamentos políticos e ideológicos do projeto de Furtado para o Nordeste serão investigados a partir da análise dos textos que vieram a público no início dos anos 60, quando, à frente dos órgãos de desenvolvimento regional, colocou a questão nordestina como tema central de reflexão. Acredita-se ser esta uma empreitada exequível, dado o caráter destes escritos, marcados por larga argumentação política que, mesmo em documentos como o do *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste*

(GTDN), ultrapassa, em muito, a dimensão técnica de suas origens. Com isto assinala-se, também, que não é objeto desta investigação a análise das políticas efetivamente implementadas pela SUDENE, no período em que Furtado foi seu superintendente, e nem dos seus resultados para a região. Como já se disse em passagem anterior, o campo das idéias e das representações constitui o interesse essencial desta abordagem, preocupada em desvelar o pensamento de Celso Furtado como ideólogo do desenvolvimentismo.

Para a análise da questão nordestina, na obra de Furtado, estão à disposição um conjunto de textos essenciais – planos de governo, artigos, conferências –, elaborados entre 1959 e 1964: *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, documento produzido no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste; *Operação Nordeste*, conferência realizada no ISEB, em junho de 1959, para oficiais das Forças Armadas; “O Problema do Nordeste”, que integra *A Pré-Revolução Brasileira*, de 1962, “Processo Revolucionário no Nordeste”, publicado no livro *Dialética do Desenvolvimento*, em 1964. A estes trabalhos, produzidos no calor dos acontecimentos, pode-se agregar alguns outros, gestados posteriormente, como “O Nordeste”, que compõe a terceira parte de *O Brasil Pós-“Milagre”*, de 1981, e *A Fantasia Desfeita*, o segundo livro da trilogia memorialista, editado em 1989, e que tem como temas a Operação Nordeste, a criação da SUDENE e a luta política pelo desenvolvimento da região. Uma questão importante, no entanto, tem precedência ao trabalho com estas fontes documentais de origem e caráter tão distintos: o tratamento destes escritos não pode ser homogêneo, pois a força e o sentido de cada um deles estão intimamente vinculados às circunstâncias e ao momento de sua produção. Levando-se em consideração estes aspectos, a análise vai se voltar para os textos contemporâneos aos acontecimentos, que serão tratados como “testemunhos” das motivações e das contingências que envolveram Celso Furtado, no período em que controlava alguns

segmentos do aparelho de Estado e estava no centro dos embates políticos, travados em torno dos projetos para o Nordeste. O material produzido após a derrota política e o exílio, no contexto de uma vivência acadêmica, ou selecionado pela memória que visitou o passado, arranjando os acontecimentos através do filtro do tempo e das experiências políticas e intelectuais posteriores, terão outro tratamento. Servirão, sobretudo, como referências para situações em que informações específicas, ou mesmo cronologia dos acontecimentos, precisarem ser identificadas ou confrontadas.

Toma-se aqui a autobiografia intelectual de Celso Furtado: nela encontram-se significativas referências ao Nordeste, fixadas nas lembranças dos anos de formação:

“O Nordeste brasileiro, onde nasci e vivi até os vinte anos, constitui o mais antigo núcleo de povoamento do Brasil. Após uma fase de prosperidade que se estende pelos séculos dezesseis e dezessete, a região conhece um longo declínio, o que explica que as estruturas sociais aí sejam mais rígidas que em qualquer outra área do país.[...] Na minha infância, no sertão, a família ampliada constituía o quadro básico de formação do indivíduo. A ‘política’ absorvia parte importante da vida dos chefes de grandes famílias. Mas esta atividade política só remotamente estava ligada ao que ocorria no país; ela consistia essencialmente em rivalidades e conflitos, com apelo corrente à violência, entre famílias e grupos de famílias locais. As incursões de cangaceiros eram freqüentes. As histórias de violências, referidas a pessoas conhecidas e não simples mitologia, povoaram a minha infância [...].

“Esse mundo dos homens, em que o poder e arbitrariedade estavam sempre mais juntos que separados, compunha com a natureza circundante um quadro harmonioso. O clima da região é extremamente peculiar: a chuva chega em quantidade relativamente grande (para uma região semi-árida) e em época precisa, provocando brusca metamorfose do mundo exterior. Mas a vinda da chuva é incerta e entre a abundância e a mais total miséria a distância é mínima, dependendo de um golpe da

***fatalidade.** Esse golpe ocorreu duas vezes nos cinco anos que antecederam ao meu nascimento (1915 e 1919), com funestas conseqüências para a família de minha mãe. As histórias dessas secas, nas quais se entremeiam a violência do mundo físico e as arbitrariedades dos homens, povoam o meu espírito na primeira infância. Também ocorria de as chuvas chegarem com violência excessiva. Aos quatro anos escapei por pouco (cheguei a ficar alguns meses de cama, com queimaduras), vítima do incêndio havido em nossa casa em conseqüência de um desmoronamento provocado pela enchente”. (OLIVEIRA, 1983:30-31)*

O que se vê é que, além da estagnação, da rigidez das estruturas sociais, da violência de cangaceiros, Celso Furtado recorre, também, à mais poderosa referência simbólica para a representação do Nordeste: a seca. Um olhar mais atento, permite perceber que este quadro está muito próximo ao criado por Euclides da Cunha, n’*Os Sertões*, ou à radiografia feita por Djacir Menezes n’*O Outro Nordeste*. Como se sabe, esta visão do Nordeste fixada pelo discurso intelectual, nas primeiras décadas do século XX, calou-se profundamente no imaginário popular e, sobretudo, fez fortuna como recurso retórico entre os grupos sociais que reivindicava(m) políticas públicas de auxílio à região, sempre em benefício privado. Trata-se de uma imagem tão duradoura e reiterada que acaba mesmo por assumir um caráter quase a-histórico, de potente sentido persuasivo e poder explicativo. Assim é que, mesmo depois do viés naturalista, que afirmava o peso da inexorável determinação racial e geoclimática no mundo dos homens, perder espaço no pensamento social brasileiro, a visão do Nordeste vitimizado pela seca manteve-se hegemônica. Nesta imagem a brutalidade dos elementos faz par com arranjos sociais anacrônicos, resultando daí a visão de um espaço regional homogêneo (apesar da efetiva diferenciação intraregional), onde a violência do ambiente físico e a miséria dos homens se misturam, de modo a primeira justificar a segunda e reiterar, ao mesmo tempo, a imutabilidade da organização social. Talvez, se possa até pensar que a força desta

imagem é de tal ordem que mesmo Celso Furtado, cuja leitura e proposta para o Nordeste foram estruturadas em linha de colisão com esta idéia, parece a ela se curvar.

Avançando na leitura do texto, encontram-se, ainda, duas outras poderosas imagens arquetípicas do Nordeste: o misticismo e o domínio político dos coronéis.

*“Nesse mundo marcado pela incerteza e pela brutalidade, a forma mais corrente de afirmação consistia em escapar para o sobrenatural. Os grandes milagreiros existiam não somente como legenda, mas também como presença. Não longe de onde morávamos, reinava o ‘Padre Cícero’, cujos milagres atraíam legiões de peregrinos. De forma mais imediata, existia a necessidade de se estar ligado a um ‘chefe político’, sem o que um mínimo de segurança pessoal era praticamente inconcebível. Esse chefe, por seu lado, respondia a outro a nível da região, o que o ligava indiretamente a um terceiro no âmbito do estado e, finalmente, a alguém de expressão política nacional. Assim, a necessidade de segurança pessoal, local, levava cada indivíduo a tomar posição automaticamente, com respeito a toda a organização nacional, da que quase nenhuma informação possuía. Por outro lado, a obediência no plano local era absoluta, pois a única possibilidade de escapar à tutela do ‘chefe’ era **trair** o seu próprio grupo passando-se para o **inimigo**”. (Ibid.:31)*

Como entender o recurso a estas imagens, tão intensamente ligadas a uma tradição que contradiz a trajetória intelectual e a vertente de análise consagrada por Furtado? Em princípio, talvez, se possa inferir que o recurso a estes elementos de forte dimensão retórica tenha por objetivo, exatamente, um resultado oposto ao convencionalmente esperado. Ou seja, Celso Furtado recorre ao discurso fatalista, sustentado pela idéia de uma ordem natural das “coisas” (ambiente e sociedade) no Nordeste, exatamente com a intenção de deslocá-lo do centro da reflexão sobre o “problema nordestino”. Melhor explicando, Furtado vale-se das imagens “naturalizadas” do Nordeste para afirmar uma

outra ordem, de caráter histórico-social: o primado da razão frente ao imponderável na ordem societária, ou seja, a força da intervenção racionalizadora do Estado (e seus agentes planejadores), capaz de remover o atraso secular e os obstáculos ao desenvolvimento do Nordeste. O que é oferecido como uma moldura ambiental, onde forças naturais inexoráveis põem e dispõem dos destinos humanos, talvez deva ser entendido, na realidade, como um recurso retórico de referência às “asperezas” da vida nordestina, que moldaram a obstinação intelectual de Furtado pelo conhecimento científico – entendido como o instrumento capaz de imprimir mudança e previsibilidade ao mundo social – e, ao mesmo tempo, como um desafio à ação política transformadora.

*“[...] o planejamento foi para mim uma técnica social de importância muito maior, a qual permitiria elevar o nível de racionalidade das decisões que comandam complexos processos sociais, evitando-se que surjam processos cumulativos e não-reversíveis em direções indesejáveis. Fixou-se, assim, no meu espírito a idéia de que o homem **pode** atuar racionalmente sobre a história. [...] A extrema angústia intelectual que sofri nessa época [...], começou a dissipar-se quando cristalizou no meu espírito essa idéia de que o homem virá a ser dono de seu próprio destino, numa sociedade cujas estruturas hajam sido concebidas com este fim. Aqueles que alcançam este ponto, isto é, que pensam que o homem pode conduzir a história, quase sempre já estão preparados para dar o passo seguinte, ou seja, pensar que ele **deve** fazê-lo. O problema que se coloca então é o de saber **como** fazê-lo”. (Ibid.:35)*

Mas o que era o Nordeste para Celso Furtado, para além das imagens arquetípicas de valor retórico? A resposta a esta questão, como se verá, passa necessariamente pelo que antes já se referiu com relação ao ideário de Furtado: o espaço da história na sua construção intelectual, a originalidade teórica como via de entendimento do que é particular na periferia capitalista, a teoria voltada para a ação, o comprometimento com o

pensamento cepalino, o papel fundamental do Estado (e da *intelligentsia*, incrustada nos aparelhos governamentais) no processo de desenvolvimento capitalista nacional.

1. Um Diagnóstico Para Ação: Nordeste Como Periferia.

A questão regional brasileira, que no pós-30 esteve freqüentemente associada aos problemas do atraso e das secas do Nordeste, ganhou notável relevância na década de 1950, quando a problemática do desenvolvimento tornou-se preeminente no debate político nacional. Seja por influxo geral do processo de reconstrução do mundo capitalista após a II Guerra – que foi acompanhado pela criação de instituições como o BIRD (Banco Mundial) e a CEPAL, pela elaboração de planos de ajuda às nações destruídas (Plano Marshall), pela formulação de teorias sobre o desenvolvimento econômico e o planejamento capitalista da economia, pela “descoberta” do III Mundo –, seja por motivações especificamente nacionais – os resultados da concentração industrial no Centro-Sul, o clima de insurgência popular nos campos nordestinos e a emergência de governos de caráter nacional-desenvolvimentista –, o desenvolvimento regional e, especificamente, o “problema do Nordeste” ganharam lugar de destaque na agenda política e econômica do governo federal.

No caso do Nordeste, sem dúvida, a visibilidade dos “retirantes” que aos milhares fugiam das secas que assolaram a região nos anos 50, dirigindo-se principalmente para as grandes cidades do Sudeste, contribuiu de modo direto para a tomada de consciência e a decisão do Estado de enfrentar o desafio da modernização da economia nordestina. É claro que a isto somou-se, também, a difusão nas esferas oficiais de estatísticas sobre a economia nacional, que colocaram em evidência numérica as grandes diferenças regionais no Brasil:

“Em 1951 e 1952, eram divulgadas as contas nacionais e regionais do Brasil, que continham dados sobre as disparidades das rendas regionais. Pelos censos industriais de 1919 e de 1949, podia-se constatar que as taxas médias anuais de crescimento industrial foram de 7,9% em São Paulo e de 5,4% para o resto do país e que São Paulo concentrava entre 50% e 70% do valor adicionado pelas indústrias produtoras de bens de produção. Em suma, ficava cada vez mais claro que os desequilíbrios regionais tendiam a se acentuar e que poderiam aumentar, diante dos maciços investimentos em infra-estrutura e em indústria pesada decorrentes do Programa de Metas, que se concentravam principalmente em São Paulo, e isto desencadeava pressões políticas das demais regiões, reclamando tratamento prioritário de desenvolvimento”. (CANO, 2000:104)

A preocupação em reverter este quadro econômico nacional fez com que, no correr da década de 50 e início de 60, o Governo Federal criasse uma série de organismos com o propósito de diminuir os “desequilíbrios regionais”. Destacavam-se, entre eles, a *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)*, de 1953; a *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP)*, de 1956; o *Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO)*, em 1959; a *Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste (CEDECO)*, de 1961.

Como já se sabe, no caso específico do Nordeste, desde o final do século XIX as secas obrigavam, regularmente, o governo federal a uma atuação direta na região. Historicamente, a primeira intervenção ocorreu durante o Império, quando a seca de 1877 castigou a região. Entre as medidas então adotadas estavam a construção de barragens, represas e a destinação de verbas especiais. Estas iniciativas acabaram tornando-se padrão, pois a cada grande estiagem o Estado punha-se em ação, investindo recursos públicos na construção de açudes, ferrovias e estradas. Com este propósito

chegou-se mesmo a criar, no início do século XX, como já se viu antes, uma agência federal específica (IOCS) transformada, em 1945, no *Departamento Nacional de Obras Contra as Secas* (DNOCS). A necessidade de contornar a grave crise social, periodicamente acirrada pelas estiagens, fez, ainda, com que fosse atualizado um dispositivo legal na *Constituição de 1946*, presente desde as *Cartas de 1891 e 1934*, que vinculava 3% da receita federal (acrescida de mais 1%, através de disposições transitórias) para obras contra as secas. Com semelhantes propósitos foram criados, em 1948, a *Comissão do Vale do São Francisco* e a *Cia. Hidrelétrica do São Francisco* e, em 1952, o *Banco do Nordeste do Brasil*. (Ibid.:104-105)

No final da década de 50, as secas, a insurgência camponesa e os compromissos desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek fizeram com que a *Operação Nordeste* fosse posta em andamento, em caráter de urgência, a partir da criação do CODENO. Não se tratava, porém, de simples continuidade das formas tradicionais de intervenção do governo federal na região. Algo bem mais ambicioso, em conformidade com o espírito do Plano de Metas, estava em articulação. Como se sabe, Celso Furtado encarregou-se da elaboração de um documento³⁷ que traçava as diretrizes de um plano de

³⁷ O documento que lançou as bases para a política de desenvolvimento do Nordeste não é assinado por Furtado e sua autoria aparece genericamente atribuída ao *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste* (GTDN). Segundo Wilson Cano, Furtado evitou assumir a autoria do texto temendo que resistências ao seu nome criassem obstáculos à aprovação da SUDENE no Congresso. O GTDN, de composição técnico-política conservadora, de certo modo, era mais tolerado pelas elites nordestinas. CANO, 2000:106.

São conhecidas as condições em que o documento – *Uma Política de Desenvolvimento Econômico Para o Nordeste* – foi elaborado. Em suas memórias (*A Fantasia Desfeita*), Furtado conta que, como diretor no BNDE para atuar no Nordeste, passou a integrar o GTDN que desenvolvia, na época, estudos setoriais sobre a região. A morosidade e inoperância da equipe de trabalho (“*Não havia no Grupo nenhuma pessoa com conhecimento de conjunto da região, e menos ainda economistas especializados em desenvolvimento*”), levaram-no à elaboração de um plano de desenvolvimento regional independentemente do GTDN. Para tanto, serviu-se, sobretudo, da infra-estrutura do BNDE em termos de “*coleta e processamento de informações*” e da sua familiaridade com as “*técnicas de planejamento regional*”. A idéia, segundo Furtado, era “*produzir um documento que contivesse uma explicação do*

modernização capitalista do Nordeste, amparado numa leitura inovadora da “questão regional nordestina”. Em lugar do assistencialismo e da visão naturalizada dos problemas da região, estabelecia uma proposta de ampla reforma econômica para que o Nordeste saísse do atraso secular e superasse a condição de “periferia” do Centro-Sul industrializado. O plano guiava-se por um diagnóstico de orientação cepalina, que apontava a existência de profundas disparidades no ritmo de crescimento regional e, sobretudo, de desigualdade nas relações econômicas estabelecidas entre o Nordeste e o Centro-Sul, desde a década de 30, sempre favoráveis à região industrializada. Este diagnóstico amparava-se, também, numa análise histórico-econômica das razões especificamente nordestinas da estagnação e, sobretudo, numa abordagem inédita do problema das secas. O projeto tinha como pressuposto a atuação planificadora e centralizadora de uma agência estatal (SUDENE), encarregada de controlar os órgãos públicos federais, já atuantes na região, e colocar em funcionamento Planos Diretores Bianaais, submetidos à aprovação pelo Congresso Nacional.

subdesenvolvimento do Nordeste visto como região de um país, o Brasil, subdesenvolvido. Era necessário, portanto, apresentar o[...]diagnóstico da problemática regional, o qual serviria de base para a formulação [da]‘nova política de desenvolvimento’ para a região. O mais difícil era o diagnóstico – entender esse subdesenvolvimento em segundo grau que se configura. Em seguida, apresentaria as linhas gerais de uma estratégia de ação, cujo objetivo último era deter a degradação da economia e incorporar a região ao processo de desenvolvimento então em curso no Centro-Sul do país”.

O texto preliminar foi apresentado por Furtado em 6 de janeiro de 1959, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, numa reunião convocada por Juscelino Kubitschek para que se discutissem os problemas do Nordeste, assolado por mais uma grave seca. Neste encontro, foi instalada a *Operação Nordeste* (OPENO), sob o comando de Furtado, que também recebeu a incumbência de elaborar o documento final. FURTADO, 1989:37-45.

1.1 . Documento do GTDN: “Uma Política de Desenvolvimento Econômico Para o Nordeste”

Apresentado publicamente em março de 1959, o documento de 94 páginas, recheado de quadros estatísticos, estava dividido em quatro partes, além de uma *Introdução Geral: I – O Nordeste na Economia Brasileira; II – Elementos Dinâmicos da Economia do Nordeste; III – Aspectos Econômicos do Problema das Secas; IV – Plano de Ação.*

Logo nas primeiras linhas do documento, uma importante indicação sobre a forma de tratamento da questão regional. Furtado referia-se a “*uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste, no quadro do desenvolvimento econômico nacional*”.(FURTADO, 1997:387). Em outras palavras, a questão nacional com anterioridade e como parâmetro para entendimento e resolução da problemática regional nordestina. O pressuposto de Furtado era o de que o caminho do desenvolvimento seguido pela economia brasileira, além de não possibilitar a constituição de “*um só sistema, comparável a outras economias subdesenvolvidas de nível de renda per capita similar*”, (Ibid.:394) dava origem às disparidades regionais que colocavam em risco a unidade da nação e comprometiam as perspectivas de ultrapassagem da barreira do subdesenvolvimento. Portanto, uma leitura que, às causas seculares do atraso do Nordeste, adicionava as resultantes da política geral de industrialização que, em curso no país desde os anos 30, favorecia o Centro-Sul.

Através de um quadro comparativo entre o ritmo de crescimento da economia nordestina e a da região industrial do país³⁸, Furtado dava conta de uma grande desigualdade entre os níveis de renda das duas áreas:

“Comparada com a do Centro-Sul, a renda per capita do Nordeste é inferior a um terço. Esta diferença é mais chocante que a existente entre o nível de renda per capita do Centro-Sul e a de países altamente industrializados, como a Alemanha Ocidental. Com efeito: a diferença de grau de desenvolvimento entre o Nordeste e o Centro-Sul supera a que se observa entre esta última região e a média das nações industrializadas da Europa Ocidental. Demais, como o esforço exigido pelo desenvolvimento é relativamente maior nas primeiras etapas, depreende-se que o problema do Nordeste, dentro da economia brasileira, apresenta maior gravidade que o do próprio Brasil, no conjunto das economias mundiais”.(Ibid.: 391)

Com uma renda *per capita* inferior a 100 dólares, em 1956 – e, certamente, abaixo disto em 1958, como decorrência da seca –, o Nordeste podia ser incluído entre as regiões menos desenvolvidas do Ocidente, constituindo a mais extensa, populosa e miserável área subdesenvolvida das Américas. Na verdade, para Furtado, o Nordeste brasileiro configurava o caso de um “*subdesenvolvimento de segundo grau*” manifestado num país periférico que, ao encetar a caminhada para a industrialização, mostrava-se incapaz de

³⁸ A análise econômica comparativa entre o Nordeste e o Centro-Sul, que tinha por base dados censitários de 1950, colocava em evidência que a região nordestina tinha: “1) Uma proporção menor da população ativa no total da população: 31,1 contra 33,9 %; 2) Uma proporção muito maior da população ativa ocupada na agricultura: 71,7 contra 51,1%; 3) Uma quantidade muito menor de terra por homem ocupado em trabalhos agrícolas: 1,3 contra 2,4 hectares; 4) Uma quantidade bem inferior de capital investido na agricultura [...]; em 1950, para cada hectare de terra cultivada no Nordeste havia 6.300 cruzeiros de capital imobilizado, contra 27.300 no Centro-Sul; 5) Um grau muito menor de capitalização nas indústrias, o que se pode aferir pelo fato de que, em 1950, a cada operário nordestino correspondia 1,55 C.V. instalado nas indústrias, contra 2,34 no Centro-Sul”. FURTADO, 1997: 391.

uma propagação equânime do progresso econômico interno, reiterando as condições de atraso e estagnação de algumas de suas regiões.

No entanto, mais do que com as diferenças nos níveis de desenvolvimento, propriamente dito, Furtado preocupava-se com a tendência manifesta ao aumento progressivo das disparidades econômicas entre o Nordeste e o Centro-Sul. Temia que assumissem o caráter de um processo cumulativo de difícil reversão que, se institucionalizando, transformasse as desigualdades regionais em “*características de sistemas econômicos isolados*”, pondo em risco a própria unidade nacional³⁹. Na visão de Furtado, o surgimento de áreas de antagonismo entre os dois sistemas existentes no Brasil era uma possibilidade real, uma vez que, no decênio anterior à redação do documento, as disparidades haviam aumentado significativamente. “*As estimativas de renda, referentes a 1948 e 1956 [...] indicam [...] que a participação do Nordeste se reduziu [...] de 15,5% para 13,4% da renda total do país. Nessa conformidade, a renda per capita do nordestino que, em 1948, alcançava 37,3 % da do habitante do Centro-Sul, descera a*

³⁹ As preocupações com os riscos para a construção nacional, advindos das disparidades no desenvolvimento regional, reapareceram na obra de Celso Furtado na década de 90, quando se voltou à análise dos efeitos da mundialização capitalista para o Brasil. Isto fica particularmente evidente no livro *Brasil: A Construção Interrompida*, em que analisa a integração crescente das economias nacionais no mundo capitalista globalizado, o crescimento extraordinário das empresas transnacionais e a dita “crise de governabilidade” que atinge os Estados Nacionais periféricos. Referindo-se ao caso brasileiro, Furtado afirma que “*a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos da sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas. Se se instalam plataformas de exportação no Nordeste, no estilo das ‘maquiladoras’ mexicanas, a integração regional com o exterior se fará por vários meios, em detrimento da articulação em nível nacional. [...] Nessas circunstâncias, já não se contará com a integração das economias regionais e a formação do mercado interno em geral como um motor do crescimento.[...] A alternativa consiste em apoiar-se, de preferência, no mercado internacional, o que significa depender da dinâmica das empresas transnacionais. [...] Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional*”. FURTADO, 1992: 32, 35.

32%, em 1956; tendo em conta que 1958 foi um ano de seca, pode-se dar por certo que, no momento presente (começos de 1959), não alcançará sequer 30% da do seu compatriota da região Centro-Sul”.(Ibid.: 392) Além da desigualdade nos níveis de renda, também, as diferenças nas taxas de crescimento da produção entre as duas regiões haviam se acentuado, reforçando o distanciamento:

*“No período[...] a produção real do Nordeste cresceu 37%, o que corresponde a uma taxa acumulada de 4,0% anual. No Centro-Sul o crescimento foi de 51,2%, ou seja, a uma taxa anual de 5,3%. Se se tem presente que o aumento da população foi quase o mesmo nas duas regiões, deduz-se que, em termos **per capita**, a taxa correspondente ao Nordeste alcançou 1,5% e, ao Centro-Sul, 2,7%. A disparidade de ritmos de crescimento da renda real foi, entretanto, muito maior, em razão da grande melhoria havida na relação de preços de intercâmbio externo – como decorrência do aumento do preço do café – que beneficiou a região Sul do país. Assim, o índice de renda real do Brasil cresceu 61%, entre 1948 e 1956, contra 49% da produção real. Pode-se, portanto, assegurar que a renda **per capita** do Centro-Sul aumentou a uma taxa de cerca de 3,5%, ao passo que o aumento da renda **per capita** do Nordeste não terá superado 1,5%. (Ibid.:393)*

Onde buscar as razões destas disparidades? Como entender o fato da economia agro-exportadora do açúcar não ter dado as bases para uma industrialização como ocorreu com o café, em São Paulo? Por que as diferenças entre o processo de desenvolvimento do Nordeste e do Centro-Sul tendiam a aumentar progressivamente? Para encontrar as respostas e diagnosticar os problemas de raiz do Nordeste e do próprio processo de desenvolvimento nacional, Furtado vai valer-se do arsenal teórico cepalino. Recorrendo às suas categorias de análise, vai interpretar as relações do Nordeste com o Centro-Sul em termos dualistas, como “*centro e periferia*” e, sem referir-se propriamente ao

conceito de “*deterioração dos termos de troca*”, identificar mecanismos de transferência de renda da região atrasada para o pólo mais desenvolvido da economia brasileira. O recurso à história econômica, por sua vez, lhe permitirá considerar as determinações especificamente “nordestinas” do atraso, trazendo os motivos da estagnação secular do Nordeste para o âmbito das relações econômico-sociais. Com isto, reverterá paradigmas tradicionais de análise do Nordeste que, no geral, tendiam a se abrigar sob o manto do determinismo naturalista ou, mesmo, das interpretações culturalistas da sociologia de Gilberto Freyre.

Segundo Furtado, o atraso relativo do Nordeste não podia ser entendido apenas em função da menor quantidade disponível de terras aráveis, das secas periódicas que assolavam a região, da concentração de renda, ou mesmo da economia de subsistência que absorvia um grande contingente populacional no semi-árido. As disparidades no ritmo de crescimento do Nordeste frente às áreas industriais explicavam-se, em larga medida, pela dinâmica da “*própria política de desenvolvimento*” do país, ou seja, pelos mecanismos cambiais e pelos subsídios que favoreciam as indústrias do Centro-Sul, em detrimento da economia nordestina. Furtado constrói a demonstração deste processo através da análise das relações comerciais entre as duas regiões que, segundo ele, eram responsáveis pela transferência perversa de renda do Nordeste para a região mais desenvolvida. Forçado a se abastecer no Centro-Sul (cujos preços haviam triplicado nas décadas de 40 e 50), em virtude da política protecionista que impedia o acesso às importações do exterior, o Nordeste perdia quase metade das divisas obtidas com suas exportações.

A idéia básica era a de que o Nordeste, que possuía uma balança comercial externa superavitária, apresentava déficit nas suas relações comerciais internas, com o Centro-

Sul. À medida que a política econômica de favorecimento da substituição de importações subsidiava a indústria, em detrimento da agro-exportação, havia taxas de câmbio diferenciadas para importação de bens de capital e bens de consumo. Esta era a forma de reservar divisas externas para o aparelhamento do setor fabril e criar um mercado interno protegido para as empresas nacionais. Percebe-se que, na leitura de Furtado, o Estado, mantendo taxas de câmbio supervalorizadas, punha em marcha uma política que afetava negativamente o Nordeste, pois parte significativa dos ganhos das exportações do açúcar, cacau e algodão sofria com o confisco cambial. O oferecimento aos exportadores de taxas de câmbio menos vantajosas que as dos importadores, levava à transferência de renda não só dos setores agro-exportadores para os industriais, como também da região nordestina para o Centro-Sul. O Nordeste não tendo condições de recorrer às manufaturas importadas, tornava-se num mercado cativo para o Centro-Sul: através das compras dos produtos industrializados nacionais, transferia para lá as suas divisas. Esta era uma situação que tendia continuamente a se agravar, pois a diferenças nos termos de troca, desde o final da década de 40, favoreceu expressivamente os preços dos produtos industriais.(LOVE, 1998:cap.X)

Trabalhando com índices estatísticos sobre o comércio exterior nordestino, correspondentes ao período de 1948-1956, Furtado demonstra que a região apresentou um saldo positivo de 638 milhões de dólares em sua balança comercial – o suficiente “*para cobrir o déficit da balança comercial do resto do País (552 milhões de dólares), sobrando ainda 74 milhões para atender a outras contas do balanço de pagamentos*”.(Ibid.:395) No entanto, 40% dessas divisas tinham sido transferidas para o Centro-Sul que, desde os anos 30, passava por rápidas transformações estruturais,

“a procura de equipamentos e produtos semi-elaborados, que as indústrias requerem – em grande parte artigos não

produzidos no país – cresceu com intensidade muito maior no Centro-Sul. Os efeitos dessa procura mais intensa de divisas no Centro-Sul foram agravados pela política de controle das importações, que em razão de seu caráter seletivo favorecia as importações sem equivalente nacional, muito menos frequentes na folha de compras do Nordeste que na do Centro-Sul. É este um caso típico de medidas que, embora orientadas no louvável sentido de fomentar a industrialização do País, redundaram em prejuízo direto da região menos desenvolvida”.(FURTADO,1987:397)

Impossibilitado de importar do exterior – seja porque suas divisas tinham sido absorvidas pelos importadores do sul, seja porque as mercadorias de que necessitava não podiam ser importadas, por causa de obstáculos cambiais –, o Nordeste, era obrigado a usar a renda correspondente às suas divisas em compras no Centro-Sul, acumulando um saldo negativo neste intercâmbio. São formulações desta natureza que permitem a Furtado concluir que,

“o Nordeste, fornecendo divisas ao Centro-Sul, tem contribuído para o desenvolvimento desta última região com o fator nela mais escasso: capacidade de importação. Pagando com divisas parte substancial do que adquire no Centro-Sul, o Nordeste vem contribuindo para dar maior flexibilidade à oferta nessa região. [Uma] Segunda conclusão é que o Nordeste constitui um mercado de maiores proporções para o Centro-Sul, que a inversa; em outras palavras, o Centro Sul vende no Nordeste quantidade substancialmente maior de mercadorias do que compra. De resto, como as exportações do Centro-Sul para o Nordeste se compõem principalmente de manufaturas, pesando nas exportações nordestinas muito mais as matérias-primas, cabe concluir que a discrepância a favor do Centro-Sul ainda é maior se se mede o intercâmbio em termos da massa de emprego criada nas duas regiões”.(Ibid.:397)

Em síntese, a política protecionista posta em prática com a finalidade de garantir as indústrias nacionais, sediadas no Centro-Sul, era responsável por uma significativa transferência interna de recursos em prejuízo da região mais pobre, alargando a disparidade nos níveis de desenvolvimento regional. Pelos cálculos efetuados por Celso Furtado, a transferência de recursos, entre 1948 e 1956, havia sido algo em torno de 167 milhões de dólares, ou seja, uma média anual de 24 milhões de dólares.⁴⁰

Além desta modalidade de transferência, existia também o “duplo fluxo de rendas”. Nos períodos de prosperidade econômica relativa, os recursos do setor privado nordestino emigravam em busca de formas lucrativas de aplicação, em razão da falta de oportunidades de inversão reprodutiva na região. Já nas fases de crises climáticas, o dinheiro público federal fazia o caminho inverso, rumo às áreas atingidas pelas secas. No entanto, segundo Furtado, mesmo que os recursos governamentais compensassem a tendência emigratória dos capitais privados do Nordeste, não contribuía para aumentar a capacidade produtiva e a geração de empregos na área, pois destinavam-se a obras assistencialistas, geralmente simples subsídios ao consumo, e, quando muito, à abertura de estradas e açudes. Isto é, investimentos não reprodutivos, incapazes de tornar a economia nordestina “*mais resistente às secas*”, um destino muito diverso dos capitais privados do Nordeste que, aplicados fora das áreas de origem, ampliavam o potencial de investimento em outras regiões.

⁴⁰ Joseph Love, em seu livro *A Construção do Terceiro Mundo* calcula que esta transferência de recursos do Nordeste para o Centro-Sul tenha, na realidade, ficado em torno de 15 a 17 milhões de dólares anuais. Segundo ele teria ocorrido um erro na transcrição dos dados usados por Furtado para chegar à quantia de 24 milhões de dólares. “*Além disso, um procedimento incorreto foi seguido no cálculo daquela soma, ou seja, uma transferência positiva de renda do Centro-Sul para o Nordeste, em 1952, foi simplesmente omitida, ao invés de subtraída do fluxo líquido de recursos. Levando em conta esses itens, e usando as diversas séries alternadas fornecidas [...], [Love calcula que] a transferência líquida de renda para o Centro-Sul foi da ordem de US\$ 15 a 17 milhões por ano, para 1948-1956. [...]. Em 1995, Baer [...] calculou que a tendência a longo prazo nas políticas governamentais e nos fluxos de comércio,*

O desafio essencial, diante deste quadro, era reverter a dinâmica do “colonialismo interno” (LOVE,1998:381), buscando, através do planejamento econômico adequado, um novo impulso dinâmico para a economia nordestina. Coerente com a análise que via as relações entre o Nordeste e o pólo industrializado em termos da dualidade cepalina e com a concepção de progresso e desenvolvimento desta linha teórica, Furtado, obviamente, descarta de saída “*a forma mais ‘barata’ de uma economia crescer*”, ou seja, simplesmente aumentando as exportações de produtos primários. Sem recusar um esforço sistemático de ampliar as exportações, propõe uma política de diversificação da economia interna, isto é, a industrialização como a forma possível para superar-se o atraso relativo do Nordeste.

“Nas regiões urbanas do Nordeste há, hoje em dia, uma massa de desemprego disfarçado que não será inferior a meio milhão de pessoas em idade de trabalhar. Esse exército de subempregados vem crescendo com intensidade igual ou maior que a do total da população urbana. A política industrial visa o tríplice objetivo de dar emprego a essa massa flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que atualmente tendem a emigrar”.(FURTADO,1987:389)

Em suma, a saída possível para o Nordeste era a industrialização, único processo capaz de dar as bases para um desenvolvimento endógeno, de diversificar a estrutura produtiva, de absorver mão-de-obra, de gerar mercado interno e, em moldes *schumpeterianos*, de criar um empresariado capitalista dinâmico.

favoreciam o Centro-Sul em detrimento do Nordeste, como Furtado havia afirmado”. LOVE, 1998: 383 e 401.

O plano de industrialização do Nordeste, além de reorganizar as indústrias tradicionais (principalmente as de tecelagem que haviam perdido posição frente ao Centro-Sul), deveria ter em mira a criação de indústrias de base que permitissem o estabelecimento de um sistema econômico capaz de autopropagar-se. Para tanto, havia um conjunto de condições propícias na região, que iam desde a existência de mercado para produtos manufaturados, oferta elástica de energia elétrica nos centros urbanos, disponibilidade de matérias-primas, até abundância de mão-de-obra não-especializada (mais barata que a do Centro-Sul) e instituições de financiamento público, como o *Banco do Nordeste do Brasil* (BNB) e o *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico* (BNDE).

O projeto elaborado por Furtado previa a instalação de quatro grupos de indústrias. O primeiro, um núcleo siderúrgico que permitiria “*a expansão de indústrias de transformação do ferro e aço e mecânicas, que [existiam] em forma embrionária*”. Preocupado com as limitações de investimentos, lembrava as possibilidades de instalação de usinas para “*produção de ferro de primeira fusão, em 40 mil toneladas, a preços competitivos*”. O segundo, um conjunto de indústrias mecânicas simples, “*como a fabricação de implementos agrícolas, móveis metálicos e outras que já conta[vam] com amplo mercado na região*”. O terceiro, fábricas que, “*apoiando-se numa base favorável de matérias-primas locais*”, tinham possibilidades de “*penetrar rapidamente nos mercados em expansão do Sul do País*”. Furtado referia-se, sobretudo, às indústrias produtoras de cimento, adubo fosfatados e de aproveitamento do “*rutilo, da magnesita e da gipsita*” e do sisal. (Ibid.:427) Havia, ainda, uma quarta frente fabril no Nordeste a ser priorizada, a das indústrias tradicionais voltadas para o mercado local, que se valiam da abundância de matéria-prima e da mão-de-obra barata: a indústria têxtil que, na década

de 50, comparativamente à do Centro-Sul, apresentava evidentes sinais de decadência⁴¹. Por se tratar de um setor há muito instalado, a recuperação das fábricas de tecidos de algodão deveria ser um dos objetivos centrais do projeto.

Uma questão essencial, no entanto, desafiava a instalação deste núcleo industrial autônomo no Nordeste: uma política de incentivos às indústrias instaladas na região, que desse sustentação econômica ao projeto. “*Se o Centro-Sul, que se beneficiava de total proteção alfandegária, necessitou de uma parafernália de incentivos para alçar o vôo da industrialização, que dizer do Nordeste?*”. A preocupação de Furtado justificava-se em virtude do estabelecimento da *resolução nº204* da SUMOC, que desmontava a política de subsídios cambiais que, em larga medida, havia sustentado o desenvolvimento industrial paulista, na década de 40. Sua proposta era “*repensar o sistema de incentivos especificamente em função do Nordeste, cuja industrialização teria lugar sob o fogo da concorrência das indústrias consolidadas do Centro-Sul*”.(FURTADO,1989:120) Com esta finalidade introduziu-se uma série de emendas no *I Plano Diretor*, com o propósito de tornar o Nordeste atraente para os investidores industriais, especialmente os da região sulina. Estas emendas significavam, em última instância, a oferta de financiamentos a fundo perdido aos capitalistas interessados, desde que os investimentos se adequassem às

⁴¹ Segundo Furtado, a tendência do parque industrial têxtil nordestino à estagnação e decadência, na década de 50, decorria, “*em grande parte, de fatores circunstanciais, sendo o mais importante o subsídio indireto proporcionado pela política cambial à mecanização. Ao baratear, relativamente os equipamentos têxteis importados, os quais – devido à orientação tomada pela tecnologia nesse setor – implicam grande economia de mão-de-obra, a política cambial tornou mais econômico o investimento na indústria têxtil onde a mão-de-obra era relativamente mais cara. Entre mecanizar a indústria têxtil no Sul ou no Nordeste, convinha mais mecanizá-la onde os salários eram relativamente, elevados, isto é, no Sul. Ora, ao tomarem essa decisão, os industriais estavam incorporando às indústrias do Sul a quase totalidade do volumoso subsídio que o governo proporcionava, através da política cambial. Dessa forma, o parque industrial sulino elevou fortemente sua produtividade, eliminando em grande parte a vantagem que as indústrias do Nordeste derivam de seu mais baixo nível de salários*”. FURTADO, 1997:428.

diretrizes do desenvolvimento regional, definidas pela SUDENE. Inspirada na “*legislação italiana da Cassa del Mezzogiorno*”, a lei nº3995, de 14 de dezembro de 1961, em seu artigo 34 estabelecia as diretrizes para os incentivos aos investimentos industriais no Nordeste:

“É facultado às pessoas jurídicas e de capital 100% nacional efetuarem a dedução de até 50% nas declarações do imposto de renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada, pela SUDENE, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste”. (Ibid.:121)⁴²

À esta altura da análise, quando elementos da proposta de Furtado para o Nordeste ganham corpo, é possível chegar-se a algumas conclusões preliminares. A mais evidente é a de que seu projeto de desenvolvimento para o Nordeste pressupunha o rompimento das relações de subordinação e dependência da região com o Centro-Sul, o que, em termos cepalinos, passava necessariamente por uma política de substituição regional de importações, ou seja, pela criação de um “*centro autônomo de expansão manufatureira*”. (Ibid.:390) E isto na medida em que, frente ao atraso do Nordeste, às disparidades nos níveis do desenvolvimento regional, Furtado explicava-os através da transposição para o âmbito nacional das relações existentes entre os países desenvolvidos e os

⁴²Em 27 de junho de 1963, a lei n. 4239 modificou as determinações sobre os incentivos fiscais para o Nordeste, estendendo-os para as atividades agrícolas e retirando a obrigatoriedade de que as empresas investidoras tivessem 100% de capital nacional. Havia, no entanto, uma importante salvaguarda (§4, art.18): “*Não poderão ser transferidos para o Exterior, direta ou indiretamente, e a qualquer título, as receitas derivadas das parcelas de investimentos financiados com os descontos previstos neste artigo, sob pena de revogação do favor obtido e exigibilidade das parcelas não efetivamente pagas do imposto de renda, acrescidas de multas de 10% e juros de mora de 12% ao ano, sem prejuízo das sanções estabelecidas na legislação específica do imposto de renda*”. A idéia era a de que os recursos disponíveis para investimentos no Nordeste fossem “nacionalizados”, ou seja, submetidos às leis de regulamentação da exportação de capitais, para não se criar pressões no balanço de pagamentos. FURTADO, 1989:121. Para as alterações na política de incentivos fiscais para investimentos no Nordeste, após 1964, consultar CANO,1998: cap. V, VI; CANO,2000:115-116.

subdesenvolvidos, que a teoria da CEPAL analisava em termos da dinâmica Centro–Periferia.

Os problemas que Furtado se propõe a enfrentar no Nordeste, ao final dos anos 50, eram, em larga medida, desdobramentos do processo de reprodução capitalista no Brasil que, além de se realizar numa dimensão desigual e combinada, seguia, também, a tendência histórica à concentração, inclusive em termos regionais. Tratava-se de uma etapa em que não apenas a industrialização brasileira já não guardava as características da fase de substituição de importações (implantava-se, naquele momento, a indústria pesada e de bens de consumo duráveis), mas que, também, se processava sob domínio do capital estrangeiro e das empresas oligopolizadas. Nesta fase, as decisões de investimento do grande capital eram tomadas à revelia dos tecnocratas e das burguesias regionais. Além disto, desde que o desenvolvimento industrial passou a ser comandado pelo Centro-Sul, foi posto em movimento um processo de integração do mercado brasileiro, em escala nacional, que tinha por pressuposto uma “*complementaridade inter-regional*”, ditada pelas necessidades e interesses da acumulação daquele pólo econômico.⁴³ Em outras palavras, qualquer possibilidade de estabelecimento de um “*centro autônomo de expansão manufatureira*”, isto é, de um processo regional de substituição de

⁴³ Em seu trabalho sobre *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil*, Wilson Cano afirma que “*é a partir do período 1962/67 que o processo de integração do mercado nacional passa a contemplar também a forma mais avançada, a da dominação do processo de acumulação de capital à escala nacional. Assim sendo, a complementariedade inter-regional teria de ser ainda maior entre pólo e periferia; os efeitos dos estímulos maiores. Dado que a maior parte da indústria pesada e de bens de consumo durável foi instalada no pólo, ela dificilmente desbordaria em direção à periferia, salvo em casos específicos. [...] Os efeitos da destruição [...] em parte já se manifestavam antes do advento da indústria pesada e relacionavam-se à modernização de parte do setor produtor de bens de consumo não-durável do pólo. Com a política de incentivos fiscais, acelera-se ainda mais esse processo, via realização de modernas inversões de propriedade do capital do pólo, na periferia, destruindo velhos empreendimentos similares locais. O encerramento de grandes e antigas fábricas têxteis no NE constitui o maior exemplo desta situação*”. CANO, 1998:242.

importações, já se encontrava historicamente inviabilizada, naquele momento. (CANO,1998:240-241)

As concepções teóricas que informavam a análise de Furtado, no entanto, faziam-no explicar as disparidades regionais sob a angulação de uma dualidade estrutural interna e, nestes termos, postular formas de desenvolvimento capitalista regionalizadas, apesar de ser a questão nacional o ponto de referência. Esta é, sem dúvida, uma contradição em suas proposições, pois, mesmo mobilizado em torno de um projeto nacional, preocupado com o dilaceramento do tecido social brasileiro e com as ameaças que os desequilíbrios regionais representavam à unidade da nação, Furtado, ao tratar da questão nordestina, acaba projetando um desenvolvimento econômico regionalizado, estruturado em termos de um núcleo manufatureiro autônomo.

É importante salientar agora, que, para Celso Furtado, assim como as relações desiguais com o Centro-Sul não explicavam *in totum* o atraso e a estagnação do Nordeste, a industrialização, por si só, não poderia transformar com a rapidez necessária as estruturas econômicas e sociais da região. Por isto o Plano de Ação, apresentado no documento do GTDN, previa outras diretrizes básicas:

“ [...] transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;

[...] transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar a sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e

*[...] deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste visando incorporar à economia da região as terras úmidas do **hinterland** maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da faixa semi-árida”.* (FURTADO, 1997:390)

Estas três diretrizes, que complementam a proposta de intensificação dos investimentos industriais, têm como fundamento uma leitura das razões especificamente “nordestinas” da estagnação do Nordeste. Nesta leitura, o lugar central é ocupado pelo que Furtado chamou de “*complexo econômico nordestino*”: categoria analítica que lhe permite estabelecer os nexos explicativos da singularidade desta região no Brasil e, ao mesmo tempo, identificar os fundamentos históricos dos seus problemas. É importante, sobretudo, que se entenda, também, esta formulação como uma chave analítica para superar o artifício explicativo da seca, como o recurso teórico que possibilita a Furtado buscar as determinantes primárias do atraso do Nordeste nas formas históricas de sua ocupação econômica, na sua estrutura fundiária e não nas determinações climáticas.

2. “Complexo Econômico Nordestino”: Fundamentos Históricos do Atraso.

A rigor, o Nordeste aparece muito cedo como preocupação intelectual de Celso Furtado. Já em 1948, em sua tese doutoral – **Economia Colonial no Brasil dos Séculos XVI e XVII** –, dedica-se à análise da produção açucareira nordestina, tendo as Antilhas Francesas como referência comparativa. Porém, muito pouco se encontra aí do que mais tarde será a formulação do “*complexo econômico nordestino*”, excetuando-se as alusões à lenta decadência e estagnação do setor açucareiro, por mais de dois séculos, e à rigidez do seu sistema: os dois elementos explicativos das peculiaridades econômicas e sociais da região, segundo Furtado.

Referindo-se à cristalização de relações sociais em condições de estagnação econômica, afirma,

“o caso do açúcar no nordeste brasileiro é particularmente ilustrativo, por que não tendo esse produto perdido completamente seu mercado exterior [...], e se tendo ampliado o seu mercado interno, o pequeno mundo patriarcal criado em torno do engenho pôde chegar até nossos dias. sua desorganização definitiva, motivada por fatores endógenos de transformação na técnica de produção, é também ilustrativa dessa persistência das elites cristalizadas”.(Furtado, 2001:149)

Aqui, Furtado tem em mente o processo de modernização da indústria açucareira que dá origem às usinas modernas, que confrontam a tradição secular dos engenhos. No contexto nordestino, observa-se o que ele chama de *“solução conciliadora”*: *“a atividade industrial será centralizada nas usinas, mas estas não possuirão terras; a agricultura será confiada aos antigos engenhos”*. Mas, esta solução, que no imediato produz uma acomodação social, apresenta, no entanto, sérias contradições dado o ritmo e os métodos de trabalho rotineiros dos engenhos, que são incompatíveis com a superioridade técnica das usinas. Segundo suas palavras:

“O conflito entre os velhos senhores de engenho e a grande indústria usineira apresenta-se hoje sob a forma de luta dos fornecedores de cana pela sobrevivência. As usinas continuam seu processo de absorção de terras, contra a resistência da classe de donos de engenho. Em 1934, estes conseguiram uma vitória com a intervenção estatal e a lei que fixou cotas obrigatórias de cana a serem absorvidas pelas usinas. Estas, entretanto, aproveitam todas as oportunidades para adquirir terras e, com elas, as cotas dos engenhos ainda existentes. A seu favor militam fatores de ordem econômica. Desde o momento em que lhes falte apoio

estatal, os engenhos serão vulnerados pela concorrência”.(Ibid.:150-151)

Na realidade, porém, mais do que com as contradições deste sistema, Furtado está preocupado com a notável resistência às transformações e com a rigidez de estruturas demonstrada pelo sistema latifundiário de monocultura do açúcar no Nordeste. É aí, em traços coloniais atávicos, que procura as razões dos arcaísmos da economia e da sociedade nordestina.

Estas formulações apenas embrionárias ganham corpo, anos depois, em *Formação Econômica do Brasil* (1959). Neste livro, em vários capítulos, Furtado dá forma ao processo histórico de constituição do “*complexo econômico nordestino*”, cujos elementos básicos podem ser sintetizados na capacidade do setor açucareiro de preservar suas estruturas econômicas e sociais durante as longas crises de exportação e na combinação entre a economia do açúcar e sua “*projeção*”, a pecuária extensiva.

O ponto de partida é a análise da produção escravista do açúcar que, desde o século XVI, foi responsável pela colonização do que veio a ser mais tarde o Brasil. Atividade econômica de grande potencial dinâmico⁴⁴, em termos da alta rentabilidade do mercado exportador e da larga oferta de terras para ocupação, o açúcar não garantiu, no entanto, um dinamismo econômico interno: a renda que não era revertida para o exterior (na forma de direitos do monopólio colonial, renda de não-residentes etc.) concentrava-se

⁴⁴ Segundo Celso Furtado, “*O valor total do açúcar exportado, num ano favorável, teria alcançado uns 2,5 milhões de libras. Se se admite que a renda líquida gerada na colônia pela atividade açucareira correspondia a 60 por cento desse monte, e que essa atividade contribuía com três quartas partes da renda total gerada, esta última deveria aproximar-se de 2 milhões de libras. Tendo em conta que a população de origem européia não era superior a 30 000 habitantes, torna-se evidente que a pequena colônia açucareira era excepcionalmente rica*”. FURTADO, 1964:58

quase que integralmente nas mãos dos senhores de engenho, que retinham cerca de 90% do que ficava na colônia. E deste montante, uma parte significativa também se escoava para o exterior, através da importação de bens de consumo, ou mesmo maquinaria necessária à produção do açúcar. Desta forma, era insignificante a parcela da renda em circulação interna, o que esterilizava qualquer possibilidade de um “*desenvolvimento de autopropulsão*”:

“Do valor do açúcar no porto de embarque apenas uma parte ínfima (não superior a 5%) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora do engenho no transporte e armazenamento. Os engenhos mantinham, demais, um certo número de assalariados: homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos. Mesmo admitindo que para cada dez escravos houvesse um empregado assalariado – mil e quinhentos no conjunto da indústria açucareira – e imputando um salário monetário de 15 libras anuais a cada um, chega-se à soma de 22.500 libras, que é menos de 2% da renda gerada no setor açucareiro”. (FURTADO,1964:58-59)

Estas formulações de Furtado, a propósito da dinâmica interna de acumulação da economia açucareira, têm desdobramentos que, no plano da análise, permitem-nos caracterizar o modo singular pelo qual a economia escravista nordestina respondia às crises do setor exportador, preservando suas estruturas. Segundo ele, à medida que todos os fatores de produção pertenciam ao senhor de engenho, a renda monetária, que se expressava no valor das exportações, praticamente se concentrava em suas mãos e “*a quase totalidade do dispêndio monetário teria de expressar-se no valor das importações*”. Assim sendo, o fluxo de renda ocorria apenas entre a unidade produtiva e o exterior e, na medida que um mesmo empresário controlava todos os fatores de produção, este fluxo se resumia “*a simples operações contábeis, reais ou virtuais*”.(Ibid.:65)

Diante de um quadro como este, Furtado questiona as possibilidades de expansão e evolução estrutural da economia açucareira escravista no Nordeste. Segundo ele, nem o crescimento considerável da economia escravista (como o ocorrido nos séculos XVI e primeira metade do XVII) e nem os retrocessos na produção (como os provocados pela concorrência antilhana, na segunda metade do século XVII) foram capazes de provocar modificações significativas na estrutura do sistema, daí advindo a histórica cristalização das instituições econômicas e sociais nordestinas. E tudo isto porque,

“Mesmo que a unidade produtiva chegasse a paralisar-se, o empresário não incorria em grandes perdas, uma vez que os gastos de manutenção dependiam, principalmente da própria utilização da força de trabalho escravo. Por outro lado, grande parte dos gastos de consumo do empresário estava assegurada pela utilização dessa força de trabalho. Destarte o crescimento da empresa escravista tendia a ser puramente em extensão, isto é, sem quaisquer modificações estruturais. As paralisações ou retrocessos nesse crescimento não tendiam a criar tensões capazes de modificar-lhe a estrutura. Crescimento significava, neste caso, ocupação de novas terras e aumento de importações. Decadência vinha a ser redução dos gastos em bens importados e na reposição da força de trabalho (também importada), com diminuição progressiva, mas lenta, no ativo da empresa, que assim minguava sem se transformar estruturalmente”. (Ibid.:67)

Em síntese, segundo Furtado a reação da economia escravista às crises e à estagnação era muito peculiar, pois, frente à diminuição das exportações, não era conveniente ao empresário reduzir a utilização da capacidade produtiva uma vez que seus custos eram quase somente gastos fixos. Assim, a queda na capacidade produtiva do sistema era lenta, expressando-se, sobretudo, na impossibilidade de reposição da força de trabalho escrava e dos equipamentos importados. Por esta razão, a economia escravista nordestina

resistiu durante mais de três séculos às inúmeras crises de depressão, recuperando-se sempre que o dinamismo do mercado externo permitiu, sem, no entanto, apresentar qualquer modificação estrutural significativa.

Além da extraordinária estabilidade das estruturas do sistema de produção escravista, Furtado chama a atenção para outro componente do complexo econômico nordestino: a pecuária como uma “*projeção*” da economia do açúcar. Desenvolvida para abastecer o setor açucareiro com carne e animais de tração, a pecuária logo foi deslocada da faixa litorânea, dando início à ocupação das áreas interiores do Nordeste, “*cruzando o São Francisco e alcançando o Tocantins e, para o norte, o Maranhão nos começos do século XVII*”.(Ibid.:75) Esta atividade, economicamente dependente e induzida pela economia açucareira, tinha características radicalmente diversas da produção escravista exportadora:

“A ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante. O regime de águas e a distância dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração de terras ocupadas de forma permanente. As inversões fora do estoque de gado eram mínimas, pois a densidade econômica do sistema em seu conjunto era baixíssima. Por outro lado, a forma mesma como se realiza a acumulação de capital dentro da economia criatória induzia a uma permanente expansão – sempre que houvesse terras por ocupar – independentemente das condições da procura”.(Ibid.:73-74)

Outras características podem ser facilmente deduzidas deste quadro. A pecuária era uma atividade de baixa rentabilidade (a renda total gerada pela pecuária não devia exceder a 5% do valor da exportação do açúcar), de produtividade irrisória, de escassa população absorvida e que atraía, principalmente, o colono sem recursos para o empreendimento

açucareiro. De pequena especialização e reduzida comercialização, a criação de gado representava um mercado de dimensões insignificantes, ligando-se muito mais à subsistência de sua população.

Deste quadro geral das condições de ocupação econômica do Nordeste, Furtado extraiu uma importante conclusão: tanto a atividade açucareira como a pecuária tendiam a conservar suas unidades produtivas, sem modificações estruturais, seja durante o processo de expansão (dado o caráter extensivo da produção, bastava incorporar mão-de-obra e terras), seja na fase de retração (em virtude da reduzida expressão dos custos monetários). E isto, sobretudo, porque sempre “*convinha continuar operando[...] pois os fatores de produção não tinham uso alternativo*”.(Ibid.:78) No entanto, se os efeitos a curto prazo de uma contração da demanda tinham resultados semelhantes tanto na atividade criatória como na economia açucareira, a longo prazo a retração econômica provocou diferenças substantivas entre elas. E é importante que se atente para os desdobramentos desta formulação, pois é aqui que Furtado situou a constituição do “*complexo econômico nordestino*”.

Na pecuária o capital era repostado automaticamente, sem gastos monetários expressivos, ao contrário da produção açucareira que dependia da importação de força de trabalho e maquinaria. E isto porque a criação do gado não só dispensava equipamentos importados, como também, dada as condições de alimentação e trabalho, garantia o crescimento vegetativo de sua mão-de-obra. Num quadro como este, o agravamento do declínio da produção açucareira, no século XVIII,⁴⁵ teve como um dos resultados a

⁴⁵ A situação se agravou no século XVIII, por causa da elevação nos preços dos escravos e da migração da mão-de-obra especializada, em função da atividade mineira na região das Gerais.

expansão da pecuária no contexto do setor de subsistência, com as conseqüentes retrações da renda monetária, da divisão de trabalho e da produtividade. Senão vejamos,

“A expansão do sistema[pecuária] era, aí, um processo endógeno, resultante do aumento vegetativo da população animal. Dessa forma, sempre havia oportunidade de emprego para a força de trabalho que crescia vegetativamente, e também para elementos que perdiam sua ocupação no sistema açucareiro em lenta decadência. Sem embargo, se a procura de gado na região litorânea não estava aumentando num ritmo adequado, o crescimento do sistema pecuário se fazia através do aumento relativo dentro do mesmo setor de subsistência. Em outras palavras, a importância relativa da renda monetária ia diminuindo, o que acarretava necessariamente uma redução paralela de sua produtividade econômica. A redução relativa da renda monetária teria de repercutir no grau de especialização da economia e no sistema de divisão do trabalho dentro da mesma. Muitos artigos que antes se podiam comprar nos mercados do litoral – e que eram importados – teriam agora que ser produzidos internamente. Essa produção, entretanto, limitava-se ao âmbito local, constituindo uma forma rudimentar de artesanato”.(FURTADO, 1964: 80).

É destas formulações que Furtado extrai os fundamentos da peculiar condição do Nordeste no contexto nacional. Para ele, as raízes desta situação deviam ser buscadas no processo de contínuo “atrofiamento” da economia nordestina e no persistente declínio de sua renda *per capita*, ao final do século XVII e início do XVIII, período em que historicamente se formou “o complexo econômico nordestino”. Segundo Celso Furtado, a estagnação do setor açucareiro não exigiu a migração do excedente de sua população livre: ela foi continuamente absorvida pela “*fronteira móvel*” da pecuária porque, aí, a oferta de alimentos (em condições de terras abundantes) era muito elástica.

“Numa região pecuária – porquanto a população se alimenta do mesmo produto que exporta – a redução das exportações em nada afeta a oferta interna de alimentos e, portanto, a população pode continuar crescendo normalmente através de um longo período de decadência das exportações. No nordeste brasileiro, como as condições de alimentação eram melhores na economia de mais baixa produtividade, isto é, na região da pecuária, as etapas de prolongada depressão em que se intensificava a migração do litoral para o interior teriam de caracterizar-se por uma intensificação no crescimento demográfico. Explica-se, assim que a população do nordeste haja continuado a crescer [...] em todo o século e meio de estagnação da produção açucareira [...]”. (Ibid.:81-82)

Em síntese, para Furtado, a expansão econômica do Nordeste, durante mais de um século e meio, consistiu num *“processo de involução econômica”*: o setor açucareiro perdeu importância no contexto exportador e a pecuária, reduzida aos níveis de subsistência, cresceu significativamente, absorvendo os excedentes de população. O sistema econômico nordestino, com base na exportação do açúcar, altamente produtivo e de grande rentabilidade, até meados do século XVII, transformou-se numa economia em que a maior parte de sua população apenas reproduzia a própria subsistência, num regime em que a divisão de trabalho e a especialização eram praticamente inexistentes.

À esta altura, salta à vista a importância da persistente estabilidade das estruturas do *complexo econômico nordestino* no esquema explicativo de Furtado sobre o Nordeste. **É aí que estão os fundamentos históricos do anacronismo de suas instituições sociais, do seu atraso no processo de desenvolvimento capitalista.** Por isto, o Nordeste que emerge da escrita de Celso Furtado é uma formação social que, atavicamente, mantém traços da organização colonial, em pleno século XX – latifúndio, concentração da renda, rígida estrutura de dominação e exclusão social e política.

Por maior que seja a capacidade e a abrangência explicativa da noção de *complexo econômico nordestino*, a compreensão do Nordeste não poderia, no entanto, dispensar o tratamento específico da questão das secas⁴⁶, seja em razão das dimensões reais do problema para a região, seja pela força do discurso das “obras contra as secas”, que sustentava formas de dominação de parcelas significativas das elites locais. E Furtado o fará de modo original, em conformidade com seu ideário desenvolvimentista, através de uma abordagem que subverte o discurso tradicional, rompendo com as justificativas fatalistas dos imperativos climáticos. Aqui, sem dúvida, está uma de suas mais significativas contribuições intelectuais: **o enfoque histórico-econômico do problema das secas no Nordeste**. Contribuição, diga-se de passagem, de que Furtado tem plena consciência, como o atestam suas memórias:

“Muitos estudiosos brasileiros haviam refletido sobre a região, mas quase sempre limitando seu campo de observação. O agrônomo José Guimarães Duque, crítico acerbo da política de açudagem praticada pelo DNOCS [Departamento Nacional de Obras Contra as Secas], produziu estudos de grande valor sobre a ecologia da região semi-árida. A hidrologia começara a ser estudada, e também algo se conhecia da pedologia regional. Faltava relacionar a ecologia com as estruturas sócio-econômicas, o que permitiria perceber que o fenômeno da ‘seca’ é em grande parte devido a essas estruturas. Sem modificá-las, toda a tentativa para solucionar o problema carecerá de seriedade”. (FURTADO, 1999: 39)

⁴⁶ Em *A Operação Nordeste*, Furtado é categórico quanto à necessidade do tratamento do “*elemento específico do problema nordestino – a semi-aridez de grande parte do território e as secas*”. A ignorância desta peculiaridade faria com que a organização econômica da região fosse caracterizada apenas pela baixa produtividade. Segundo suas palavras, “*a economia do Nordeste não é somente um sistema de baixa produtividade. É também um sistema sujeito a crises sui generis de produção e emprego*”. FURTADO, 1959:25.

3. A Seca Como Crise Econômico-Social e a Questão Agrária.

As secas tornam-se objeto de preocupação sistemática de Furtado, a partir de 1959, num contexto muito específico: a análise dos problemas da região Nordeste com vistas ao desenvolvimento centrado na criação de um pólo industrial autônomo. Isto permite inferir que o tratamento da seca, em termos de crise social e de produção, tem como viés o projeto capitalista regional, como bem o atestam o documento do Grupo de Trabalho do Nordeste (GTDN) –*Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*– e o livro *A Operação Nordeste*. Nestes textos, o pano de fundo da análise das secas é a investigação das razões pelas quais o Nordeste não acompanhou o ritmo econômico do Centro-Sul e a indagação sobre as possibilidades de aceleração e de desenvolvimento da economia nordestina. A questão essencial é descobrir porque o enfraquecimento do impulso exportador açucareiro não abriu caminho para uma economia com base no mercado interno, a exemplo da cafeicultura paulista que, após à crise exportadora dos anos 30, deu margem a um processo de industrialização por substituição de importações. O que se percebe é que, ao discutir as condições de organização da produção do açúcar e as conseqüências do debilitamento do estímulo externo desta economia, Furtado acaba elaborando um quadro geo-econômico das formas de ocupação do Nordeste, que lhe permite tratar a seca numa dimensão histórico-social.

Segundo ele, o “*complexo econômico nordestino*” compreendia duas grandes sub-regiões, a faixa úmida do litoral oriental (a Zona da Mata) e o interior semi-árido (Sertão), que correspondiam, de modo geral, “*aos dois sistemas econômicos que aí se constituíram desde os primórdios da colonização; um com base na produção de açúcar; o outro, apoiado na pecuária*”. (FURTADO, 1997:408) Uma terceira sub-região intermediária poderia ser também identificada no *hinterland* nordestino – o Agreste, que absorvia os excedentes populacionais que a economia açucareira, nas fases de retração,

não conseguia manter. Esta área, de terras mais pobres do que a Zona da Mata, abrigava minifúndios que sediavam uma economia de baixa produtividade, no nível de subsistência.

A região litorânea • localizada “*entre os contrafortes da Borborema e o Oceano Atlântico, estendendo-se da Bahia ao Rio Grande do Norte*” e que convivia com taxas altas e regulares de chuvas (“*alcançando 2000mm*”) • caracterizava-se pela especialização da agricultura exportadora, sob a forma da monocultura do açúcar, que monopolizava as terras férteis de massapê. Altamente concentradora de renda, a economia que aí se delineou, além de impedir a constituição de um mercado interno, exigiu para seu pleno funcionamento a formação de extensos latifúndios. Típica economia “*que se formou e cresceu por indução de fatores externos*”, nas fases de expansão da procura internacional, o açúcar absorvia intensamente os fatores de produção disponíveis (mão-de-obra e terras), num nível ampliado de produtividade, propiciando, inclusive, o surgimento de um importante núcleo demográfico no litoral.

Nos momentos de declínio do mercado exportador, no entanto, o sistema de produção açucareira expulsava os seus excedentes populacionais para as terras de qualidade inferior do Agreste, que passavam a abrigar atividades de sobrevivência de ínfima produtividade média. Nestas condições, a ocupação econômica de vastas regiões do Nordeste acabou se realizando de modo muito peculiar: a partir dos sucessivos “*períodos de prosperidade do setor açucareiro – que repercutiam em ampliações dos canaviais nas terras baixas e úmidas, cuja posse está concentrada nas mãos de grandes latifundistas – e períodos de dificuldade para a velha economia açucareira, que engendraram a expansão de uma agricultura de subsistência de baixa produtividade*”.(Ibid.:409) Um quadro como este permitiu a Furtado concluir que a

formação histórica e a ocupação territorial do Nordeste, em linhas gerais, ocorreram no contexto de uma economia capaz de se expandir apenas horizontalmente. Isto é, através das atividades de sobrevivência que ocuparam terras pouco férteis, muitas delas, inclusive, localizadas nas regiões semi-áridas. Desprovidas de qualquer potencial dinâmico e mesmo desenvolvidas em áreas sujeitas às secas periódicas, estas atividades não foram capazes de reverter a secular estagnação regional.

As áreas semi-áridas no Nordeste, sujeitas a secas periódicas, compreendiam cerca de 1 milhão de km². Ocupavam praticamente todo o Ceará e o Rio Grande do Norte, grande parte da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia e parcelas do Piauí, de Sergipe e de Alagoas. E, apesar da ausência de chuvas não ser total, em algumas destas áreas a redução das precipitações podia chegar a 90%.

“A seca se configura quando a baixa da precipitação alcança 50% em região suficientemente extensa para afetar algumas centenas de milhares de pessoas. Além da queda na precipitação, a seca também se caracteriza por maior irregularidade nessa precipitação. Ao invés de 600mm em três meses, temos 300mm em 15 dias, ou em dois ou três aguaceiros. O fenômeno da seca, na forma como se apresenta no Nordeste, é quase único em todo o mundo. Existe coisa parecida em certas regiões, como por exemplo no centro de Madagascar. Mas não existe paralelo, pelo menos em área tão extensa e tão povoada”.(FURTADO, 1959: 25-26)

Segundo Furtado, o fenômeno da seca no Nordeste não teria a gravidade com que geralmente se apresentava se um outro tipo de economia tivesse sido formado no sertão. Para ele, o aspecto central do problema estava exatamente neste ponto: a inadequada ocupação econômica do semi-árido. Por não ter as características fisiológicas de deserto

⁴⁷, o semi-árido permitiu o desenvolvimento de um tipo de economia extremamente vulnerável às estiagens periódicas e de um adensamento demográfico. Aberta à penetração do gado – pois no “*período de chuvas a caatinga enverdece e formam-se as pastagens*” que, apesar de fracas, comportam “*certa carga animal*” e, naturalmente, alguma “*carga humana*” –, a caatinga acolheu as boiadas que, lentamente, avançaram sertão a dentro, acompanhadas pela população excedente do Agreste. Se aí apenas se fixasse a pecuária, a seca não chegaria a representar uma calamidade social. O problema estava na alta concentração populacional da região, muito acima das possibilidades ecológicas do semi-árido, e no estabelecimento de uma ampla agricultura de subsistência

⁴⁷ A caatinga sertaneja é constituída por “*abundante revestimento florístico, de zona semi-árida, totalmente adaptado a condições específicas de solo e clima. Durante o longo período seco que ocorre todos os anos (cerca de oito meses) a caatinga se defende, usando parcimoniosamente suas reservas de água. Ao anunciar-se o novo inverno, na certeza de que poderá renovar essas reservas, sacia-se sofregamente, dando lugar a esse espetáculo maravilhoso por sua instantaneidade que é a transfiguração daquele montão de gravetos secos em bosque verde*”. (FURTADO,1959:26-27) No documento do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), Furtado afirma que “*A precipitação pluviométrica, na região enquadrada no Polígono das Secas, a rigor, não pode ser considerada baixa, pois mesmo nas caatingas a média se situa entre 500 e 700mm anuais*”. Nesta medida, o sertão do semi-árido não poderia ser considerado desértico, pois dispunha de uma quantidade relativamente grande de água. No entanto, havia um sério problema: as chuvas eram muito concentradas, “*observando-se uma correlação negativa entre o grau de concentração e o nível pluvial: quanto menos dias chuvosos há, mais fortes são as chuvas. A seca é causada por uma agravação desses fenômenos: baixa no nível de precipitação e concentração maior desta. Por vezes, a seca resulta, principalmente de uma perturbação na distribuição das chuvas; em outras vezes, sua causa básica está na queda do nível de precipitação. O mais comum é a combinação das duas anormalidades; redução da precipitação média a 400 ou 500 milímetros, com concentração dessa precipitação em uns poucos aguaceiros*”. FURTADO, 1997: 416-417.

Não era diferente a visão de Guimarães Dutra, especialista em solos e funcionário do DNOCS, “*Eu estive nos desertos dos Estados Unidos, do México e do Peru. O Nordeste do Brasil é incomparavelmente melhor que qualquer dessas regiões áridas. O Nordeste não é seco, é anfíbio, e nisto reside sua vantagem e sua perdição. Na cheia o Nordeste esquece a seca e na seca esquece as enchentes. A caatinga [...] é uma região admirável. Precisamos a todo custo preservar essa flora única, para nosso bem e para estudo dos naturalistas do mundo inteiro. Nenhuma outra região considerada seca do planeta ostenta as árvores copadas e industrializáveis do Nordeste, ou espécies como o faveleiro e a palma forrageira, esta nutrindo e dessedentando o gado a um só tempo, o faveleiro produzindo 45% de azeite de mesa e uma torta com mais proteínas do que a carne verde*”. CALLADO, 1960:28.

que, além da pecuária, associava-se à exploração comercial de uma planta xerófila nativa, o algodão-mocó.

“A fazenda típica da região sertaneja combina a pecuária com o algodão-mocó, o trabalho assalariado na pecuária com a ‘meação’ na agricultura. Se visitarmos uma fazenda dessas, encontraremos um conjunto de famílias de ‘moradores’ – chamam-se moradores porque não são propriamente empregados, não têm salário monetário, são, digamos, sócios nos riscos e na venda da produção algodoeira, com direito a casa e a uma faixa de terra para lavoura de subsistência.

O algodão plantado dura vários anos – o meeiro faz a capinagem, cuida da plantação, faz a colheita e é dono da metade do produto. O dono da terra tem a outra metade – mas o seu gado constitui para ele importante fonte de renda adicional, tanto mais que representa de certo modo um capital móvel, capaz de ser transferido, em épocas de seca, para pastagens melhores.

Quanto ao meeiro de algodão, não tem outra fonte de renda além da meação, mas tem quase sempre o seu pedaço de terra, baixada ou várzea que seja, onde pode plantar os seus ‘legumes’, para prover à sua alimentação e à de seus dependentes. E aí se fecha a economia. Ele planta para comer, mas também possui renda monetária.

Essa combinação de elementos de economia monetária com outros de economia de subsistência é que permitiu o aumento da população na caatinga. E foi este aumento populacional que transformou a seca na grande calamidade social dos últimos três quartos de século”. (Ibid.:28)

É este quadro de ocupação econômica do semi-árido que permitiu a Furtado tratar o problema da seca como “*crise de inadaptação*”. E isto porque, segundo ele, a estiagem não afetava gravemente nem o algodão, xerófila adaptada às condições ecológicas do sertão, e nem tampouco o gado, seja porque para ele havia sempre alguma reserva de forragem, seja porque podia ser deslocado para as regiões beneficiadas pela açudagem. A

mais atingida era a lavoura de alimentos de subsistência que, perecendo durante a seca, deixava à mingua a população de meeiros. Não tendo como se alimentar, o trabalhador em meação não podia ficar à espera da renda obtida com algodão: “*sai[a] para a estrada, [...] se ‘retira[va]’, em busca de alguma fonte de emprego que lhe permit[isse] sobreviver*”. (Ibid.:29)

Em síntese, do ponto de vista da ocupação econômica do semi-árido, a seca adquiria a forma de uma grande compressão da produção que, no entanto, não atingia as três camadas da economia da mesma forma. Os maiores prejuízos incidiam sobre aqueles que tinham menores condições de resistência, isto é, os trabalhadores em meação. Enquanto a lavoura de alimentos era praticamente destruída, os efeitos da seca, geralmente, eram bem menores tanto para o algodão quanto para a pecuária. No caso dos algodoads, mais resistentes à falta d’água, os prejuízos se explicavam, muitas vezes, pela necessidade de se sacrificar a plantação para alimentar o gado, pois a pecuária era prioridade dos fazendeiros. Além de um investimento maior, o rebanho apresentava maiores dificuldades para ser recuperado.

São análises como estas que permitem a Furtado afirmar que, do ponto de vista da economia do Nordeste, a seca representava uma “crise de produção” de dimensões limitadas pois, incidindo predominantemente sobre o setor de subsistência, tinha pouca capacidade de se propagar pela economia como um todo. Vão neste sentido suas observações de que, “*No caso extremo do Ceará essa crise alcançou, em 1951, cerca de 25% do produto estadual. Em 1958, é provável que tenha alcançado 33%, nesse Estado. Contudo, para o conjunto da região não representou, em 1951 mais de 5%*”. (FURTADO, 1997:418) A gravidade do fenômeno deveria, portanto, ser creditada ao

fato de se concentrar sobre a parcela da população do Nordeste que não tinha nenhum meio de defesa contra os efeitos da estiagem⁴⁸.

Posto deste modo, o “problema da seca” não poderia ser enfrentado em termos de escassez de água, simplesmente. Aliás, caso “*chovesse o dobro a região ainda seria mais pobre [pois] a erosão tudo destruiria, inclusive a caatinga*” (FURTADO,1959:31) Tratava-se, neste caso, de encarar a seca como uma grave questão econômico-social. A incompreensão deste fato, segundo Furtado, redundava na inoperante política de obras contra as secas (construção de açudes e abertura de frentes de trabalho, que permitiam um nível mínimo de renda à população flagelada), levada a efeito pelo Estado. No seu entender, além de não resultar numa equação efetiva para os problemas gerados pelas formas de ocupação do semi-árido, esta política acabava, perversamente, servindo como reforço para as bases tradicionais de dominação e de exploração econômica na região.

Furtado chama a atenção, também, para o fato das frentes de trabalho precisarem sempre ser acompanhadas pela interferência do Estado no setor de alimentos, pois o mercado local nunca estava aparelhado para atender, aos milhares, famílias que, anteriormente produtoras de sua subsistência, acorriam agora à compra de gêneros de sobrevivência. Ou seja, além de gerar a procura, empregando a maior parte dos sertanejos, via-se o Estado obrigado a criar a oferta, para garantir o abastecimento dos bens de primeira

⁴⁸ No documento do GTDN, Furtado afirma: “*Para que se tenha uma idéia da magnitude desta crise, basta observar que a população ocupada na agropecuária, nos quatro Estados mais afetados pela seca de 1958 – Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba – não é muito superior a 1,5 milhão, e que o número de pessoas que tiveram de ser empregadas pelo Governo superou meio milhão. Se se admite que uma terça parte daquela população trabalha em terras localizadas fora da zona afetada pela seca (faixa úmida, serras, chapadas etc.), deduz-se que uma pessoa, em duas que trabalham na agricultura do perímetro semi-árido, foi reduzida pela seca à completa indigência. Ora, uma crise que provoca 50% de desemprego em uma extensa região, cuja população não dispõe de qualquer reserva, tem necessariamente que assumir o caráter de grande calamidade social*”. FURTADO: 418-419.

necessidade à população flagelada. Mesmo reconhecendo os óbvios aspectos humanitários, Furtado criticava radicalmente esta política, pois sua principal consequência era justamente a fixação dos meeiros no semi-árido, o que não apenas agravava os problemas gerados pela excessiva carga demográfica na região, como também reforçava o poder tradicional dos fazendeiros. Além de terem suas propriedades valorizadas pelas estradas e pelos açudes financiados pelo governo, os grandes proprietários podiam “*dispensar uma fração maior de seus moradores, durante a seca, do que seria o caso se temessem uma imigração permanente da população*”. (FURTADO,1997:419) Os fazendeiros gozavam, assim, da segurança de que os moradores, que conservavam suas famílias dentro das propriedades enquanto trabalhavam para o Estado, estariam à disposição quando as chuvas voltassem.

Para Furtado, qualquer política contra as secas, sob o risco de absoluta inoperância, deveria ter como pressuposto a compreensão das características da ocupação econômica do semi-árido, particularmente da extrema vulnerabilidade da agricultura de subsistência que absorvia a maior parte de sua população. No entanto, é preciso lembrar que, tendo como referência um projeto de desenvolvimento capitalista do Nordeste, Furtado não colocará o problema econômico da seca no semi-árido, simplesmente, como uma “*instabilidade da oferta de alimentos*”. O tratamento desta questão será feito, fundamentalmente, em termos das dificuldades de expansão das relações econômicas de mercado na região. Certamente não é outro o sentido destas observações:

“ *A raiz do problema está [...] em dar maior estabilidade à renda real do trabalhador, e não à oferta de alimentos. Se durante a seca o trabalhador compra alimentos no mercado é porque o Governo, embora artificialmente, cria o poder de compra necessário. Por mais estável que seja a oferta de alimentos, se a seca continua a reduzir drasticamente a renda*

do trabalhador, seus efeitos econômicos continuarão a ser os mesmos.

Se se pretende criar uma economia mais resistente aos efeitos das secas, o primeiro passo a se dar consiste em reduzir o âmbito da agricultura de subsistência, ou seja, em aumentar a faixa monetária. Alcançando esse objetivo teremos aumentado a produtividade média da economia da região. Por outro lado, se se aumentar a faixa monetária, consegue-se automaticamente que os efeitos da crise de produção provocada pelas secas não se concentrem nos grupos de população economicamente mais fracos”. (Ibid.:421)

Pode-se dizer, então, que a resolução do problema das secas, na perspectiva desenvolvimentista, tinha como ponto essencial a elevação dos níveis de produtividade da economia do semi-árido nordestino, sem o que a generalização das relações de mercado na região estaria comprometida. Mas, isto só seria possível mediante a reorganização das unidades econômicas sertanejas, tendo em vista uma utilização mais racional dos recursos naturais e um menor emprego intensivo da mão-de-obra barata. O que, em outros termos, significava elevar os rendimentos na pecuária e fomentar a racionalização da cultura algodoeira. No primeiro caso, tratava-se sobretudo da melhoria das pastagens – a partir da “*difusão sistemática de espécies arbóreas forrageiras adaptadas às condições ecológicas da região*”–, que possibilitasse um aumento no rendimento dos rebanhos e, no segundo, a seleção de sementes e novas técnicas de plantio que favorecessem maior produção por hectare e melhor qualidade e uniformidade das fibras. Nestes termos, uma “*pecuária sustentada durante os períodos secos em forragens arbóreas que se adaptem às condições mesológicas, e uma agricultura de plantas xerófilas igualmente adaptada ao ambiente, protegidas e orientadas por uma eficiente assistência técnica e financeira do Governo, poderiam constituir o núcleo central de uma economia de elevado grau de resistência às secas e de razoável nível de produtividade*”.(Ibid.:422)

A reorganização econômica do semi-árido dependia obviamente da equação do problema dos excedentes de mão-de-obra, liberados a partir da eliminação da agricultura de subsistência. Para tanto, Celso Furtado defendia algo próximo a uma reengenharia na ocupação sócio-econômica do espaço regional. Ou seja, o deslocamento da fronteira agrícola nordestina, com as finalidades de absorver trabalhadores excedentes do Polígono das Secas e de produzir alimentos necessários à economia de mercado do semi-árido. Tratava-se da proposta de colonização do Maranhão que, incorporado ao Nordeste, poderia agregar terras úmidas, com “invernos” regulares, que faltavam ao sertão. Nada que lembrasse a migração espontânea, já existente, para esta área, em decorrência das secas, que tendia a reproduzir as formas rudimentares da lavoura sertaneja. Furtado tinha em mente um plano de colonização, levado à frente pelo Estado, que incorporasse as terras maranhenses e a mão-de-obra nordestina num sistema econômico mais amplo, vinculado a uma economia de mercado, e que contasse com infra-estrutura de estradas, com assistência técnica e financeira, com política de preços mínimos e com escoamento para a produção, garantidos por órgãos governamentais.⁴⁹

⁴⁹ Depois de constituir um grupo de trabalho e iniciar visitas às áreas de interesse no Maranhão, Furtado e sua equipe deram prioridade à construção da estrada litorânea que ligava São Luís à Belém. Foi então que se depararam com povoados miseráveis, resultantes da imigração espontânea para a região. Segundo relato de Furtado, foi feito *“um rápido recenseamento da população, que já se aproximava das 50 mil pessoas, e os dados obtidos sobre o quadro sanitário foram alarmantes. Dificilmente encontrava-se alguma pessoa que não estivesse enferma, sendo que 90% dos homens estavam afetados de doenças venéreas. O que no início tomamos como um projeto simples logo se configurou tarefa das mais árduas, autêntico desafio. Havia que montar uma rede de postos de saúde, prover educação básica, criar infra-estrutura de transporte, instalar unidades geradoras de eletricidade, assegurar o escoamento da produção etc.”*.

Muito pouco do que se projetou para a região pode ser efetivamente colocado em prática, de modo que a colonização do Maranhão redundou em fracasso. Os técnicos da SUDENE praticamente se limitaram a *“pôr ordem no caos que havi[am] encontrado”*, restringindo-se, no geral, ao atendimento assistencialista da população miserável e doente. FURTADO, 1989:112

Tendo em conta estes elementos, algumas conclusões saltam à vista e abrem caminho para um avanço na análise. Está claro que um dos principais aportes da teoria de Furtado sobre o Nordeste é, sem dúvida, a releitura do problema das secas, sob a ótica da teoria econômica desenvolvimentista. Através dela, a “questão do atraso nordestino” escapa do atrelamento à temática das secas, deslocando-se para o universo da discussão histórico-econômica da constituição do “complexo econômico nordestino”. O discurso da vitimização do Nordeste assolado pelas terríveis estiagens, tão ao gosto dos grupos dominantes locais favorecidos pela “indústria da seca”, cede passo a proposições de ocupação racional do semi-árido, do ponto de vista do mercado. No entanto, o significado das propostas de eliminação da agricultura de subsistência, de deslocamento da fronteira agrícola para o Maranhão e de generalização da economia de mercado na área das secas, só ganha plena expressão quando se tem como referência o projeto mais amplo de Celso Furtado, qual seja, o desenvolvimento regional a partir da industrialização. E isto porque, assim como o “problema do Nordeste” não se limitava à seca, a equação do atraso regional não se restringia, também, à modernização do setor primário e à difusão das relações de mercado no campo, uma vez que desenvolvimento e indústria confundiam-se na sua perspectiva.

É neste contexto que ganha sentido sua afirmação de que *“uma oferta inadequada de alimentos constitui o problema fundamental do Nordeste”*. Para Furtado, a agricultura de alimentação não era o ponto débil apenas da economia do semi-árido. O problema da oferta inelástica de alimentos – *“uma agricultura incapaz de suprir, na quantidade requerida e a preços razoavelmente baixos, os gêneros de que necessitam as populações urbanas”* (Ibid.:423) – constituía, também, um obstáculo fundamental para o projeto de industrialização. Como se pode perceber, o que estava em jogo era o custo relativo da mão-de-obra assalariada, em que a alimentação ocupava lugar central, tendo

em vista a intensificação dos investimentos industriais no Nordeste. Altos preços dos alimentos levariam ao encarecimento do custo de reprodução da força de trabalho⁵⁰, anulando-se com isto a vantagem, por exemplo, da indústria têxtil algodoeira (cerca de um terço das manufaturas nordestinas) cuja mão-de-obra, de uso intensivo, era bem mais barata que a do Centro-Sul. Para Furtado, a menos que se fizesse uma profunda reestruturação da agricultura nordestina, introduzindo-se a utilização racional e intensiva dos “*recursos escassos*” – terra e água, no geral monopolizadas no cultivo da cana –, a industrialização estaria comprometida. É por isto que propõe o tratamento do problema de abastecimento de alimentos das zonas urbanas (a exemplo do Recife) em termos “alta prioridade”, tanto quanto o de investimentos industriais na região.

“A solução do problema só poderá ser encontrada num aumento substancial da produção de gêneros alimentícios dentro da própria região nordestina. As fontes naturais são os vales úmidos do litoral, o Agreste e a faixa irrigável do São Francisco. Estudos preliminares indicam que existe ampla possibilidade de intensificar a criação de gado e desenvolver a cultura do arroz na Zona da Mata, sem prejudicar o cultivo da cana, combinando uma redução da área desta com uma irrigação adequada.[...] [Deve-se] considerar a viabilidade econômica de combinar a pecuária com a cultura da cana, nessa zona, e determinar que

⁵⁰ Segundo Furtado, estava “se observando uma tendência ao encarecimento relativo da mão-de-obra na região, como reflexo de uma mais rápida elevação dos preços dos alimentos. Tomando como base o ano de 1948, o índice dos preços dos alimentos havia subido, em 1958, para 600 no Recife, 511 em Salvador, 492 em Fortaleza, 481 em São Paulo, 467 no Distrito Federal e 369 em Porto Alegre”. FURTADO, 1997:413.

Em outro momento, também, Furtado afirmava que se comparando “o nível do preço dos alimentos no Recife e em São Paulo, chega-se à conclusão que o custo-de-vida para o operário é 25% mais alto na capital de Pernambuco do que no maior centro industrial do país. E essa diferença tende a acentuar-se. Em conseqüência, cada reajustamento do salário mínimo é prejudicial ao Nordeste. E o salário mínimo do Recife é, atualmente [1959], apenas 25% inferior ao de São Paulo. Se prosseguirmos nesse caminho, acabaremos no Nordeste com um salário monetário mais alto que no Sul do Brasil, o que eliminaria toda a possibilidade de industrialização daquela região”. FURTADO, 1959:37.

possibilidade existe – uma vez que a irrigação permita reduzir a área ocupada pela cana – de expandir a cultura de gêneros alimentícios nessa região. O objetivo em vista, neste caso, é mobilizar o recurso dos órgãos governamentais de financiamento para proporcionar a assistência requerida para a ampla reorganização da agricultura da Zona da Mata. [Deve-se] abordar, concomitantemente, as possibilidades de expansão da pecuária e da cultura de gêneros alimentícios na faixa do Agreste, onde as terras estão mais divididas e a rentabilidade econômica é, presentemente, menor”. (FURTADO,1997:429-430)

Em síntese, em seu projeto de reestruturação da agricultura de alimentos no Nordeste, na perspectiva do desenvolvimento da indústria regional, Furtado tinha em mira, além da abertura de novas fronteiras agrícolas no Maranhão, um melhor aproveitamento do Agreste, do vale do São Francisco e, particularmente, da Zona da Mata, até então de uso exclusivo da cultura da cana-de-açúcar. Tratava-se da reestruturação das formas tradicionais de ocupação das terras e que iriam atingir interesses há muito estabelecidos. É evidente que proposições desta natureza, particularmente para as áreas açucareiras, apesar do caráter “técnico-racional” com que eram apresentadas e defendidas, iriam alimentar a polarização política e ideológica do debate quanto aos rumos do desenvolvimento no Nordeste.

Contrariadas em seus interesses imediatos, as elites tradicionais nordestinas vão resistir intensamente às propostas de modernização do setor agrícola. Através de seus representantes no Congresso tentam impedir, primeiro, a criação da SUDENE e, logo depois, a aprovação do *I Plano Diretor*⁵¹ e do projeto de lei de irrigação, além de

⁵¹ Elaborado em abril de 1960, o *I Plano Diretor* da SUDENE traçava políticas de eletrificação do Nordeste, desenvolvimento do setor de transportes, aproveitamento de recursos hídricos, reestruturação da agricultura, melhorias no abastecimento, prospecção mineralógica, levantamento cartográfico, abastecimento de água das cidades do interior, acesso da população à instrução básica e incentivos aos

promoverem acirrada campanha de desgaste público de Furtado, acusando-o, entre outras, de práticas “comunistas”⁵². Assim, seja pelo impacto causado sobre os interesses oligárquicos tradicionais e pelas resistências daí decorrentes, seja pelo propósito de se elucidar plenamente o caráter do projeto de Furtado para o campo no Nordeste, é importante que se trate de uma questão altamente polêmica – levando-se em consideração, também, que na época estava em pauta a discussão das *Reformas de Base* no Brasil –, e que subjazia à proposta de reestruturação da agricultura nordestina: a reforma da propriedade fundiária no Nordeste.

4. A Questão Fundiária

No documento do GTDN (*Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*), apesar do detalhamento tanto do diagnóstico, quanto do plano de ação reformadora para o Nordeste, Furtado procura manter-se cautelosamente à distância da polêmica onipresente nas discussões sobre a questão agrária no país – a reforma da estrutura fundiária. Ausente no texto de exposição formal de seu projeto, esta problemática aparece, no entanto, no calor dos debates que se seguiram à conferência realizada no ISEB, em junho de 1959, para oficiais das Forças Armadas. Inquirido por uma pessoa do auditório sobre os possíveis efeitos de uma reforma agrária para a região, Furtado se posiciona claramente sobre a questão, tendo o cuidado, no entanto, de

investimentos privados na indústria. Em maio, o projeto foi encaminhado à Presidência da República e daí ao Congresso Nacional. No parlamento, o *I Plano Diretor* foi fortemente combatido pelos grupos políticos tradicionais do Nordeste, sob a acusação de ser “*um verdadeiro plano subversivo*”, que poderia fazer “*eclozir, através da SUDENE, a atmosfera social explosiva de uma guerra civil*”. A aprovação do Plano levaria um ano e sete meses para se viabilizar. FURTADO: 1989:82.

⁵² Sobre a resistência política dos setores oligárquicos tradicionais aos projetos e à atuação de Furtado na SUDENE, consultar *A Fantasia Desfeita*, segundo livro de sua trilogia memorialista. FURTADO, 1989.

colocar-se como um “economista” que não podia “*acobertar, na qualidade de técnico, uma bandeira política qualquer*”.(FURTADO,1959:63)

Com relação à caatinga, Furtado é radicalmente contrário à qualquer proposta de divisão dos latifúndios, pois, nas condições do semi-árido, isto poderia significar, possivelmente, a liquidação da pecuária:

“Se fizéssemos isso na caatinga, nós a despovoaríamos, desorganizando completamente a economia da região, o que seria grave erro. Dadas as condições ecológicas da caatinga e dado o tipo de técnica que ali se utiliza, a subdivisão das terras viria despovoá-la porque nenhum homem pode subsistir na caatinga com uma propriedade pequena, mesmo média. Uma propriedade de 25 hectares, na região, somente provida de uma tomada de água pode subsistir. A unidade de produção na caatinga, para subsistir, precisa ser relativamente grande, pois as terras são pobres e, de certo modo, tem de compensar em quantidade sua deficiência qualitativa”.(Ibid.: 57)

Os demais argumentos, tendo em vista dotar a caatinga de uma economia de mais alta produtividade, são já conhecidos. Dizem respeito à crítica à irracionalidade da economia praticada pelo pequeno agricultor e à solução do problema da concentração demográfica na região, através da transferência de parte da população para outras áreas do Nordeste. Segundo Furtado, somente com uma unidade agrícola de tamanho médio seria possível implantar-se um sistema produtivo de alto desenvolvimento, inconcebível nas condições da pequena propriedade. No limite, poder-se-ia pensar “*em uma economia coletivista, de cooperativa, ou mesmo em economia de empresários agrícolas*”, desde que a unidade produtiva ultrapassasse o nível da cultura familiar. Nestes termos, uma reforma agrária na caatinga não deveria ser a “*divisão da terra, e sim reorganização da agricultura, proporcionando ao homem melhor nível de vida*”. (Ibid.:59)

No Agreste uma situação inversa se apresentava: em lugar do latifúndio, terras extremamente subdivididas, com “moradores” ocupando unidades familiares de 3 hectares, em média, quando para sobreviver seriam necessários, pelo menos, 10 hectares para o algodão e mais 10 hectares para a pecuária. Ou seja, em condições de produtividade mínima, uma propriedade com 20 hectares. Assim, no entender de Furtado, a reforma agrária na região implicaria numa fusão das terras, de modo que a área disponível para os “moradores” fosse significativamente aumentada:

“A reforma agrária, aí, não se fará pela divisão da terra, mas, ao contrário, pela aglutinação dos pequenos sítios. Se a operação se deve fazer pondo para fora o proprietário, latifundiário ou não, é um problema político – e a opção por uma forma ou por outra não compete ao economista”.(Ibid.:60)

Bastante diverso, no entanto, era o panorama fundiário da Zona da Mata, ocupada pelo latifúndio açucareiro. Nesta região, segundo palavras de Furtado, o “*mal maior*” não estava no latifúndio, mas no fato dele ser “*açucareiro*”. O fazendeiro proibia que o morador plantasse qualquer coisa que não fosse o açúcar, seja para que o trabalhador não reivindicasse, algum dia, indenização por benfeitoria, seja porque as formas de cultivo da cana exigissem exclusividade.

Diante de uma situação como esta, frente às necessidades de ampliação da oferta de alimentos, com vistas à industrialização, Furtado propõe um redimensionamento da organização da agricultura da cana-de-açúcar. Algo a que se refere como “*utilização muito mais racional das terras*”, sem prejuízo para o cultivo da cana e produção do açúcar. Isto se viabilizaria com a irrigação, de modo a “*reduzir a extensão do plantio da cana, elevando os rendimentos por hectare, que ainda são baixíssimos no Nordeste, e*

aumentando a disponibilidade de terras para outros fins". Obviamente, Furtado, com pleno entendimento das implicações políticas e das resistências a uma proposta como esta, acautela-se, recorrendo ao conhecido recurso da separação entre o "técnico" e o "político":

"Se para tanto é necessário tomar a terra das mãos do fazendeiro, impor a apropriação ou a desapropriação pelo Estado, esse já não é um problema econômico mas um problema político. Na solução a ser adotada e que, em última instância, envolve a questão política, não é o técnico quem decide, mas o político, levando em conta as correntes de opinião e a oportunidade histórica de fazer uma coisa ou outra coisa. O que tenho a dizer, com toda a franqueza, é que se a grande maioria quiser adotar esta ou aquela solução, por exemplo, tomar as terras de uns e dar a outros, não sou eu quem vai se opor a isso, nem o técnico, nem o indigitado latifundiário. O que não posso é acobertar, na qualidade de técnico, uma bandeira política qualquer. Antes teria de dizer que falo como simples cidadão ou aprendiz de político". (Ibid.: 62-63).

Por tudo isto, pode-se ver que, contrariamente ao que alardeavam os que o combatiam, Furtado estava muito longe de ser o "incendiário comunista" da propaganda conservadora.⁵³ Sua preocupação era introduzir a racionalidade capitalista no campo,

⁵³ No início dos anos 60, multiplicaram-se denúncias no Senado e na Câmara Federal de "infiltração comunista" no CODENO (*Conselho de Desenvolvimento do Nordeste*). O senador paraibano Argemiro de Figueiredo, um dos mais duros adversários dos projetos de desenvolvimento do Nordeste, moveu campanhas no parlamento contra Celso Furtado, "astuto economista empenhado em bolchevizar o Nordeste". Dossiês secretos, forjados no Conselho de Segurança Nacional, davam conta, por exemplo, de que Celso Furtado, em 1948, "havia regressado ao Brasil 'por meios desconhecidos' depois de haver participado, em Belgrado, da reunião da Internacional Comunista que criara o Kominform. Em 1949, [...] teria participado no México de uma reunião dessa mesma instituição". As acusações fantasiosas referiam-se, também, ao envolvimento de Furtado, no Chile, com "grupos implicados em especulações para comprar terras que se destinariam à construção de bases secretas soviéticas naquele país andino". FURTADO, 1989: 67-69.

criar uma economia mais eficiente de modo a incorporar a população sertaneja às relações de mercado e, sobretudo, ampliar a oferta de alimentos para que o projeto de industrialização no Nordeste pudesse se viabilizar. Nada além de um plano de reforma capitalista das estruturas produtivas que, no entanto, inviabilizava os interesses das elites agrárias tradicionais que há séculos controlavam as terras e exerciam o domínio sobre a massa de trabalhadores rurais.

Sabe-se que Furtado chegou a avançar num plano de financiamento para introdução de melhorias nos rendimentos da cultura da cana, através da “*irrigação por aspersão*”, sob condição de que fazendeiros da Zona da Mata pagassem os empréstimos com terras, que seriam utilizadas em “*projetos de colonização orientada*” para a produção de alimentos. A idéia era combinar a elevação da produtividade do cultivo da cana, com o aumento da oferta de alimentos e, ao mesmo tempo, gerar “*emprego agrícola*”. O plano apoiava-se na projeção de que a demanda do açúcar no mercado internacional tendia a ser “*cada vez mais inelástica*”. Furtado não contava, no entanto, com a exclusão de Cuba do mercado norte-americano que, no início dos anos 60, abriu uma nova fase de expansão para o açúcar brasileiro. Com isto, inviabilizou-se qualquer perspectiva de liberação de terras para a agricultura de alimentos, aferrando-se o Nordeste, segundo suas palavras, “*à sua ‘vocação colonial’* ”. (FURTADO, 1989:62)

Frente a este quadro, Furtado voltou-se para o projeto de uma política de irrigação do vale do rio São Francisco⁵⁴ e, sobretudo, das bacias dos açudes que retinham algo em

⁵⁴ Em sua auto-biografia, Celso Furtado lembra que, desde o momento de instalação do CODENO, obteve apoio das Nações Unidas para o projeto de irrigação do vale do rio São Francisco. A ONU, através de seu Fundo Especial, “*concedeu empréstimo de 974 mil dólares para explorar as possibilidades de irrigação no segmento médio do rio, onde já estava disponível a energia de Paulo Afonso*”. As terras da região, pouco utilizadas, tinham pequeno valor comercial, o que facilitava a compra para a instalação de colônias produtoras de alimentos para o mercado urbano. No entanto,

torno de 7 bilhões de metros cúbicos de água, naquela época. Segundo seus cálculos, cerca de “45 mil hectares adicionais podiam ser irrigados com a água já acumulada nos sistemas Jaguaribe, Piranhas, Curu, Acaraí, Paraíba, Pajeú, Moxotó e Itapicuru”.(Ibid.:63) A proposta era criar unidades produtivas, de base familiar, que dessem origem a “agricultores regantes” voltados para a produção de alimentos. O objetivo era, sobretudo, aumentar a renda dos trabalhadores rurais e criar “perímetros de policultura”. Os proprietários beneficiados pelas obras de irrigação poderiam manter uma parte das terras, até maiores que as dos colonos “regantes”, sob a condição de se dedicarem unicamente à agricultura de alimentos. As bacias de irrigação constituíam, segundo Furtado, o exemplo mais eloqüente do uso privado e inadequado dos recursos públicos. Subutilizadas economicamente, eram construídas pelo Estado – os estudos iniciais, a terraplanagem, os canais e as barragens dependiam de dinheiro público – que, além de ceder a água a preço insignificante, emprestava máquinas para os proprietários. Nestas terras, porém, “Plantava-se de preferência banana, que pouca mão-de-obra exige e em nada contribuía para a oferta local de alimentos.[...]As terras irrigadas estavam em mãos de um pequeno número de proprietários, e os trabalhadores empregados não viviam em melhores condições do que os seus vizinhos dos latifúndios tradicionais”. (Ibid.:63)

Dado o alto custo e as dificuldades técnicas destas obras, a irrigação só se justificaria, segundo Furtado, se estivesse voltada para “um objetivo social superior”, ou seja, garantir uma oferta estável de alimentos. Se houvesse “no Nordeste 200 mil hectares irrigados, podendo produzir, no correr de

demandavam estudos do solo e a instalação de estações experimentais que pesquisassem seu efetivo potencial agrícola. Pelo fato dos primeiros resultados significativos demandarem pelo menos uma década, Celso Furtado e os técnicos da SUDENE dirigiram a atenção imediata para as bacias dos açudes criados pelo DNOCS (*Departamento de Obras Contra as Secas*). FURTADO, 1989:62.

um ano, três safras, poderíamos, ao menos, ter uma reserva de alimentos no momento da seca. Na eventualidade de uma seca, as bacias deveriam ser mobilizadas com o objetivo da produção intensiva de alimentos”. (FURTADO, 1959:64)

Era de se esperar que qualquer projeto que tivesse em mira a reordenação da estrutura produtiva e fundiária do Nordeste sofresse larga oposição das elites agrárias, especialmente se contraditasse os interesses dos latifundiários favorecidos pelas obras de irrigação, os “industriais da seca” como os chamava Antonio Callado⁵⁵. Esta resistência manifestou-se com particular intensidade no momento em que a equipe de trabalho de Celso Furtado elaborou um projeto de lei que regulamentava o uso das águas e das bacias de irrigação beneficiadas pelas obras públicas. E entre todos, o Artigo 28 da *Lei de Irrigação* foi o que mais polêmica suscitou:

“Art.28- As propriedades que, na data desta lei, tiverem terras irrigadas com águas de sistema público de irrigação,

⁵⁵ Antônio Callado publicou uma série de reportagens no jornal *Correio da Manhã*, entre 10 de setembro e 02 de dezembro de 1959, relatando a luta dos “moradores” do Engenho Galiléia (Pernambuco), organizados por Francisco Julião, pela desapropriação das terras, e que deu origem às Ligas Camponesas. Nestas reportagens, Callado cunhou a expressão ‘*indústria da seca*’, referindo-se às formas pelas quais as elites agrárias do Agreste e Sertão utilizavam-se do *Departamento Nacional de Obras Contra a Secas* (DNOCS) em proveito de seus interesses de classe. Numa destas reportagens, Callado afirma que “*A pior calamidade do Nordeste é essa [a alta densidade populacional do semi-árido] e não, em si própria, a seca. A seca provoca no Nordeste uma catástrofe social que representa o colapso da produção de alimentos e esse colapso ocorre, em grande parte, pela teimosia das chamadas ‘elites’ nordestinas, conservadoras, egoístas, politizadas no mais inferior sentido da palavra, e o paternalismo governamental de que se beneficiam. Em lugar de se organizarem para combater a seca essas ‘elites’ industrializaram a seca. Vivem dela e do que ela rende e não a despeito dela. Precisavam de um Banco da Seca, que nutrisse a calamidade e seus industriais, e o obtiveram no DNOCS*”. A série de reportagens realizadas por Callado foram, posteriormente, reunidas no livro *Os Industriais da Seca e os “Galileus” de Pernambuco*, editado em 1960 pela Editora Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro. CALLADO, 1960: 54.

serão total ou parcialmente desapropriadas, nos seguintes casos:

- a) Se pertencerem a proprietários que não exerçam a agricultura como atividade preponderante;*
 - b) Quando maiores forem do que dois lotes agrícolas do sistema;*
 - c) Quando a área irrigável da propriedade for menor do que aquela considerada econômica no sistema”.*
- (CALLADO,1960:8)

Foi no Ceará, terra mais atingida pela “indústria da seca”, que a reação mais forte contra a *Lei de Irrigação* se manifestou. Representantes do governador Parcival Barroso optaram, inicialmente, pela argumento jurídico da “inconstitucionalidade” do projeto e, logo depois, por uma mobilização geral contra o projeto no Congresso, com o apoio de deputados e senadores de quase todos os Estados do Nordeste. A lei de irrigação, depois de incontáveis manobras, acabou se inviabilizando. Neste mesmo período, a mais importante batalha pela modernização capitalista do Nordeste também foi travada no Congresso: a criação da SUDENE e a subordinação do DNOCS à *Superintendência*. A exemplo da lei de irrigação, o controle do DNOCS foi, também, largamente contestado, pois representava um golpe na estrutura tradicional da “indústria da seca”. Para obter o controle do DNOCS e a aprovação da SUDENE, com sua política de incentivos fiscais para industrialização do Nordeste, Celso Furtado contou, entre outros, com o apoio majoritário das bancadas do Centro-Sul, em detrimento da oposição da maioria dos parlamentares nordestinos⁵⁶.

5. Reformas ou Revolução

⁵⁶ A SUDENE foi criada em 15 de dezembro de 1959, pela lei nº 3692. Para as resistências enfrentadas no Congresso pela SUDENE e pela Lei de Irrigação, cf. FURTADO, 1989: 61-80.

Há, ainda, uma importante questão a ser discutida: as determinantes político-ideológicas que mobilizaram Furtado na ação reformadora do Nordeste. Certamente, a análise até aqui realizada revelou aspectos do seu ideário que permitiram entrever algo de suas concepções. Já se fez referência à sua preocupação de revestir com argumentos técnicos as proposições reformistas e, sobretudo, de colocar-se como membro da *intelligentsia*, portadora de uma racionalidade a ser injetada no mundo social, que atuava acima das ideologias e dos confrontos da arena política. O tratamento “objetivamente científico” dispensado às suas formulações, no geral, tendeu a obscurecer alguns aspectos de suas convicções político-ideológicas. No início dos anos 60, porém, a radicalização dos embates políticos, que denunciava o Golpe Militar, forçaram-no à explicitar suas convicções de um modo mais direto. No centro do poder de Estado, alinhado às forças que sustentavam o governo Goulart, no plano federal, e a gestão Miguel Arraes, em Pernambuco, Furtado viu-se constrangido a abandonar a “discrição política”, a linguagem “objetiva” de cientista social e técnico do planejamento e mergulhar na luta travada entre os grupos sociais que disputavam o controle do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Assim é que, em janeiro de 1964, publicou um ensaio sobre o “problema nordestino” – “O Processo Revolucionário no Nordeste”⁵⁷ – em que, contrariando sua postura tradicional, revelava-se politicamente, como raras vezes antes o fez. A rigor, os temas tratados eram os mesmos do documento do GTDN e do livro *Operação Nordeste*. No entanto, algo diferenciava este trabalho dos anteriores: a dimensão explicitamente engajada da análise, a clara exposição do seu temor com relação à quebra da ordem social, suas idéias a propósito das lutas sociais no Nordeste. Aliás, à rigor, esta dimensão

⁵⁷ O trabalho integra o livro *Dialética do Desenvolvimento*, publicado pela Fondo de Cultura, em 1964.

“politicizada” de suas intervenções já havia se manifestado em 1962. Neste ano, Furtado não apenas publicou um conjunto de ensaios reunidos num livro provocadoramente chamado de *A Pré-Revolução Brasileira*, como, também, chegou a elaborar um manifesto que deveria servir como referência programática para uma “Frente Parlamentar pelas Reformas de Base”, idealizada por ele e que, no entanto, não chegou a se viabilizar⁵⁸.

Um aspecto comum unifica este conjunto de trabalhos, a preocupação de seu autor com as possibilidades de ruptura no tecido social brasileiro em decorrência da concentração de renda e da propriedade, da marginalização das massas populares e da resistência feroz da elite mais conservadora às reformas capitalistas. Mesmo quando as referências não eram diretas, percebe-se que o quadro social nordestino, de meados do século XX, era generalizado para o Brasil. Mas, o que temia Furtado? A miopia dos setores mais atrasados da classe dominante que, persistentemente, barravam as reformas e o acirramento da luta de classe, que poderia abrir caminho a uma revolução de conseqüências imprevisíveis. E, no caso brasileiro, qualquer revolução significaria sempre um retrocesso para o país, cujas estruturas econômica, política e social já se encontravam bastante diversificadas. Nem mesmo o risco de um “caminho soviético”

⁵⁸ Em fins de 1962, durante o processo eleitoral que deveria renovar o Congresso Nacional e escolher os novos governadores dos estados, Celso Furtado, preocupado com a articulação dos setores de direita (*Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD*), elaborou um programa mínimo que deveria servir como referência para a atuação nacional de políticos progressistas comprometidos com as Reformas de Base. O programa previa reformas agrária, fiscal, administrativa, universitária, eleitoral, bancária e um estatuto disciplinar do capital estrangeiro.

Sem sucesso buscou apoio, além de João Goulart, em lideranças de largo espectro político que julgava possível sensibilizar para seu projeto. Entre elas San Tiago Dantas, Jânio Quadros, Leonel Brizola e, até mesmo, Magalhães Pinto.

Este documento permaneceu inédito até 1989, quando Furtado deu-lhe publicidade em seu segundo livro de memórias, *A Fantasia Desfeita*. FURTADO, 1989:142-151.

deveria ser descartado: para ele poderiam ser atraídos os miseráveis trabalhadores do campo, sensibilizados por uma proposta de “*desenvolvimento a qualquer preço*”. As reformas capitalistas de base eram apresentadas como as barreiras possíveis à avalanche revolucionária; a modernização das estruturas do país como a possibilidade de se manter uma sociedade pluralista. Do mesmo modo que, deixadas em livre movimento, as forças de mercados por si só não permitiriam a superação do subdesenvolvimento, as contradições de uma sociedade subdesenvolvida, em processo de industrialização e liberta de qualquer controle ou intervenção racionalizadora, poderiam levar a uma ditadura de perfil soviético. Era aqui, cumprindo um papel que as elites do Nordeste eram incapazes de desempenhar, que a *intelligentsia* (cientistas sociais, técnicos do planejamento) deveria atuar, com a finalidade de imprimir racionalidade ao mundo social e impedir que forças incontroláveis abrissem caminho às soluções revolucionárias.

“*Reflexões Sobre a Pré-Revolução Brasileira*”(1962) eram dirigidas “à *juventude brasileira universitária*”, onde o marxismo teria grande penetração⁵⁹. Nelas uma pergunta servia como ponto de partida: por que os jovens estudantes sentiam-se atraídos pelo pensamento marxista? Segundo Furtado, era o “*desmedido custo social do desenvolvimento*” no Brasil – “*crecente concentração social e geográfica de renda*”, nenhum benefício para “*as grandes massas que trabalham nos campos*”, ausência de uma melhora significativa no padrão de vida do “*operariado industrial, que representa uma espécie de classe média dentro da sociedade brasileira*”, o “*aumento da renda da terra, premiando grupos parasitários*”, “*ausência de uma política consciente que preservasse à ação do Estado o seu caráter social*”, “*os desperdícios na ação*

⁵⁹ Em sua autobiografia, Furtado lembrando-se das circunstâncias e motivações para este trabalho, afirma que o “*objetivo era desmistificar o que a direita chamava de ‘marxismo’ e mostrar às esquerdas que existia uma contradição entre os fins que ela colimava e os meios que tendia a preconizar para alcançá-los*”. Ibid.: 136.

administrativa pública” – que aproximava a juventude “*idealista e atuante*” do marxismo, pois ele possibilitava “*traduzir o diagnóstico da realidade social em normas de ação*”. (FURTADO,1962:14–16)

Mas, o que seria o marxismo para grande parte desta juventude? A resposta de Furtado era uma engenhosa formulação que punha em evidência seu propósito de demonstrar que as aspirações revolucionárias da “*juventude idealista*” podiam, perfeitamente, ser satisfeitas por seu projeto de reformas para o Brasil. Nela, Furtado oferecia uma leitura muito peculiar do marxismo que, nos seus termos, seria:

- “a) o reconhecimento de que a ordem social que aí está se baseia, em boa medida, na exploração do homem pelo homem, fundando o bem-estar de uma classe, que abriga muitos parasitas e ociosos, na miséria da grande maioria;*
- b) o reconhecimento de que a realidade social é **histórica**; portanto, em permanente mutação, devendo a ordem presente ser superada, e*
- c) o reconhecimento de que é possível identificar os fatores estratégicos que atuam no processo social, o que abre a porta à política consciente de reconstrução social”.*
(Ibid.:17)

Privado dos elementos essenciais da análise crítica do capitalismo (propriedade privada dos meios de produção, venda da força de trabalho, valorização do capital através da extração da mais-valia, luta de classes), o marxismo era genericamente apresentado como “*o desejo de liberar o homem de todas as peias que o escravizam socialmente*”, “*uma atitude otimista com respeito à autodeterminação consciente das comunidades humanas*”, ou “*um estádio superior do humanismo*”. Esta operação de esvaziamento dos conteúdos revolucionários da análise marxista, permitia-lhe propor um “*diálogo fecundo com a nova geração*” e um entendimento sobre “*o que é realmente fundamental*”. Mas o que era o “*realmente fundamental*”? Segundo Furtado, tratava-se da possibilidade de se

atribuir “*um caráter operacional à propriedade privada dos meios de produção, à empresa privada*”. Senão vejamos,

“Estamos todos de acordo em que a empresa privada é uma simples forma descentralizada de organizar a produção e que deve estar subordinada a critérios sociais. Sempre que exista conflito entre os objetivos sociais de produção e a forma de organização desta em empresa privada, teriam que ser tomadas providências para preservar o interesse social. Por outro lado, à medida que se vai alcançando maior abundância na oferta de bens, isto é, os estágios superiores do desenvolvimento, menor importância vão tendo as formas de organização da produção e maior controle dos centros do poder político. Destes últimos é que se ditam, em última instância, as normas de distribuição e de utilização da renda social, sob as formas de consumo público ou privado”.(Ibid.:18)

A formulação é clara. Com ela, Furtado fazia um chamamento para adesão a um projeto que visava subordinar a propriedade privada dos meios de produção a fins sociais, em lugar de eliminá-la. Em vez da revolução, uma proposta de capitalismo regulado, onde o Estado garantisse, sobretudo, a distribuição e o uso da renda social. Tratava-se, pois, de estabelecer uma pauta de reformas essenciais, de compromissos políticos básicos e, em sua defesa, congregar todos os críticos dos pesados custos sociais do desenvolvimento, especialmente os “*jovens idealistas*” atraídos pelo marxismo. O mínimo denominador comum seria o “*humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade*”, em outras palavras, “*liberdade e desenvolvimento econômico*”, o que bem poderia ser traduzido por capitalismo regulado na periferia.

O nível de generalidade destas colocações não permite, ainda, identificar de modo pleno as preocupações de Furtado que, certamente, vão bem além do perigo representado pela

atração que o marxismo exercia sobre estudantes. Elas começam a ganhar contornos mais claros quando há a referência à *“experiência histórica dos últimos decênios [que] criou a aparência de uma forçada opção, para os países subdesenvolvidos, entre liberdade individual e rápido desenvolvimento material da coletividade”*, ou seja, à controvérsia entre a defesa da liberdade e o bem-estar das massas. A clareza é maior, ainda, quando é lembrado o entusiasmo provocado pelo rápido desenvolvimento da União Soviética que, em pouco tempo, às custas de *“métodos anti-humanos”* – *“coletivização compulsiva e repressão violenta de toda resistência”*– superou o subdesenvolvimento. (Ibid.:21-22) Enfim, era um temor de que, do ponto de vistas das massas dos países subdesenvolvidos – sem *“acesso às formas superiores da vida pública”*–, fizesse muito pouco sentido a crítica ao desenvolvimento das nações socialistas ao custo da perda das liberdades individuais. E isto porque *“os povos subdesenvolvidos estão dispostos a pagar um preço, mesmo muito alto, pelo desenvolvimento”*, pois, afinal, *“sabem, da dura experiência da miséria em que vivem, o preço altíssimo que pagam para continuar subdesenvolvidos”*. Quando existe a plena compreensão do *“caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento”*, compreende-se porque *“as massas estão dispostas a tudo fazer para superá-lo”*. E, se *“o preço da liberdade de alguns tivesse que ser a miséria de muitos, estejamos seguros de que escassa seria a probabilidade de que permanecêssemos livres”*.(Ibid.:22-23)

Está claro, a esta altura, que a principal preocupação era com a possibilidade de que a miséria no Brasil empurrasse as massas para processos revolucionários, que levassem à supressão da ordem capitalista e, com ela, das liberdades individuais burguesas. Desenvolvimento e liberdade seriam possíveis somente através de uma política de reformas. Daí a rejeição aos que, em nome da liberdade, opunham-se às *“modificações estruturais na ordem social”*, sob a alegação de que a *“rápida aceleração do*

desenvolvimento dos países subdesenvolvidos”, sempre veio acompanhada pela “*supressão das liberdades fundamentais do homem*”; e àqueles que, em defesa do desenvolvimento, afirmavam que o “*único método eficaz para introduzir as modificações necessárias*” é “*a revolução de tipo marxista-leninista, que por sua natureza exige a implantação de rígida ditadura*”. (Ibid.:24)

A experiência histórica, segundo Furtado, demonstrava amplamente que “*revoluções do tipo marxista-leninista*” foram capazes de promover transformações sociais rápidas e profundas, propiciando o desenvolvimento, apenas em sociedades onde a “*estrutura social era rígida e anacrônica*”, como o caso da Rússia czarista, da China, de Cuba de Batista, mostrando-se, no entanto, absolutamente ineficazes em “*sociedades abertas*”. O desafio fundamental era, portanto, “*desenvolver técnicas*” que permitissem “*rápidas transformações sociais com padrões de convivência humana de uma sociedade aberta*”. (Ibid.:26)

Colocadas inicialmente de forma muito genérica, estas questões, em dado momento, passam a ser tratadas do ponto de vista nacional. A idéia básica era a de que havia “*uma dualidade no processo revolucionário brasileiro*”. Ou seja, “*Na medida que vi[vía]mos, numa sociedade aberta, a consecução dos supremos objetivos sociais tend[ia] a assumir a forma de aproximações sucessivas*” mas, também, “*Na medida em que vi[vía]mos numa sociedade rígida, esses objetivos tend[iam] a ser alcançados por uma ruptura cataclísmica*”. Ao falar desta “*dualidade no processo revolucionário*”, Furtado referia-se aos desdobramentos da dualidade das estruturas políticas e sociais brasileiras que tinham dado origem a uma “*sociedade aberta para a classe operária, mas não para a camponesa*”. Ou seja, enquanto o sistema político no Brasil permitia que a classe operária se organizasse para veicular suas demandas dentro das regras democráticas, os

camponeses, sem nenhum direito, estavam impedidos de fazer qualquer reivindicação legal. A conclusão a que chegava, então, era a de que, sendo a sociedade brasileira muito rígida no setor rural, o campesinato tornava-se *“a classe mais suscetível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista”*. Havia, portanto, um risco concreto de que na revolução brasileira predominasse o setor menos evoluído do ponto de vista político-social. (Ibid.: 28-29)

As diretrizes para ação, os princípios que, segundo Furtado, deveriam guiar a política reformadora eram inferidos deste quadro da dualidade nacional. O objetivo fundamental era *“o homem em sua plenitude, liberto de todas as formas de exploração e sujeição”* e para tal era necessário *“atingir e manter um elevado ritmo de desenvolvimento econômico”, “conduzido com verdadeiro critério social”*. No contexto brasileiro, o pressuposto deste processo era uma urgente reforma das estruturas básicas, pois o país vivia uma *“autêntica fase pré-revolucionária”* e, dado o grau de desenvolvimento já alcançado no país, os *“métodos revolucionários”* representariam um retrocesso, pois *“desembocariam necessariamente em formas políticas ditatoriais sob a égide de classes sociais, grupos ideológicos ou rígidas estruturas partidárias”*. Para que a revolução pudesse ser evitada seria necessário *“prevenir toda a forma de retrocesso em nosso sistema político-social”* e *“criar condições para uma mudança rápida e efetiva da anacrônica estrutura agrária do país”*. (Ibid.:30-31) Por isto, a tarefa política mais importante e imediata seria dotar as estruturas econômicas, sociais e políticas brasileiras de elasticidade, através de um conjunto de reformas básicas que modificassem a estrutura fundiária, a máquina administrativa estatal, o sistema fiscal, a estrutura bancária e a política de desenvolvimento econômico.

O que se percebe é que Furtado, apesar de colocar estas questões em termos nacionais, tinha como referência, na realidade, o quadro nordestino. O alvo de seus discursos era, principalmente, a oligarquia ultraconservadora que resistia às pressões pela modernização capitalista do Nordeste e o combustível, que alimentava suas pregações contra os perigos de uma “revolução marxista”, era o temor despertado pelos movimentos sociais do campo, especialmente as Ligas Camponesas. A advertência era muito clara: fazer a reforma agrária nos termos propostos pela *Operação Nordeste*, modernizar as formas de produção e implementar amplas relações de mercado no campo era a forma mais eficiente de se neutralizar a disposição revolucionária dos setores sociais mais atrasados (os camponeses), exatamente aqueles propícios à arregimentação marxista. Frente à miopia política das classes dominantes nordestinas, a estratégia de argumentação de Furtado era, em síntese, reforma ou revolução.⁶⁰

Sem dúvida, *Reflexões Sobre a Pré-Revolução Brasileira* é o texto mais importante para se entender as motivações político-ideológicas de Furtado. No entanto, “*O Processo Revolucionário no Nordeste*”, elaborado um ano depois (1963), permite uma aproximação maior com algumas questões. Este documento, além da análise específica da situação nordestina e da defesa das reformas como meio para barrar a revolução, traz a retomada de temas persistentes no pensamento de Furtado – as possibilidades de racionalização do mundo social e o papel da *intelligentsia* neste processo – sob o enfoque da problemática da revolução. A exemplo do anterior, neste texto Furtado

⁶⁰ O clima ideológico do período permitia, no entanto, que o esforço reformista de Furtado fosse apresentado, por seus opositores à direita, como uma adesão às propostas radicais de esquerda. Assim, uma série de editoriais do jornal *O Estado de São Paulo*, nos primeiros meses de 1963, referia-se a Furtado como “*um adepto do materialismo histórico e, portanto, um elemento com que os comunistas podem contar na sua ação contra as instituições*”, ou, então, que seu trabalho tinha “*colorido intensamente marxista-leninista*”. Esta opinião era, também, compartilhada publicamente por dois expressivos representantes da direita no Brasil: Eugênio Gudim, em *O Globo*, e Assis Chateaubriand, em *O Jornal*. FURTADO, 1989:139.

constata a existência de um “*clima de tensões [...] pouco propício às soluções graduais de tipo reformista*” que, no entanto, poderia ser neutralizado, já que existiam “*alguns instrumentos de análise*” que permitiam compreender os processos sociais em andamento e garantir a intervenção de cientistas sociais com condições de oferecer “*soluções de menor custo social*”. Nestes termos, falar de uma “*revolução brasileira*” seria referir-se a um processo histórico que, não apenas podia, mas também deveria “*ser orientado*”, e não a um movimento que, necessariamente, escaparia ao controle. É com esta consciência, de que se vivia “*um processo, sob vários aspectos revolucionário, que ainda pode ser orientado*”, que Furtado vai se voltar à análise do Nordeste e à proposição de um conjunto de reformas. (FURTADO, 1964:137–139)

O texto revela que havia, segundo ele, dois grandes desafios a serem enfrentados no Nordeste. De um lado, a falsa imagem da região, veiculada pelos grupos sociais interessados na manutenção do *status quo*, segundo a qual a seca era transformada “*no grande adversário a combater, responsável por todos os males que flagelam o nordestino*”; e, de outro, a incapacidade das elites agrárias locais de perceberem o potencial explosivo da situação do campo e levarem à cabo mudanças estruturais significativas. (Ibid.:139-140) Como já se conhece a forma como a questão das secas era tratada por Furtado, em termos histórico-econômicos, importa agora analisar-se o modo como eram compreendidas as tensões sociais no Nordeste, no início dos anos 60.

Referindo-se à população nordestina da zona úmida litorânea, Furtado procura mostrar que, num espaço de tempo relativamente curto, os trabalhadores rurais, especialmente os de Pernambuco, transitaram da mais completa inorganização política à tomada de consciência de sua situação e à formação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais. E para isto teriam colaborado os grandes proprietários de terra que, na míope defesa de

seus privilégios, acabaram colocando em ação, a exemplo do aprendiz de feiticeiro, um conjunto de forças que não podiam controlar.

Os trabalhadores que viviam nas grandes propriedades açucareiras, na condição de “*moradores*”, não chegavam a formar “*comunidades constituídas de cidadãos*”, pois não passavam de indivíduos em “*estádio pré-político*”, “*sem relações de trabalho objetivamente definidas*”.

“Todos os atos de sua vida são atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra a grande unidade econômico-social que é a plantação de cana. Esses homens pouca ou nenhuma consciência têm de integrar um município ou um distrito, que são a forma mais rudimentar da organização política; mesmo quando suas habitações estejam agrupadas em alguma aldeia, esta encontra-se implantada dentro de uma ‘propriedade’, razão pela qual a vinculação pessoal com a autoridade pública perde nitidez em face da presença ofuscante da autoridade privada”.(Ibid.:142)

Como os períodos de trabalho mais intenso com a cana-de-açúcar não coincidiam com o plantio e colheita da lavoura de subsistência, foi possível desenvolver-se o “sistema misto”, no qual os trabalhadores tinham direito a um pequeno pedaço de terra para plantar alimentos. Esta produção, no entanto, apresentava baixíssimos níveis de rendimento pois, destituído de qualquer propriedade (terra ou casa), este trabalhador era desencorajado de realizar melhorias mínimas, já que proprietário temia pelo pagamento de indenização quando o “*morador*” e sua família tivessem que ser removidos.

Este quadro manteve-se praticamente inalterado até o início dos anos 60, quando um conjunto de mudanças começou a ocorrer. Neste período, verificaram-se melhorias significativas para o mercado açucareiro nordestino, seja em função da nova situação

interna do país – industrialização acompanhada por uma elevação da renda *per capita* e pela urbanização, que levaram a um aumento do consumo do açúcar –, seja pelas “*condições extremamente favoráveis no mercado mundial [que] permitiram ampla retomada das exportações*”. Foi por esta época que o Nordeste chegou a aumentar a sua produção em cerca de 50%. Esta ampliação, no entanto, só foi possível a partir da incorporação de terras de qualidade inferior às que já eram cultivadas, o que acabou significando a combinação de um aumento nos custos médios de produção com uma baixa de rentabilidade⁶¹.

Este processo, segundo Furtado, trouxe consigo duas significativas conseqüências para o campo no Nordeste: “*por um lado, a pressão para expandir os canaviais levou à progressiva eliminação das áreas anteriormente dedicadas à produção de alimentos; por outro, a tendência à elevação de custos reais criou uma forte pressão sobre os salários dos trabalhadores*”.(Ibid.:144) Em curto espaço de tempo, o morador passou da condição de pequeno sítante, que produzia seus alimentos, a trabalhador assalariado, “*empurrado para a beira da estrada, sem poder plantar ‘um palmo de roça’*”, que dependia exclusivamente do salário para se manter. Do ponto de vista de vista do grande proprietário, esta transformação do morador (antes mão-de-obra barata, que produzia a própria subsistência) em assalariado, representava uma elevação do custo da mão-de-obra, sem a contrapartida de um acréscimo de produtividade, pois este trabalhador precisava de salários mais altos para sobreviver, já que tinha que obter a subsistência no mercado. Com isto, juntavam-se duas circunstâncias explosivas: de um lado, a pressão para que se elevassem os salários e, de outro, o aumento dos custos reais da produção do

⁶¹ Segundo Furtado, “*Como os rendimentos médios por hectare cultivado de cana se mantiveram estacionários em torno de 40 toneladas, cabe inferir que os esforços realizados por alguns poucos proprietários introduzindo sistemas de irrigação e o uso de adubos foram apenas suficientes para compensar a incorporação de terras de qualidade inferior*”. FURTADO, 1964:144.

açúcar, em razão do uso de terras inferiores. Para fazer frente à concorrência do açúcar do Sul do país e fugir da elevação dos custos reais, os usineiros tinham que lutar, através de todos os meios, contra a elevação dos salários dos trabalhadores, tornando-os ainda mais miseráveis do que já eram. No entanto, juntou-se a isto, também, um *tertiu* que fez com que o desequilíbrio se instaurasse inapelavelmente nos campos do açúcar: a elevação dos preços relativos dos alimentos neste período⁶². Assim, forças incontrolláveis, involuntariamente postas em movimento pelos produtores do açúcar, abriram caminho para significativas mudanças na região. E, entre elas, uma até então desconhecida – a mobilização dos trabalhadores rurais organizada por “*líderes locais de várias orientações, mas todos atuando no sentido de fomentar a tomada de consciência dos interesses comuns*”. (Ibid.:146)

Tinha-se, portanto, neste contexto, um conjunto de condições que levariam as lutas de classe a adquirirem claros contornos e as tensões sociais a explodirem. Entre 1960-1962 a pressão atingiu seu ponto máximo – nesta época “*o salário diário de um camponês mal dava para comprar um litro de farinha de mandioca*”–, levando ao surgimento e à rápida propagação das Ligas Camponesas junto à massa de trabalhadores rurais:

“O movimento de organização da classe camponesa das propriedades açucareiras apresentou, até 1962, todas as características de uma arregimentação revolucionária de tipo clássico. Os líderes, fossem de formação marxista ou católica, tinham todos a preocupação de dizer bem alto que estavam lutando contra a ordem de coisas prevalecente.

⁶² Sobre o problema da elevação dos preços dos alimentos, Furtado lembra que: “*ocorriam modificações adversas no mercado de alimentos, com redução da produção destes na zona canavieira e aumento da demanda nos mercados dessa zona. O excedente de alimentos da zona agrestina e do sertão era assim submetido a uma procura acrescida, com prejuízo para as zonas urbanas que dependiam desses excedentes. Adicionava-se, assim, mais um fator de pressão sobre a classe trabalhadora da região canavieira, com tendência à elevação dos preços relativos dos alimentos*”. Ibid.:145.

Partiam do princípio de que a organização sócio-econômica existente era injusta e deveria ser modificada. Os camponeses organizavam-se não somente para protestar, mas também para exigir mudanças desse estado de coisas”. (Ibid.:148)

A aprovação pelo Congresso, no início de 1963, do *Estatuto do Trabalhador Rural*, aliada às alterações no mercado externo do açúcar, provocaram algumas mudanças expressivas neste panorama. Protegidas pelas novas leis, vieram à tona organizações camponesas semiclandestinas, sob o manto legal dos sindicatos rurais, que permitiriam aos trabalhadores não só melhores salários, como também mudanças nas relações seculares de trabalho. Mas, neste mesmo período, quando os salários começaram a subir e o nível de tensão entre trabalhadores e os proprietários se agravar, ocorreram alterações no mercado mundial açucareiro, em virtude da Revolução Cubana. Eliminando-se Cuba do mercado norte-americano, abria-se a possibilidade de exportação para o açúcar do Nordeste a preços vantajosos, superiores aos do mercado brasileiro. Com isto, atenuavam-se as pressões contrárias à elevação dos salários da região usineira, baixando, ao mesmo tempo, o potencial revolucionário das organizações camponesas. Desta forma, segundo Furtado, o movimento camponês foi canalizado para a luta por direitos e vantagens legais para os trabalhadores, afastando-se as possibilidades de um confronto direto com a classe proprietária.⁶³

⁶³ Nas palavras de Furtado, “[...] graças principalmente às modificações trazidas ao mercado mundial do açúcar pela Revolução Cubana, surgiram circunstâncias que desviaram o curso dos acontecimentos. As grandes forças sociais que se haviam conjugado para forçar a barreira da estrutura feudal puderam ser canalizadas para objetivos legalmente definidos a serem alcançados sem comprometer as bases da estrutura social, assumindo a velha classe latifundiária-feudal as funções de direção na nova ordem capitalista. Ora, essa clara definição de objetivos capazes de catalizar poderosas forças sociais em gestação revolucionária somente foi possível, sem conflitar frontalmente com os interesses da classe proprietária, graças àquelas circunstâncias especiais a que nos referimos”. Ibid.: 151.

Para Furtado, este era um exemplo das possibilidades concretas de transmutação de um processo revolucionário em um conjunto de reformas, mantendo-se a ordem social, pois, gradualmente, “*o velho regime feudal, que persistira por vários séculos, teve suas bases definitivamente liquidadas*”. Ou seja, neste caso, transitou-se “*para um regime de trabalho assalariado de tipo avançado, isto é, com base em contratos coletivos de trabalho, em que a classe trabalhadora apresenta uma clara consciência de seus interesses e um avançado padrão de organização trabalhista*”.(Ibid.:151)

Apesar desta ser a forma de mudança desejável, a de mais baixo custo social, havia, porém, um sério problema neste caso: a inexistência de bases sólidas que garantissem a continuidade deste processo. A economia açucareira nordestina, tal como estava organizada, apresentava altos custos, baixíssimas taxas de produtividade e somente sobrevivia em função de circunstâncias externas específicas – a inesperada abertura do mercado americano⁶⁴. Assim, em função do mercado exterior de produtos tropicais, incerto e flutuante, as elites açucareiras do Nordeste abandonaram o mercado interno “*com seu crescimento regular e a preços controlados, à indústria mais capitalizada e de maior produtividade do Sul do país*”. Mas, segundo Furtado, muito poucas eram as possibilidades do açúcar do Nordeste fazer frente à uma oscilação negativa do mercado exportador, devido às novas condições sociais da região. A produção, por exemplo, não poderia ser reduzida, pois os custos se tornaram rígidos em razão dos contratos coletivos de trabalho e, além disto, as mudanças visando aumento da produtividade não apenas não podiam ser realizadas a curto prazo, como também qualquer “*esforço de tecnificação*”

⁶⁴ O retorno do Nordeste ao mercado mundial do açúcar “*não decorreu de uma melhora efetiva do poder competitivo do produto nordestino, e sim de uma relativa desorganização desse mercado[...]. A economia açucareira do Nordeste continua a ser a de mais baixa produtividade em todo o mundo, dentre as regiões exportadoras. Os rendimentos agrícolas (produção por hectare) são extremamente baixos. E ainda mais baixa, em termos relativos, é a produtividade do fator humano ocupado no setor agrícola*”.Ibid.:152.

teria que enfrentar o obstáculo de um “*enorme excedente de mão-de-obra protegido por poderosas organizações sindicais*”.(Ibid.:154) Em suma, a classe proprietária açucareira, prolongando excessivamente a defesa da estrutura anacrônica de produção, deixara passar “*a melhor época para criar as bases de uma economia capitalista viável*”, isto é, a fase em que “*os custos ainda eram de fácil compressão e as resistências sociais nulas*”. Segundo Furtado, a evolução da economia açucareira estava na dependência do comportamento da classe proprietária, mas não acreditava nas possibilidades de que ela levasse à frente qualquer empreendimento de modernização sustentável.

Neste texto, Furtado não se limitou à avaliação das condições econômico-sociais da Zona da Mata açucareira. Estendeu suas análises à região do Agreste e ao Sertão semi-árido, mostrando que nestas duas outras regiões também imperava, além das formas atrasadas de ocupação econômica, um quadro de tensão social explosiva. Dispensa-se aqui um detalhamento das conclusões específicas a que chegou com relação a estas áreas do Nordeste, pois o que interessa, agora, assinalar é a recorrência de um mesmo padrão de concepções: a constatação da irracionalidade nas relações econômicas, então vigentes, e a conscientização e organização crescentes de parte do campesinato nordestino, fatores que enunciavam o potencial revolucionário explosivo do Nordeste. Junto com estas constatações vinha também o seu já conhecido ceticismo quanto às possibilidades das classes dominantes locais de levar em frente, de forma consistente, as reformas capitalistas capazes de barrar o processo revolucionário. Introduzir racionalidade nos processos econômicos e sociais e com isto abrir caminho ao esvaziamento das tensões revolucionárias era tarefa para uma *intelligentsia*, amparada em conhecimentos científicos e em técnicas de planejamento, capaz de apreender os movimentos da realidade e colocar em prática a modernização do Nordeste. E isto antes que,

“Alcançado certo ponto de irreversibilidade, a História já não se poderá cumprir pelos métodos convencionais, e terá início uma era de imprevistos em que a velocidade dos acontecimentos reduz a quase nada a eficácia de toda liderança racional”. (Ibid.:173)

Celso Furtado, frente às contradições de um processo de acumulação que, no Brasil e no Nordeste, em particular, apresentava sinais de esgotamento (e, ao mesmo tempo, abria caminho para uma nova etapa – monopolista •, já sob o domínio do capital multinacional), temia os desdobramentos à esquerda das contradições e das lutas de classe, cuja expressão mais aguda era, sem dúvida, a nordestina. Por isto, apresentava seu projeto de reformas como a via possível para um capitalismo nacional regulado e para a manutenção de uma “sociedade aberta”. O Golpe Militar de 1964 acabou demonstrando que as tensões sociais no país como um todo, e não apenas no Nordeste, seriam resolvidas à direita do espectro político e social. No poder, o Estado militar encarregou-se de fazer as reformas capitalistas, mas não as propostas por Furtado. Assim, em lugar da manutenção da “sociedade aberta”, calcada num capitalismo autônomo de bases nacionais, o país mergulhou na ditadura autocrática e numa ordem econômica que combinava concentração de renda, manutenção da estrutura fundiária concentradora, arrocho salarial e compromissos dos novos donos do poder com a expansão e realização do capital monopolista internacional.

Imediatamente depois do golpe, afastado da SUDENE, Furtado teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Sem garantias de liberdade e trabalho no Brasil sob a ditadura militar, aceitou um convite do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social, ligado à CEPAL, para realizar uma série de conferências em

Santiago. Valendo-se de passaporte diplomático, conseguiu embarcar para o Chile, dando início ao seu longo exílio...

As circunstâncias e o homem. Inversão que bem pode abrir algumas considerações finais a propósito do projeto de desenvolvimento de Celso Furtado para o Nordeste e sua atuação na SUDENE, em fins da década de 50, quando a realidade começou exigir uma intervenção racionalizadora da perspectiva do grande capital. O que se viu até aqui foi a ação de um agente social profundamente engajado na história de seu tempo e capaz de dar forma a um projeto de planejamento que ultrapassava as dimensões especificamente regionais: modernizar o Nordeste, eliminando os entraves à sua transformação em espaço para o grande capital que, do Centro-Sul, cobrava uma nova unidade econômica nacional, a ser edificada tendo em vista suas necessidades de acumulação e de reprodução. Se a intervenção tinha uma indisfarçável vocação nacional, era, no entanto, da perspectiva regional que revelava o sentido da racionalidade obsessivamente aspirada como forma ideal de estruturação da sociedade. Vista como resultado de um ato volitivo, pleno de consciência, capaz de deter os movimentos de ruptura da ordem social, a racionalidade gerada pelo planejamento surgia nas formulações de Celso Furtado como a possibilidade de equação dos conflitos de classe, de sujeição dos imponderáveis movimentos da política ao controle técnico e, também, de eliminação dos arcaísmos sociais que entravavam a realização das formas mais avançadas de reprodução capitalista no Nordeste.

O posicionamento de Furtado frente aos conflitos que subvertiam a ordem rural imposta pelo coronelismo nordestino, desnuda os elementos que sustentavam seu projeto, permitindo a visão de seus fundamentos essenciais. As Ligas Camponesas, a emergência

dos trabalhadores rurais como sujeitos políticos eram, antes de mais nada, evidências dos graves obstáculos a serem contornados para que fosse possível a resolução da questão agrária no Nordeste. Justiça social no campo? Não, propriamente. Com certeza a constituição de uma lavoura capitalista eficiente, capaz de garantir uma oferta abundante e barata de alimentos que, permitindo um baixo custo de reprodução da força de trabalho nos centros urbanos, possibilitasse salários em níveis atraentes para investimentos na indústria nordestina.

Temor frente às possibilidades efetivas de uma revolução “*socialista*”, a partir da insurgência camponesa que, ao final dos anos 50, desbordava a Zona da Mata? Ou, mais propriamente, um recurso retórico para sensibilizar elites recalcitrantes que, vítimas de uma miopia política, negavam-se a admitir a necessidade das reformas propostas pelo intelectual dotado de racionalidade superior? Talvez, a lúcida percepção de que as soluções de compromisso pactuadas há muito entre os grupos dominantes, que garantiam para aos setores rurais que a estrutura fundiária permanecesse intocada e excluídas as massas rurais, mostravam-se, agora, incapazes de fazer frente à mobilização política e às reivindicações dos trabalhadores do campo. Ou, mais ainda, a concepção de que o mundo “camponês”, reedição de formas arcaicas de organização social do trabalho nas unidades rurais do Nordeste, representava um entrave ao pleno desenvolvimento do capitalismo da região.

Perspectiva e projeto não isentos de contradições, provenientes, em larga medida, das concepções teóricas que norteavam sua leitura da realidade e sua ação planificadora do desenvolvimento econômico. Desenvolvimentista forjado no pensamento cepalino, Celso Furtado aprisionou sua leitura (inovadora) da questão regional no viés dualista da dinâmica centro-periferia, ao transportar para o espaço inter-regional brasileiro as relações que, no âmbito mundial, eram estabelecidas entre as áreas subdesenvolvidas e as

nações centrais hegemônicas. Por isto, as marcas inegáveis de um movimento de unificação do espaço econômico nacional, manifestado no correr dos anos 50, que subordinava as divisões regionais à lógica integradora do capital monopolista, foram tomadas por manifestações de um “colonialismo interno”, que somente um processo de industrialização regional poderia eliminar. Daí a capitulação à idéia de um projeto de desenvolvimento industrial auto-sustentado no Nordeste que, aliás, não tinha condições de se viabilizar sequer no plano nacional.

Os projetos de Celso Furtado para o Nordeste, elaborados na SUDENE, não se realizaram. Não foi possível construir uma industrialização autônoma, com base no mercado local, apoiada em empresários e capitais nordestinos; não ocorreu a formação de uma burguesia regional, *schumpeteriamente* inovadora, em condições de confrontar as oligarquias agrárias regionais • brutais coronéis que mantinham a vida política e a estrutura agrária sob o círculo de ferro do atraso –, não foi alterada a estrutura fundiária. Na verdade, antes mesmo da captura da SUDENE, pela nova ordem imposta pelo Golpe Militar de 1964, o projeto já estava inviabilizado. O artigo 34 da lei nº 3.959, inserido no *I Plano Diretor* • dispositivo que permitia a dedução de Imposto de Renda de qualquer pessoa jurídica que fizesse aplicações em projetos considerados prioritários no Nordeste –, e que, originalmente, deveria incentivar capitalistas nordestinos a investirem na região, transformou-se em um mecanismo de financiamento da expansão monopolista e de abertura ao grande capital sediado no Centro-Sul. Os resultados desta política de incentivos fiscais são bem conhecidos, diga-se de passagem, desde os trabalhos pioneiros de Francisco de Oliveira e Henri- Phillippe Reichstul⁶⁵: os grandes grupos econômicos do Centro-Sul, gozando dos incentivos fiscais, passaram a implantar unidades

⁶⁵ Refere-se aqui à pesquisa “Mudanças na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil” publicada nos *Estudos CEBRAP* 4, de junho de 1973.

produtivas, geralmente no padrão de capital intensivo (poupador de mão-de-obra), que, obviamente, transcendiam as possibilidades internas do Nordeste, seja em termos de capitais, seja em termos de mercado. Quanto à burguesia nordestina, não haverá lugar para ela na nova ordem econômica, calcada no investimento e na realização de capital altamente concentrado. Pouquíssimos grupos econômicos locais conseguiram sobreviver. Aliás, somente puderam fazê-lo aqueles que, gozando de uma situação muito particular no âmbito regional, já manifestavam, no início dos anos 60, um movimento em direção aos níveis de acumulação monopolista. E que, para tanto, valeram-se, diga-se de passagem, dos mecanismos de isenção fiscal estabelecidos pela SUDENE.

III. BIBLIOGRAFIA:

1. OBRAS DE CELSO FURTADO

- *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura e Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1959.
- *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1964, 6^a ed..
- *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967
- *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.
- *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

- “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, *Revista Econômica do Nordeste (REN)*, vol. 28, n.4, Fortaleza, out./dez.1997.
- *O Longo Amanhecer*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1999.
- *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Editora Hucitec, 2001.

2. ENTREVISTAS

- “O Nordeste Está Exigindo Novo Diagnóstico”, *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20-01-1980. Caderno 8
- “Celso Furtado: O Passageiro da Utopia”, *Leia – Uma Revista de Livros, Autores e Idéias*. São Paulo, Editora Joruês, Agosto, 1991.
- “Play Boy Entrevista Celso Furtado”, *Revista Play Boy*, Abril, 1991.
- “Celso Furtado”, *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19-07-1992. Caderno 6
- “O Pensamento Econômico Latino-Americano- Entrevista de Celso Furtado a Carlos Mallorquín”, *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, CEBRAP, nº 41, Março, 1995
- “Celso Monteiro Furtado”, *Conversas com Economistas Brasileiros*. Entrevistadores: Ciro BIDERMAN, Luís Felipe L. COZAC, José Márcio REGO. São Paulo, Editora 34,1996.
- “Entrevista: Celso Furtado – A Constatação do GTDN e as Exigências da Atualidade”, *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 28, nº 4, Outubro/Novembro, 1997.

- *Seca e Poder- Entrevista com Celso Furtado*. Entrevistadores: Maria da Conceição TAVARES, Manuel Correia de ANDRADE, Raimundo PEREIRA. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 1998.

3. BIBLIOGRAFIA GERAL

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo, Cortez Editora; Recife, FJN, Editora Massangana, 2001.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.
- BACELAR, Tânia. “A ‘questão regional’ e a ‘questão nordestina’”, TAVARES, Maria da Conceição (org.), *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BASTOS, Elide Rugai. “A sociologia nos anos 30”, D’INCAO, Maria Ângela (org.), *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Editora UNESP, 1989.
- _____”Gilberto Freyre – Casa Grande & Senzala”, MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Introdução ao Brasil. Um Banquete no Trópico*. São Paulo, Editora SENAC, 1999.
- _____ *Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira*. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, FFLCH-USP, 1986 (mimeo.)
- _____ *Ligas Camponesas: Estudo sobre a Luta dos Camponeses em Pernambuco*. Dissertação de Mestrado, Ciência Política, FFLCH-USP, 1980 (mimeo.)

-
- BENEVIDES, Maria Victória de M. *O Governo Kubitschek- Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1976, 2ª ed.
 - BEZERRA, Gregório. *Memórias - Segunda Parte: 1946-1969*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979.
 - BIDERMAN, Ciro, COZAC, Luis Felipe L. e REGO, José M, *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 1996.
 - BIELCHOWSKY, Ricardo, “Formação Econômica do Brasil: Uma Obra-prima do Estruturalismo Cepalino”, *Revista de Economia Política*, v.9, n.4, out-dez.1989. São Paulo, Editora Brasiliense.
_____ *Pensamento Econômico Brasileiro, O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988.
 - BRESCIANI, Maria Stella M., “O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana, Cientista Social”, SILVA, Sérgio e SZMRECSÁNYI, Tamás (org.), *História Econômica da Primeira República*. São Paulo, EDUSP, HUCITEC, 2002, 2ª ed.
 - CALLADO, Antônio. *Os Industriais da Seca e os “Galileus” de Pernambuco (Aspectos da Luta pela Reforma Agrária no Brasil)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1960.
 - _____ *Tempo de Arraes: A Revolução Sem Violência*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979, 2ª ed.
 - CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil(1930-1970/1970-1995)*. Campinas, UNICAMP.IE, 1998, 2ª ed. aum.
 - _____ “Celso Furtado e a questão regional no Brasil”, *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
 - CAVALCANTI, Paulo. *Da Coluna Prestes à Queda de Arraes*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1978.

-
- CASTRO, Josué. *Homens e Caranguejos (romance)*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1967.
 - CHIAPPINI, Lúgia e BRESCIANI, Maria Stella (org.) *Literatura e Cultura no Brasil: Identidades e Fronteiras*. São Paulo, Editora Cortez, 2001
 - COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.
 - CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, São Paulo, Publifolha, 2000.
 - D'ANDREA, Moema Selma. *A Tradição Redescoberta: Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista*. Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 1992.
 - FARO, Clovis de, SILVA, Salomão L. Quadros da. "A década de 50 e o Programa de Metas", GOMES, Ângela de Castro (org.), *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Editora FGV/CEPDOC, 1991.
 - FONSECA, Gondin. *Assim Falou Julião*. São Paulo, Editora Fulgor, 1962.
 - FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001
 - _____ *Sobrados & Mocambos*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001
 - GALVÃO, Walnice Nogueira. "Euclides da Cunha: *Os Sertões*", MOTA, Lourenço Dantas (org.), *Introdução ao Brasil. Um Banquete nos Trópicos*. São Paulo, Editora SENAC, 1999.
 - GONÇALVES, José Sérgio Rocha de Castro, "Prefácio", FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1983.
 - *Grupo de Desenvolvimento do Nordeste - Um Plano em Marcha*, nº 6, Serviço de Documentação do Ministério de Viação e Obras Públicas, 1957.
 - IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971.

-
- JULIÃO, Francisco. *O Que São as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1962.
 - LEOPOLDI, Maria Antonieta P. “Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60)”, GOMES, Ângela de Castro, *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Editora FGV/CPDOC, 1991.
 - LIMA, Nísia Trindade. “A sociologia desconcertante de *Os Sertões*”, NASCIMENTO, José Leonardo (org.) *Os Sertões de Euclides da Cunha: Releituras e Diálogos*. São Paulo, Editora UNESP, 2002.
 - LOVE, Joseph L. *A Construção do Terceiro Mundo: Teorias do Subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1998.

 - MARANHÃO, Sílvio. “Estado e planejamento regional: a experiência do Nordeste brasileiro”, MARANHÃO, Sílvio (org.) *A Questão Nordeste*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1984.
 - MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste*. Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1970, 2ª ed.
 - MOTTA, Carlos Guilherme. *A Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Editora Ática, 1980, 4ª ed.
 - OLIVEIRA, Francisco de, *Celso Furtado*. São Paulo, Editora Ática, 1983.
_____ “Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro”, *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
_____ “Viagem ao Olho do Furacão. Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro”, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 48, julho/1997.
_____ *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977.
_____ “Crítica à razão dualista”, *Estudos CEBRAP 2*. São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, outubro-1972.

-
- OLIVEIRA, Francisco e REICHSTUL, H.P. “Mudanças na Divisão Inter-regional do Trabalho no Brasil”, *Estudos CEBRAP 4*. São Paulo, Edições CEBRAP, jun.1973.
 - PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve. O Nordeste do Brasil: 1955-1964*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1972
 - *Pensamento em Crise e As Artimanhas do Poder. Seminários-Debates*. São Paulo, Editora UNESP, 1988.
 - PERRUCCI, Gadiel. “A Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional”, MARANHÃO, Sílvio (org.) *A Questão Nordeste*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1984.
 - PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1976.
_____ *A Revolução Brasileira*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1969.
_____ *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense,1972.
 - *Revista Democracia Viva*, Ano I, n. 1, 1997.
 - *Revista Econômica do Nordeste*, n. 2, abril/junho 1979, v.10.
 - ROBOCK, Stefan H. *Desenvolvimento Econômico Regional – O Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1963.
 - SCHUMPETER, Joseph . *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1985.
 - SILVA, Sérgio e SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo, EDUSP, HUCITEC, 2002, 2ª ed.
 - SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o Governo Arraes*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.

-
- TAVARES, Maria C.; ANDRADE, Manuel C.; PEREIRA, Raimundo R. *Seca e Poder: Entrevista com Celso Furtado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
 - VENTURA, Roberto. *Escritores, Escravos e Mestiços. (Raça e Natureza na Cultura Brasileira)*. Tese de doutoramento, FFLCH-USP: 1988 (mimeo).
 - VILLA, Marco Antonio. *Vida e Morte no Sertão. História das Secas no Nordeste nos Séculos XIX e XX*. São Paulo, Editora Ática, 2000.
 - WANDERLEY, Luís Eduardo. *Educar para Transformar. Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1984.
 - ZAIDAN FILHO, Michel. *O Fim do Nordeste & Outros Mitos*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.